

SUMÁRIO – TABLA DE CONTENIDOS – CONTENTS

- Editorial - Primeira carta dos sobreviventes da pandemia. Até aqui...**
- p. 06
Frederico Lustosa da Costa
- 1. A permanência das senzalas: analisando as fronteiras do mercado de trabalho para mulheres negras no Brasil**
- p. 08
Iluska Catta Preta Vieira e Hannah Ramos
- 2. Padrões insustentáveis de consumo: um panorama do desequilíbrio global nos hábitos individuais e suas consequências para o Desenvolvimento Sustentável**
- p. 22
Aline Eggres de Castro e Marcelo Trevisan
- 3. Sucesso na área acadêmica: evidências nas redes de coautoria de pesquisadores estrelas na área da administração e da medicina veterinária**
- p. 41
Ana Luiza Monteiro Bastos Ornellas, Bárbara Gabrielle Silva e Uajará Pessoa Araújo
- 4. A autoconfrontação como dispositivo ergológico para pesquisas sobre organização do trabalho: estudo com agentes de trânsito no Município de Betim MG**
- p. 54
Angelica da Silva Costa e Admardo Bonifácio Gomes Junior

www.revistaeas.uff.br

Revista EAS. Niterói – RJ, v.5, n°2, julho-dezembro, 2020



DIREITOS

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Permite-se a reprodução desde que citada a fonte.

DISPONIBILIDADE

A Revista Estudos de Administração e Sociedade está disponível em:

<http://revistaeads.uff.br>

CATÁLOGO

Revista Estudos de Administração e Sociedade – v. 5, n. 2, (2020) – Niterói
Universidade Federal Fluminense, 2017

Frequência: Semestral

ISSN: 2525-9261

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Publicação do Programa de Pós Graduação em Administração – PPGAd
Universidade Federal Fluminense

(<http://www.adm.uff.br>)

INFORMAÇÕES DA EDIÇÃO ATUAL

Sigla e Nome do Periódico	Cidade de Edição	Volume (Edição Atual)	Número (Edição Atual)	Ano (Edição Atual)
EAS – Revista Estudos de Administração e Sociedade	Niterói/ Rio de Janeiro	v.5	n.2	Jul. Dez. / 2020

EDITOR-CHEFE

FREDERICO LUSTOSA DA COSTA

EDITOR DA SEÇÃO: ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA

PAULO EMÍLIO MATOS MARTINS

**EDITOR DA SEÇÃO: ESTADO, ORGANIZAÇÕES E
SOCIEDADE**

CLÁUDIO ROBERTO MARQUES GURGEL

**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ADMINISTRAÇÃO – PPGAd UFF**

EDUARDO CAMILO DA SILVA

COORDENADORA EDITORIAL

LILIANE MAGALHÃES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO

ASSISTENTE EDITORIAL

DANIELA GOMES ALCANTARA

COMITÊ EDITORIAL

- Prof. Frederico Lustosa da Costa, Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis., Brazil
- Prof. Antonio de Araujo Freitas Junior, Fundação Getulio Vargas - FGV, Brazil
- Prof. Bianor Scelza Cavalcanti, Fundação Getulio Vargas - FGV
- Prof. Cláudia Souza Passador, FEARP/USP, Brazil
- Gurgel Claudio Marques Gurgel, UFF - Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Clezio Saldanha dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil
- Prof. Elvia Mirian Cavalcanti Fadul, UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS, Brazil
- Prof. Fernando de Souza Coelho, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Brazil
- Prof. Florence Pinot de Villechenon, ESCP Europe, France
- Prof. Freddy Mariñez Navarro, El COLEGIO DE JALISCO, Mexico
- Prof. Joel de Lima Pereira Castro Junior, Programa de Pós-graduação em Administração - PPGAd / Universidade Federal Fluminense - UFF
- Prof. José Antonio Gomes de Pinho, Escola de Administração/UFBA, Brazil
- Prof. José Walkimar de Mesquita Carneiro, Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Maria Arlete Duarte de Araújo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Brazil
- Prof. Marco Aurélio Marques Ferreira, Universidade Federal de Viçosa
- Prof. Paulo Emílio Matos Martins, Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Paulo Roberto de Mendonça Motta, Fundação Getulio Vargas/EBAPE
- Prof. Sergio Azevedo Fonseca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Brazil
- Prof. Sonia Maria Fleury Teixeira, Fundação Getulio Vargas - EBAPE, Brazil

SUMÁRIO – TABLA DE CONTENIDOS – CONTENTS

**EDITORIAL - Primeira carta dos sobreviventes da pandemia. Até aqui...
- pp. 06 - 07**

Frederico Lustosa da Costa

**1. A permanência das senzalas: analisando as fronteiras do mercado de trabalho para mulheres negras no Brasil
- pp. 08 - 21**

*Iluska Catta Preta Vieira
Hannah Ramos*

**2. Padrões insustentáveis de consumo: um panorama do desequilíbrio global nos hábitos individuais e suas consequências para o Desenvolvimento Sustentável
- pp. 22 - 40**

*Aline Eggres de Castro
Marcelo Trevisan*

**3. Sucesso na área acadêmica: evidências nas redes de coautoria de pesquisadores estrelas na área da administração e da medicina veterinária
- pp. 41- 53**

*Ana Luiza Monteiro Bastos Ornellas
Bárbara Gabrielle Silva
Uajará Pessoa Araújo*

**4. A autoconfrontação como dispositivo ergológico para pesquisas sobre organização do trabalho: estudo com agentes de trânsito no Município de Betim MG
- pp. 54 - 72**

*Angelica da Silva Costa
Admardo Bonifácio Gomes Junior*

EDITORIAL

Primeira carta dos sobreviventes da pandemia. Até aqui...

Frederico Lustosa da Costa

Este ano de pandemia tem produzido enormes consequências para o funcionamento da vida econômica, social, política e cultural de todo o mundo globalizado. Mudou as dinâmicas de trabalho, a mobilidade urbana, os padrões de consumo, os hábitos domésticos e as formas de sociabilidade. Tudo mudou em certa medida. E o mundo pós-pandemia certamente não será o mesmo.

Um dos setores mais afetados pela crise é a área de Educação, sobretudo no Brasil. Ela atingiu milhões de estudantes e professores, tolhendo-lhes das oportunidades de convívio e da riqueza da interação presencial, tão fundamental para a valorização do processo de ensino-aprendizagem. Essa interrupção, mitigada no nível universitário pelo ensino remoto, afeta ainda mais a produção do conhecimento e sua veiculação pelos periódicos científicos. Quantas teses, dissertações, artigos e simpósios não deixaram de ser realizados dentro de prazos normais?

Esta edição de Estudos de Administração e Sociedade é fruto dessa conjuntura de tempos sombrios. É o rescaldo dos destroços deixados pelo furacão da pandemia que passou sobre a vida universitária. Traz quatro artigos bem diferentes entre si, mas que apresentam traços comuns. Como sempre, cumprem a nosso compromisso com a diversidade, a interdisciplinaridade, a valorização do pensamento social brasileiro e a perspectiva crítica.

O primeiro texto, de autoria de Iluska Catta Preta Vieira e Hannah Ramos, intitulado A permanência das senzalas: analisando as fronteiras do mercado de trabalho para mulheres negras no Brasil resgata o pensamento de Gilberto Freyre, em Casa grande e senzala, para refletir sobre as relações sociais da época e sobre a hierarquização entre gênero e raça, e discutir as posições ocupadas pelas mulheres negras ontem e hoje no sistema produtivo vigente.

Os professores Aline Eggres de Castro e Marcelo Trevisan apresentam o artigo Padrões insustentáveis de consumo: um panorama do desequilíbrio global nos hábitos individuais e suas consequências para o Desenvolvimento Sustentável, onde mostram que hábitos ostensivos de consumo têm um impacto significativo na crise ambiental enfrentada pelo planeta, consolidando-se assim como um tema relevante nos debates sobre o Desenvolvimento Sustentável. O trabalho chama a atenção para a necessidade de adoção de mudanças nos hábitos de consumo – consumo verde, consumo consciente e consumo sustentável.

O terceiro texto desta edição, Sucesso na área acadêmica: evidências nas redes de coautoria de pesquisadores estrela na área da administração e da medicina veterinária, de Ana Luiza Monteiro Bastos Ornellas, Bárbara Gabrielle Silva e Uajará Pessoa Araújo, procura verificar a dinâmica das redes de coautoria de “pesquisadores estrela” a partir da produção científica. O estudo constata que a

coautoria tem papel imperecível no nível de produtividade dos “pesquisadores estrela”.

A autoconfrontação como dispositivo ergológico para pesquisas sobre organização do trabalho: estudo com agentes de trânsito no Município de Betim MG é o artigo de autoria de Angelica da Silva Costa e Admardo Bonifácio Gomes Junior, que tem como objetivo refletir sobre as contribuições metodológicas da autoconfrontação para as pesquisas sobre trabalho no campo da Administração, a partir de resultados obtidos em uma pesquisa com agentes de trânsito no município de Betim. Essa abordagem permite observar como a confrontação entre os trabalhadores e sua imagem em trabalho faz com que eles revivam as experiências de suas escolhas e da forma de mobilizar seu saber, seus valores, sua compreensão do contexto e, sobretudo, do que é requerido de seu corpo no trabalho.

Boa leitura!

Artigo – Seção Estado, Organizações e Sociedade

A permanência das senzalas: analisando as fronteiras do mercado de trabalho para mulheres negras no Brasil

Iluska Catta Preta Vieira

Universidade Federal Fluminense

Hannah Ramos

Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Diversos campos das ciências sociais estudam as marcas de nossa história colonial no Brasil de hoje. A partir do retrato impresso em Casa Grande e Senzala sobre as relações sociais da época e sobre a hierarquização entre gênero e raça, esta pesquisa pretende relacionar as posições ocupadas pelas mulheres negras ontem e hoje no sistema produtivo vigente, utilizando-se, primeiramente, de dados secundários recentemente publicados, de forma a contextualizar o cenário. Posteriormente, serão analisadas reportagens e dados atuais a respeito da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro, traçando um paralelo com a realidade histórica trazida por Gilberto Freyre. Tais análises são orientadas a partir do estudo do espaço dinâmica organizacional através de suas cinco dimensões — Humana, Material, Tecnológica, Política e Simbólica. Concluiu-se que ainda é perceptível o entrenchamento de espaços e oportunidades na vida da mulher negra, revelando que apesar da sociedade hoje ser considerada mais reflexiva e contestadora, as práticas de segregação se tornaram apenas mais sutis, na maioria das vezes.

Palavras-chave: Mulheres negras. Mulher no mercado de trabalho. Casa Grande e Senzala. Participação feminina.

ABSTRACT

Several fields in the social sciences study the traces of our colonial history in the Brazil of today. Based on the portrait printed in Casa Grande and Senzala which depicts the social relations of that time and on the hierarchy between gender and race, this research intends to relate the positions held by black women yesterday and today in the current productive system by using, firstly, recently published secondary data in order to contextualize the scenario. Subsequently, reports and current data about black women in the Brazilian labor market will be analyzed, drawing a parallel with the historical reality brought by Gilberto Freyre. Such analyses are guided by the study of the organizational dynamic space through its five dimensions - historical, material, human, technological and political. It was concluded that the entrenchment of spaces and opportunities in the life of black women is still noticeable, revealing that although today's society is considered more reflective and challenging, segregation practices have become more subtle, in most cases.

Keywords: Black women. Woman in the job market. Big House and Senzala. Female participation.

INTRODUÇÃO

As mulheres representam aproximadamente metade da população mundial e possuem, portanto, a possibilidade de promover o mesmo percentual de crescimento econômico que os homens. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019 (PNAD

Contínua), dos habitantes brasileiros, 48,2% são homens enquanto 51,8% são mulheres. Diante disso, parece inconcebível crer que nossa economia (ou qualquer outra) seja capaz de alcançar seu pleno potencial econômico sem a sua participação. No entanto, de acordo com o estudo Mulheres, Empresas e o Direito 2018, realizado pelo Banco Mundial, “Em nível global, mais de 2,7 bilhões de mulheres enfrentam restrições legais na escolha de suas atividades profissionais.” Além disso:

104 economias ainda possuem leis que proíbem as mulheres de exercer determinadas funções; 59 não possuem leis contra o assédio sexual no ambiente de trabalho; e, em 18 economias, os maridos podem legalmente proibir suas mulheres de trabalhar (Banco Mundial, 2018, p.2).

Apesar de o Brasil ter avançado nas questões legislativas a respeito da participação da mulher no mercado de trabalho, percebe-se uma distância muito clara a respeito das ações voltadas à igualdade de gênero em comparação aos países que servem de referência para o tema. Países em que 100% das leis e regras que se aplicam aos homens no mercado de trabalho também se aplicam às mulheres. (Banco Mundial, 2019)

Ainda que a pesquisa do Banco Mundial demonstre que a redução das diferenças de gênero poderia aumentar em 3.3% o PIB do Brasil, ou seja, aproximadamente R\$ 382 bilhões, algumas leis impedem tal avanço (Banco Mundial, 2018). Como é o caso, por exemplo, de não prever uma licença parental estendida ou de duração similar à licença maternidade, o que poderia incentivar a divisão de tarefas na família; ou o fato de não se proibir legalmente a discriminação de gênero ou estado civil no acesso ao crédito, responsável por desestimular o empreendedorismo feminino; e, principalmente, a inexistência de lei que não prevê igualdade de remuneração entre homens e mulheres que exerçam mesmas funções.

É perceptível que, ao longo das décadas, os papéis destinados à mulher foram tomando formas diferentes, seguindo as circunstâncias sociais e econômicas de cada época e, até mesmo, mediando as mudanças nas configurações familiares. Com o intuito de compreender tais transformações, diversos estudos e pesquisas orientaram seus olhares para o tema. O estudo citado anteriormente, intitulado: Mulheres, Empresas e o Direito, é um dos exemplos que visa motivar reformas legislativas e a construção de políticas públicas que promovam a equidade de gênero em diversos países.

As pesquisas a respeito do tema se tornam ainda mais interessantes quando observamos que além do gênero, fatores como etnia, origem e formação familiar se somam às dificuldades já enfrentadas pelas mulheres brasileiras. Desde o estudo de Indicadores Sociais apresentados pelo IBGE em 2016, o órgão revela que mais da metade (53,9%) da população se declarou ser de cor ou raça preta ou parda, enquanto 45,2% se declarou ser de cor branca. A pesquisa do mesmo ano divulgou que mulheres sem cônjuge e com filhos representavam 16,3% dos arranjos familiares brasileiros em 2015. E ainda que, em 40,5% das moradias, as mulheres eram consideradas a pessoa de referência da residência, financeiramente falando — assim avaliada pelos demais membros da família (IBGE, 2016, p.27-29).

Analisando a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) apresentados pelo IBGE em 2019, 39,8% das mulheres negras e pardas são consideradas em situação de pobreza extrema. Além disso, em 2019, 32% das mulheres pretas e pardas entre 15 a 29 anos de idade não tinham trabalho, enquanto 13,2% dos homens brancos de mesma idade não tinham ofício. O SIS 2019 também aponta que, nesse ano, tínhamos um total de 23,8 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, sem ensino superior, que não frequentavam a escola e, destes, 53,2% eram mulheres pretas ou pardas.

As mulheres representam maior parte da população do país, e as mulheres negras e pardas grande parte da população feminina brasileira. Porém os indicadores do IBGE denunciam que ainda em 2019 a população branca ganhava 69,3% a mais que a negra ou parda, e os homens 12,7% a mais que as mulheres. Ademais, a investigação revela que em 2019 a população branca recebia rendimento por hora superior aos negros em todos os níveis de instrução, sendo a desigualdade mais acentuada entre as pessoas com ensino superior completo em que se pagava R\$33,90 para cada hora de trabalho aos brancos, contra R\$ 23,50 pagos por hora trabalhada aos pretos e pardos.

O pensamento social brasileiro e estudos recentes apontam leituras a respeito dos

papéis representados por mulheres de todas as classes sociais, raças e descendências. Para compreender as relações de gênero e diversidade no mercado de trabalho brasileiro e suas desigualdades, utilizamos como ponto de partida a obra *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, e as principais pesquisas atuais que traçam o trajeto histórico das mulheres (principalmente das mulheres negras) no mercado laboral brasileiro.

Apesar deste artigo buscar, na literatura de um historiador masculino, a visão sobre fatores importantes para se explicar um determinado fenômeno social que acreditamos afetar diretamente as mulheres do século XXI, as análises feitas incluirão a perspectiva feminina sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho através de dados, autoras especialistas no tema e demais estudos atuais a respeito deste cenário.

É sabido que Freyre (1936), com seu olhar sobre a vida colonial brasileira, retratou, de forma muito próxima (sobretudo, de maneira romantizada), a relação de valorização entre senhores e escravos, *sinhás*, índias e negras; necessariamente nesta ordem. Sua obra inspirou e instigou inúmeros trabalhos e pesquisas a respeito das diferenças sociais e raciais no Brasil. Muito se estudou desta obra; entretanto, pouco se considerou (dentro da Administração, enquanto área) do processo de colonização brasileiro na relação da participação da mulher no ambiente laboral e nos obstáculos enfrentados por ela desde então — ainda que Freyre tenha amplamente descrito seus papéis na casa grande e na senzala.

As mulheres ganham destaque na obra, embora suas atribuições não fossem além da operacionalização e do funcionamento daquela estrutura. O protagonismo resume-se, grande parte das vezes, na explicação da maneira que seu trabalho, sua vida social e seus costumes foram apropriados como ferramentas para a reprodução da grande engrenagem colonial. O autor opta por segmentar as mulheres pela origem étnica, provavelmente identificadas através de suas diferentes origens e estereótipos, bem como através de suas funções dentro daquele sistema. É possível encontrar passagens que tratam exclusivamente de índias, mulheres negras, *parteiras*, *bruxas*, *amas-de-leite*, *escravas*, *mucamas* e *sinhá moças*. Levando em consideração a forma de retratar as mulheres em *Casa Grande e Senzala*, questiona-se se as determinações impostas no mercado de trabalho e na sociedade atual seguem o mesmo estereótipo definido na obra.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Ethos e com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com as 500 maiores empresas do Brasil, publicada em 2016, pode-se constatar que a maioria das empresas participantes não tem ações afirmativas para incentivar a presença de mulheres e negros em seus quadros executivos (ETHOS, 2016). Quando tem, são em maior parcela ações pontuais e não políticas, com metas e ações planejadas. Grande parte das organizações tampouco desenvolve políticas que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ou entre negros e brancos.

A Defensora dos Direitos das Mulheres Negras da ONU Mulheres Brasil, Kenia Maria, também utilizou dados da pesquisa: “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil” para denunciar no portal das Nações Unidas dados que sugerem a exclusão das mulheres negras, ainda hoje, de diversas oportunidades profissionais (ETHOS, 2016).

Diante deste cenário, este artigo busca focar a leitura sobre os papéis exercidos pela mulher negra do período colonial, apresentada por Freyre em *Casa Grande e Senzala*, e comparar com a realidade da sociedade brasileira do século XXI, traçando um paralelo entre os espaços que é destinada a ocupar nos dias de hoje e seus reflexos no mercado de trabalho. Busca-se, desta forma, contribuir com a Administração e com as pesquisas acadêmicas ligadas à área, principalmente sobre os temas: diversidade nas organizações, mulheres na participação econômica e gestão de pessoas sem discriminação.

Levando em consideração que a questão feminina aborda problemáticas diversas e que variam de acordo com questões sociais, raciais, econômicas, dentre outras, este estudo pretende dar ênfase, especialmente, nas opressões sofridas pela mulher negra no Brasil.

Através da análise dos papéis sociais ocupados pela mulher negra na atualidade, pretende-se traçar uma trajetória histórica para o campo organizacional, capaz de revelar possíveis causas e potenciais leituras para os problemas enfrentados. Para isso, propõe-se responder a seguinte pergunta: Conseguiu-se superar a ideia corrente do papel que cabe a

mulher negra, desde os tempos coloniais?

MULHER NEGRA EM CASA GRANDE E SENZALA

Em seu livro “Casa Grande e Senzala”, Gilberto Freyre traz um grande retrato histórico, político, social, cultural e econômico do Brasil. De início, apresenta as origens da sociedade brasileira a partir da relação entre suas raças formadoras, quais sejam: portuguesa, indígena e negra, relatando a forma como os povos foram ocupando as regiões do Brasil e se relacionando uns com os outros — inclusive sexualmente —, permitindo ao autor tratar também das questões que envolvem a miscigenação de nossas matrizes formadoras (Freyre, 1936).

Diferenciando-se de outras obras, Casa Grande e Senzala relata a vida cotidiana, tanto pública, quanto privada, da casa senhorial e das senzalas, abordando os seus pilares escravocratas: latifúndio e escravidão, casa grande e senzala. Levanta, em muitos momentos, aspectos relevantes a respeito da cultura negra, tanto pela sua primazia em escrever, mais intimamente, a respeito de sua história no Brasil colônia, quanto pela importância histórica que o livro conseguiu atingir à época que foi lançado, em virtude de seu protagonismo.

O autor, entretanto, sofreu muitas críticas em virtude de sua análise um tanto romântica e enviesada sobre a sociedade patriarcal e escravocrata, mesmo que, em muitos momentos, não fosse possível mascarar a violência do sistema. A forma como descreve a influência negra na vida das pessoas é uma passagem bastante marcante por retratar essa visão romaneada:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhamã que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, no ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (Freyre, 1936, p. 367).

Apesar de Freyre enxergar a mestiçagem como algo positivo, sabe-se que a sociedade àquela época era carregada de preconceitos — muito mais que nos dias atuais, visto que a situação era mais naturalizada — e atitudes violentas (minimamente falando) em relação à população negra. Sendo assim, a formação da sociedade pela interpenetração de culturas foi um tema bastante abordado: em alguns momentos, de uma forma mais real a nossos olhos, como quando trouxe a questão da degradação da cultura indígena pela imposição dos costumes europeus e até mesmo da questão referente à crueldade existente no tratamento de escravos; em outros momentos, de uma forma quase “inocente”, como quando trata da questão da língua nacional como mistura das tendências africanas e portuguesas. Pode-se encontrar esta passagem:

A linguagem infantil também aqui se amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras, quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. O processo de reduplicação da sílaba tônica atuou sobre várias palavras dando ao nosso vocabulário infantil um especial encanto. O dói dos grandes, tornou-se o dodói dos meninos. Palavra muito mais dengosa (Freyre, 1936, p. 414).

Como mencionado, o olhar de Freyre a respeito desta época tão marcante para a formação de um arcabouço social e cultural brasileiro mobiliza opiniões diversas. De um lado, os defensores desta forma de retratar o Brasil “açucaradamente”. De outro, os que julgam que o autor não foi capaz de destacar com vigor a violência do sistema escravocrata, devido à sua própria posição social.

Independente destas posições, os relatos de Casa Grande e Senzala fotografam um Brasil que ficou marcado em nossa identidade, sobretudo em relação ao significado da mulher negra para a sociedade. É sabido que a desigualdade histórica de direitos enfrentada pelas mulheres, por si só, já daria conta de explicar inúmeros fenômenos que se manifestam na atualidade. Ainda que a realidade de inferiorização seja latente ao se falar de todas as mulheres, ou seja, ainda que todas as mulheres sejam consideradas inferiores aos homens

para desempenhar muitos papéis sociais, esta situação se agrava ainda mais quando se trata da mulher negra, considerada a última na “hierarquia de direitos” do Brasil da Casa Grande e Senzala. E o livro, neste sentido, nos traz muitas passagens interessantes como pontos de partida para se pensar a sociedade atual (que não é diferente, em muitos aspectos).

O primeiro ponto de leitura é a sexualização da mulher negra. Este olhar é evidenciado durante todo o livro. Mesmo quando o assunto nada tem a ver com sexualidade, a mulher, na visão de Freyre, majoritariamente é tratada sob o prisma da sexualidade e da objetificação. Ao descrever a questão das condições de vida criadas pelo sistema escravocrata e, mais precisamente, sobre a sexualidade dos filhos do senhor de engenho manifestar-se em práticas sadistas e bestiais, tem-se:

As primeiras vítimas eram os moleques e animais domésticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro de carne: a negra ou a mulata. Nele é que se perdeu, como em areia gulosa, muita adolescência insaciável (Freyre, 1936, p. 455).

Em outra passagem, Freyre (1936) comenta a responsabilização da depravação precoce dos meninos nos tempos patriarcais:

Se este foi sempre o ponto de vista da casa grande, como responsabilizar-se a negra da senzala pela depravação precoce do menino nos tempos patriarcais? O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço; Desejo não: ordem. (Freyre, 1936, p. 456).

O autor conclui que, na verdade, o elemento ativo na corrupção da vida da família foi o próprio homem branco e que “moleques e mulatas” foram o elemento passivo nessa situação. Mas atenta para o fato de que o sistema econômico, que dividiu a sociedade em senhores e escravos é o grande responsável por gerar a tendência para o sadismo característico do brasileiro, nascido e criado na casa grande. No entanto, não deixa de punir a mulher negra, responsabilizando-a por sua “docilidade”. A docilidade da mulher negra, evidentemente, fala muito mais sobre sua necessidade de sobrevivência quando, por necessidade, precisou cooptar-se aos desejos dos seus senhores. Teria ela alternativas?

Questões de raça e gênero e o legado da escravidão

Safiotti (2001) faz uma leitura muito clara dos lugares ocupados pelas mulheres de hoje no mercado de trabalho em seu livro: “O poder do macho”, mas traz algumas reflexões acerca da mulher negra que são indispensáveis para a melhor compreensão de nossa sociedade. Já na contracapa do livro, a autora traz uma reflexão importante sobre a sociedade em que vivemos:

A discriminação contra a mulher e o negro no Brasil é socialmente construída para beneficiar quem controla o poder econômico e político. E o poder é macho e é branco (Safiotti, 2001).

O que Safiotti quis dizer, nestas poucas palavras, é que a identidade social da mulher é construída por intermédio de algumas expectativas de papéis que a sociedade espera que se cumpra. Neste sentido, tanto o homem quanto a mulher possuem uma certa delimitação nos campos em que devem atuar em sociedade. Os espaços de produção e reprodução de poder, dentro de nossa sociedade, são estrategicamente direcionados àqueles que ocupam os postos considerados dignos de exercê-lo em uma sociedade patriarcal capitalista: o homem branco.

Isso explicaria, portanto, a questão de a socialização dos filhos ser uma tarefa tradicionalmente conferida às mulheres e não aos homens. E, mesmo nos casos em que a mulher trabalha fora de sua casa, ela necessita arcar com mais horas de trabalho não remunerado ou delegar esta função a outra pessoa da família. Quando não for possível, até mesmo a alguém que a exerça de forma assalariada (Safiotti, 2001).

Tem-se, desta forma, que a responsabilidade pelos afazeres domésticos, assim como a responsabilidade pela criação dos filhos é atribuída à mulher não como uma escolha, mas, na maioria dos casos, como um papel, naturalizado pela sociedade, a ser por ela exercido. Reed (2011) associa este fenômeno ironicamente como uma das melhores fábulas de nossa sociedade: o fato de que as mulheres, por natureza, são um sexo inferior em virtude de suas funções reprodutoras e, com elas, a concepção de “corpo doméstico” que lhe é imputada, garantindo sua permanência dentro de uma esfera doméstica.

Como uma “atividade de segunda categoria”, a permanência doméstica fica reservada às mulheres com a sutil delegação de tarefas que respeita o caráter hierárquico da sociedade. Corroborando, ainda nos dias atuais, a ordem de relevância e influência percebida por Freyre nos tempos do Brasil escravocrata.

Safiotti (2001), em concordância com Reed (2011), entende que ao seguir esta linha de raciocínio, pelo fato da mulher ter a capacidade de gerar uma vida, é ela quem deve se dedicar à casa e à família, assim como é natural que ela conceba e dê à luz.

Nos estudos de Safiotti a respeito da mulher no mercado laboral, observa-se, também, uma preferência por mulheres brancas na ocupação de postos de trabalho que exigem tratamento com o público, por exemplo. Também no emprego doméstico remunerado, pode-se constatar o predomínio de mulheres negras que sofrem discriminações brutais. Em sua pesquisa, verificou-se que uma das maiores especificações na contratação de empregadas domésticas é de que só serão aceitas empregadas brancas. No entanto, Estudo divulgado pelo Ipea mostra que a realidade das empregadas domésticas não ocorre, exatamente, como descrito por Safiotti. Além disso, trabalhadoras domésticas brancas recebem mais do que as negras em todas as regiões do Brasil.

O trabalho doméstico no Brasil é um trabalho realizado majoritariamente por mulheres negras oriundas de famílias de baixa renda. Essa afirmação soaria coloquial não apenas em função da banalização que se faz da presença das mulheres no serviço doméstico, mas também pelo racismo estrutural que, em alguma medida, aprisiona os corpos de mulheres negras nas mesmas atividades realizadas na cozinha da casa grande durante o período de escravização (IPEA, 2019, p. 11).

É importante lembrar que o trabalho doméstico, quando observado em situações econômicas de elevado desemprego, reforça sua posição de fonte de renda enquanto alternativa para mulheres de baixa renda e níveis de escolaridade também baixos.

A socialização do cuidado com os filhos no retorno da licença maternidade também é outro exemplo de desigualdade de oportunidades não só entre homens e mulheres, mas entre as mulheres negras e as brancas. Quando as mulheres que conquistam seus espaços no mercado de trabalho, geralmente brancas e de classe média, se afastam de seu emprego em razão da maternidade e precisam voltar ao mercado, contam com a ajuda de outras mulheres. Quando estas não fazem parte da família, são contratadas como babás. Estas, em sua maioria, mulheres negras, da base da pirâmide econômica e com pouca instrução. A diferença entre as classes sociais acaba por marginalizar ainda mais a mulher negra que precisa então abandonar seus filhos em casa para cuidar dos filhos de suas patroas.

Ainda com relação ao mercado de trabalho, é importante frisar que mesmo as mulheres de classe média que saem de suas casas e terceirizam o cuidado dos filhos são consideradas exceções. A grande maioria, após a maternidade, enfrenta grandes dificuldades de reinserção no mercado, inclusive pela socialização (ou falta de) no cuidado com os filhos. Safiotti (2001) mais uma vez se faz presente neste questionamento, trazendo a noção de que se a penetração em determinados setores é extremamente difícil para as mulheres em geral, esta dificuldade aumenta consideravelmente quando se trata de mulheres negras.

Um autor que relaciona a sociedade patriarcal escravocrata com as desigualdades enfrentadas pela sociedade brasileira atual é Roberto Borges Martins que, através de sua pesquisa, constata o impacto da escravidão, e da forma como foi sua abolição no Brasil, em relação à exclusão econômica da população negra atualmente:

O Brasil foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, já no limiar do século XX. Depois da emancipação, em 13 de maio de 1888, os libertos foram lançados à sua própria sorte, sem nenhuma compensação ou qualquer projeto de integração à sociedade ou ao mercado de trabalho. Durante algum tempo discutiu-se a tese da indenização aos ex-proprietários, mas nunca se cogitou de qualquer ressarcimento ou apoio aos ex-escravos, como aconteceu, por exemplo, no período da Reconstrução no Sul dos Estados Unidos (Martins, 2004, p.17).

De acordo com o autor, olhando para nossa realidade da forma como ela se encontra atualmente, as leis universalistas podem até trabalhar a redução da pobreza, mas não seriam suficientes para efetivamente diminuir as desigualdades sociais. As gritantes

desigualdades raciais até o presente momento nos conduzem a aprendizados importantes e contestam algumas falsas crenças tomadas como verdades absolutas décadas atrás. Como, por exemplo, a expectativa de que o crescimento econômico e a criação de leis universalistas, especialmente após a ditadura militar, reduziriam naturalmente as desigualdades raciais que se mostraram frustradas.

Martins (2004) valida este aprendizado relacionando o Plano Real e o desenvolvimento econômico e aumento de renda na população negra.

Durante a primeira fase do Plano Real (1994-1998) a renda domiciliar real per capita cresceu quase 30%, e a renda real média do trabalho cresceu 26% (com relação ao nível de 1993). A proporção de pobres, por outro lado, caiu mais de 9 pontos percentuais no mesmo período, fazendo com que pelo menos 11 milhões de pessoas ultrapassassem o limiar da linha de pobreza. Vimos também que, apesar das oscilações econômicas dos anos seguintes, essas conquistas não foram revertidas e se mantiveram até o final da década. [...] (Martins, 2004, p. 56).

Essas transformações acabaram beneficiando a população como um todo. Entretanto, a real distância entre brancos e negros continuou praticamente a mesma. Isso nos revela que as políticas ditas “universalistas” são limitadas em sua capacidade de reduzir desigualdades e de transformar exclusões historicamente construídas. Tal fenômeno é designado pelo termo *creamy layer* ou “o benefício da nata”, isto é: quando a ação afirmativa beneficia uma camada de pessoas que supostamente já teriam vantagem sobre ela (Feres Junior e Daflon, 2015).

Os fatos demonstram que a equidade não é naturalmente produzida. Para alcançá-la, é preciso desenvolver instrumentos políticos adequados e ações afirmativas que sejam capazes de reduzir os elementos causadores dessas disparidades.

Sendo assim, observa-se que a legislação e as políticas públicas são fundamentais neste processo de desconstrução. O princípio de “igualdade de todos perante a lei” não é eficiente em uma sociedade espantosamente desigual e heterogênea. Assim como a neutralidade e a “isenção” do Estado propagadas pelo mercado liberal não promovem a igualdade, pelo contrário, intensificam as diferenças. Consequentemente, é preciso desenvolver “ações afirmativas”, específicas para os grupos marginalizados (hoje ou no passado), que nada mais são do que uma espécie de freio à “lei do mais forte”. Uma forma de mostrar que não se pode aplicar uma regra cega que subjuguem a todos sem considerar as diferenças em uma sociedade explicitamente heterogênea a respeito das condições e do acesso que possui. Seria como promover uma corrida com cada atleta partindo de um ponto diferente e acreditar que todos teriam as mesmas condições e oportunidades para alcançar a linha de chegada.

Contudo, não é de hoje que nossa legislação e Estado menosprezam, e inclusive corroboram as desigualdades raciais. Como afirma Martins (2004), desde o Império o Estado exerceu papel ativo silenciando e negando o preconceito e as distintas oportunidades oferecidas à população de acordo com a raça e o gênero. Apenas olhando para a questão das “ações afirmativas” muito recentemente, quando se tornou quase impossível fingir que não se via a prática de séculos e séculos em nossa sociedade.

Apesar de sempre terem sido levantadas e discutidas (mesmo de maneira superficial) as questões da discriminação racial e de gênero desde Freyre (1936), é somente nos anos 1980 que começa a surgir uma mobilização acerca do combate ao preconceito. Nasce as primeiras organizações com a missão de divulgar a história e cultura afro-brasileiras, as iniciativas de monitoramento e repressão de casos de discriminação, e as atividades de inclusão e avanço (ainda lento) a respeito da equidade de gênero e de raça.

É preciso deixar cada vez mais claro que o feminismo é um movimento plural. Nas palavras de Djamila Ribeiro (2018, p. 35): “é necessário entender de uma vez por todas que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher e romper com a tentação da universalidade, que só exclui”. É necessário escancarar a diferença de realidade do tornar-se mulher, sobretudo no Brasil, e levar em consideração a questão de raça.

METODOLOGIA

Esta pesquisa pretende analisar por meio documental e bibliográfico os papéis sociais ocupados pela mulher negra, tanto no passado quanto na atualidade, trazendo uma perspectiva histórica para o campo organizacional a respeito do tema. A perspectiva histórica irá se operacionalizar mediante o estudo do “Espaço Dinâmica Organizacional” (Martins, 2001).

A pesquisa documental com dados secundários se utilizará de informação coletada de pesquisas realizadas para auxiliar e respaldar as análises sobre o tema.

Com o objetivo de responder à pergunta central do estudo através de uma análise histórica, será utilizado o Espaço-Dinâmica Organizacional (EDO) e suas dimensões (Humana, Material, Tecnológica, Política e Simbólica) como ferramenta pedagógica capaz de elucidar as condições e relações interdimensionais do momento de partida da análise, período colonial brasileiro, chamado de T1, ao momento final da pesquisa, dias atuais, chamado de T2.

Pretendeu-se, por meio de coletas de dados secundários em entrevistas, reportagens e demais publicações veiculadas nos portais de mídia tradicionais (on-lines e físicos) e pesquisas acadêmicas, realizar uma comparação histórica acerca dos papéis representados pelas mulheres negras na sociedade brasileira e no mercado de trabalho. Para tanto, serão selecionados trechos destas publicações para contrapô-las com o que é dito em Casa Grande e Senzala. Desta forma, o espaço-dinâmica organizacional (EDO) projetado no tempo revela um passado e um presente que procura o futuro:

Logo em uma primeira abordagem a esse espaço-dinâmica, em um instante (t), revelam-se: coisas, pessoas, processos em operação, relações de dominação-sujeição e representações dos elementos constituintes desse lócus e dos referentes do universo em este se insere. Dito de outra forma: deparamo-nos com um espaço multidimensional, com uma dimensão material (física), outra humana (seus atores), uma terceira tecnológica (dos processos), uma quarta política (relacionada às questões de poder, hierarquização, decisão e controle da organização) e, finalmente, uma quinta dimensão: a simbólica ou cultural (de significação dos referentes desse universo) e que, como as demais, é construída historicamente, singularizando, assim, instantânea e geograficamente esse lugar social (Martins, 2001).

Sendo assim, as análises caminharão no sentido de observar as dimensões: simbólica, política, tecnológica, material e humana da mulher negra no Brasil escravocrata e no ambiente laboral dos dias de hoje para compreender os espaços e os significados da realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionado, a obra “Casa Grande e Senzala” foi o ponto de partida para esta análise, associada a documentos, estudos e pesquisas que sugerem que os papéis sociais ocupados pelas mulheres negras ainda estão reduzidos a uma pequena esfera da sociedade. A partir de agora, será evidenciado de que forma estes papéis sociais estão dispostos em divisões temporais. Tendo como base a metodologia do Espaço Dinâmica Organizacional, as análises foram realizadas em dois momentos: T1, representando o momento inicial da observação, suas dimensões e contextos históricos fotografados pela realidade vivenciada em Casa Grande e Senzala e T2, representando o momento atual e as dificuldades enfrentadas pela mulher negra no atual momento histórico que interfere diretamente em suas possibilidades no mercado de trabalho, para que se possa traçar um paralelo entre os dois momentos.

Espaço dinâmica organizacional em Casa Grande e Senzala: dimensões em T1

Dimensão humana

Elemento importante da dimensão humana — e talvez um pouco óbvio — é a hierarquização por gênero e raça. Como pirâmide social da época do Brasil Colônia, temos (do topo para a base): homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. A pirâmide social é apenas uma consequência do problema que, se observado em sua integridade, reconhece como sua origem o preconceito racial e de gênero.

Um outro aspecto é representado pela miscigenação. Sabe-se que, desde o início da sua formação, a sociedade brasileira viveu um processo profundo de mistura de raças. Podemos pontuar, dentre elas, as realizadas entre brancos e indígenas, resultantes de uma cultura de povoamento. Um outro ponto é percebido através da miscigenação entre brancos e negras que existiram, em grande parte, como fruto de relacionamentos casuais (na maioria estupro da mulher negra que, como escrava, era obrigada a servir seu senhor), gerando os “bastardos mestiços”.

Dimensão tecnológica

Com algumas exceções, a mulher negra executava quase todas as tarefas consideradas secundárias. No entanto, eram as grandes responsáveis pelas atividades domésticas. Trabalhavam com tecnologia rudimentar, na agricultura; e em atividades domésticas, como: lavar e passar roupas, cozinhar, limpar, dentre outras tarefas mais delicadas dentro da Casa Grande e da Senzala. Olhando para o sistema colonial como um todo, haviam outras ferramentas, como: roda d'água; azenha e o próprio engenho por si só, mas focamos, aqui, naqueles utilizados pela mulher negra.

Dimensão material

Enquanto dimensão material, é possível observar a separação física entre Casa Grande e Senzala. Além disso, a representatividade desta separação enuncia uma divisão hierárquica explícita. Cada pessoa da sociedade patriarcal descrita por Freyre frequentava apenas os espaços físicos que lhe permitiam, com exceção do homem branco que, como senhor, podia transitar entre territórios seja como dono ou como cobrador de seus “direitos de senhor”.

Dimensão simbólica

A única religião permitida era a católica. Para os negros, a única possibilidade de devoção às entidades de suas religiões de origem era o sincretismo. Ou seja, se converter ao catolicismo e ir às igrejas em hora de missa para “gente de cor” e identificar a semelhanças dos santos, em forças e atributos, com os orixás.

Como as mulheres negras eram responsáveis pela cozinha e pela criação dos filhos da Casa grande, a culinária e a linguagem se misturaram mais e se transformaram através das crianças, principalmente. O hábito de cozinhar vários ingredientes na mesma panela com o uso do feijão preto e das carnes de segunda dão origem à feijoada.

Dimensão política

Também aqui se desenvolve uma hierarquia de direitos e deveres em que homens brancos possuem todos os direitos e liberdades em contrapartida de pouco deveres (quando o possuíam eram deveres ao Estado e a outros homens brancos); a mulher branca que sem direitos mas com certa liberdade no ambiente doméstico e muitos deveres ao seu marido, também seu senhor; o homem negro sem direitos ou liberdade mas com alguma consideração pelo seu valor quase de mercadoria, resquício evidente do Brasil escravocrata; e a mulher negra, sem direitos, sem liberdades e prestando deveres aos homens brancos, aos negros e às mulheres brancas.

A sociedade patriarcal colonialista branca era altamente machista, considerando a mulher como inferior em diversos sentidos, principalmente na sexualidade. Vale mencionar, mais uma vez, a posição das mulheres negras dentro deste sistema: a base da pirâmide política, bem como social e econômica.

Espaço dinâmica organizacional em Casa Grande e Senzala: dimensões em T2

O momento T2, representando as manifestações atuais do espaço-dinâmica, trazem novas perspectivas, mas com posições secundárias na sociedade ocupadas pelas mulheres negras que ainda refletem fortes resquícios e semelhanças no mercado laboral do Brasil do

século XXI com o de Casa Grande e Senzala:

Dimensão humana

O preconceito racial e de gênero naturalizado nos costumes, nas piadas, no coletivo, permanece atual. Suas manifestações foram, ao longo dos anos, se modernizando — conforme a sociedade também se modernizou —, principalmente no cyber-racismo ou cyber-machismo que dá ainda a sensação de “segurança do opressor”, pois embora receba punição, gera maior dificuldade à fiscalização. Muitos são os relatos de pessoas negras vítimas de crimes como este, sobretudo em uma sociedade completamente conectada, que dá a possibilidade de o agressor sentir-se confortável, através de uma tela, para desvelar suas opiniões racistas, machistas, homofóbicas, trans fóbicas e assim por diante.

No caso da mulher negra, tanto o racismo quanto o sexismo exprimem o modo como as relações sociais e humanas são construídas no Brasil. Isto quer dizer que a realidade da mulher negra está completamente ligada, desde seu início, à questão do preconceito racial e de gênero. Isto, por ser uma questão estrutural, é pautado em hierarquizações e aspectos visíveis (como cor da pele, tipo de cabelo, características étnicas) e simbólicos (preconceitos linguísticos, consciência coletiva naturalmente racista), que se mantiveram presentes ao longo de toda nossa história.

Dimensão tecnológica

Ao pensarmos nos mais variados campos tecnológicos, bem como o acesso à tecnologia de uma forma geral, nos deparamos com o estereótipo do homem branco, geralmente de classe média. Este estereótipo nos faz refletir sobre a necessidade de estimular a diversidade na produção e no acesso à tecnologia em nosso país, não somente pelo que o estereótipo nos mostra superficialmente, mas o que está por trás. A tecnologia é uma ferramenta de poder, de influência e de consequência direta na vida de toda a sociedade e está presente das formas mais intensas a menos percebidas. Não existem pesquisas oficiais que compreendam os recortes de classe e raça dentro da tecnologia, mas existem iniciativas como a PretaLab que estimulam ações e estudos para entender melhor a realidade da mulher negra dentro da tecnologia e os esforços para saber onde estão as mulheres negras que atuam nessa área.

Dimensão material

Apesar da divisão do espaço físico ser mais sutil e não tão explícita nos dias atuais entre brancos e negros, temos fortes resquícios da hierarquização mencionada por Freyre. Podemos observar as dependências de empregada nos anúncios dos apartamentos; a existência do elevador social e o de serviço; no turismo na Favela; e nas próprias manifestações de patrões contra a lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, mais conhecida como PEC das Domésticas.

Além disso, convém abordar a permanência de um abismo salarial entre a população como um todo em relação às mulheres negras, que refletem essa desigualdade de maneira material. Comparativamente analisando, uma mulher negra ganhou, em 2019, um salário (R\$ 1.658,04) menor do que um homem branco, segundo os dados mais recentes da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério da Economia. Como sabemos, a distância salarial entre esses dois grupos reflete a persistência da pirâmide social já observada em Freyre. Além disso, há ainda que se observar algumas práticas de contratação de empresas. Enquanto há empresas que valorizam a diversidade racial, como o exemplo recente da Magazine Luiza — abrindo processo seletivo exclusivamente para trainees negros — o que se observa, de maneira geral, é o desinteresse do mercado movimentar qualquer tipo de reparação histórica.

Dimensão simbólica

Obtivemos abertura religiosa desde o Brasil descrito por Freyre, permitindo a prática das religiões de origem africanas como o Candomblé e a Umbanda. Entretanto, todos os dias vemos extremistas religiosos na política que discriminam e atacam praticantes das religiões

africanas.

Na formação de nossa Educação básica temos ausência de informação e formação sobre cultura negra, história africana e sua influência na construção do Brasil de hoje. Brasil este que possui mais da metade da população negra.

Outra prática presente é a apropriação cultural e de indumentárias na divulgação de estereótipos ou com conotação irônica, como as fantasias de carnaval de “Nêga Maluca” ou as festas a fantasia de jovens de classe alta em tempos de vestibular, em que estes se vestem de empregadas domésticas ou funcionários de limpeza para “brincar” com o fato de que caso não tenham uma carreira de sucesso, existem as opções menosprezadas.

Dimensão Política

Além das leis e políticas públicas mencionadas em outras dimensões, é preciso observar o avanço que algumas medidas ocasionaram em nossa sociedade. Como, por exemplo, a política de cotas como uma ação afirmativa e inclusiva; e a transformação a respeito da autoestima e do pertencimento permitidos pela autodefinição de etnia/ cor da pele.

Apesar de um grande avanço na legislação como suporte a essa realidade muita dificuldade de fiscalização e ainda penas brandas para os criminosos. Como avanço, podemos focar em 3 leis que atualmente colaboram para transformar a cultura do preconceito:

a) Lei de Injúria Racial - Especificado no artigo 140 do Código Penal, terceiro parágrafo. Quando se ofende uma ou mais vítimas, por meio de “elementos referentes à raça, cor, etnia, religião e origem”. É um crime inafiançável e a pena de prisão é de um a três anos, mais multa. No entanto, prescreve em oito anos, a partir do momento da injúria.

b) Lei do Racismo - Previsto em lei específica, a 7.716/1989. É um crime contra a coletividade e não contra uma pessoa ou grupo específico. Como, por exemplo, um estabelecimento comercial ou elevador social de um prédio, frequentado por moradores e/ou trabalhadores, recusar a presença de uma pessoa negra. O crime de racismo é inafiançável e imprescritível. A pena compreende de um a três anos, mais multa.

c) Lei Maria da Penha – 11. 340, de 7 de agosto de 2006. Conforme declara o primeiro artigo, a Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar. Possui um caráter informacional e punitivo, por conta disso. Está em conformidade com a Constituição Federal, com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e com outros tratados internacionais ratificados pelo país. Além disso, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

d) Lei da Igualdade Racial - 12.288, de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a garantia da igualdade de oportunidades, além da defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, bem como o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

e) Ainda há pouca representação da mulher negra na política, além de pouco estímulo para candidatura de pessoas negras em geral. A presença de mulheres negras nos parlamentos e nas posições de poder seria necessária para a representatividade da população brasileira, já que, em sua maioria, são compostos por homens brancos heterossexuais.

De caráter complementar, tem-se mais três exemplos deste paralelo. Três coletados diante de uma imensidão de exemplos cotidianos não noticiados. Em 2016, o jornal El País publicou uma reportagem intitulada: “A vida de uma babá no clube mais seletivo do Rio de Janeiro”, relatando por meio de entrevistas as relações entre patroas e babás frequentadoras do clube. Ao confrontarmos com o livro Casa Grande e Senzala, temos:

Quadro complementar: Dimensões do EDO em Casa Grande e Senzala (1936) e em reportagem do El País (2016)

	Casa Grande e Senzala	A vida de uma babá no clube mais seleteo do Rio de Janeiro.
Mulher negra como peça fundamental da vida privada das famílias	“Da escrava ou sinhamã que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boba” (FREYRE, 1936. p.367).	“O problema para mim não é sentar no chão, não. Para mim é complicado porque as crianças costumam dormir no meu colo enquanto assistem a TV. Aí, como eu não posso sentar, tenho que fazê-las dormir antes em outro lugar, para depois colocá-las no pufe”.
Relação entre a maternidade escrava	“A negra ou mulata para dar de mamar a nhonhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e o banho morno, cuidar-lhe da roupa, contar-lhe histórias, às vezes substituir-lhe a própria mãe - é natural que fosse escolhida entre as melhores escravas da senzala” (FREYRE, 1936. p.436).	"Gabriela tem 29 anos e dedica-se aos cuidados das crianças dos outros desde os 15 anos. Ela dorme no apartamento dos patrões e costuma voltar para a sua casa, a duas horas de ônibus dali, de 15 em 15 dias, pois trabalha feriados e alguns finais de semana".
Democracia racial	“Desde logo salientamos a doçura nas relações entre senhores com escravos domésticos (...) A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores, vários indivíduos como amas de criar, mucamas...” (FREYRE, 1936. p.435).	“As babás são nossas amigas. A mesma babá que cuidou do meu filho cuida hoje do meu neto”, “Mas aqui deve ter uma ordem”. Essa ordem parece ser quebrada quando algumas babás fazem “coisas absurdas”. (...) “A proibição de entrar no banheiro não é para humilhar, é pela ordem para que não vire uma bagunça. Algumas babás não têm educação”.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2020.

CONCLUSÕES

Após as leituras bibliográficas e a análise documental, objetivou-se responder até que ponto os papéis sociais destinados à mulher negra da época colonial, na leitura de Gilberto Freyre, nos ajudam a compreender as posições das mulheres negras no ambiente organizacional de hoje.

Ao confrontar o livro Casa Grande e Senzala com aspectos da sociedade atual, é perceptível o entrincheiramento de espaços e oportunidades ainda presentes na vida da mulher negra, revelando que apesar da sociedade hoje ser considerada mais reflexiva e contestadora, as práticas de segregação se tornaram apenas mais sutis, na maioria das vezes.

A reportagem do jornal El País ilustra com clareza esta relação, na medida em que as babás, apesar de serem reconhecidas como trabalhadoras assalariadas, vivenciam práticas discriminatórias e segregatórias em seus ambientes de trabalho.

Dados complementares reforçam a disparidade de salários e de oportunidades em cargos de liderança. Se as mulheres como um todo estão distantes de ocupar cargos na política e em posições estratégicas nas organizações, deve-se pesar ainda mais a distância percebida e vivenciada por mulheres negras.

Um ponto a ser questionado sugere que, na verdade, um dos obstáculos da mulher negra ao alcançar as oportunidades profissionais no Brasil é o baixo número de anos de estudo e a baixa qualidade da formação da mão de obra. Mas o problema, se não for resolvido em sua origem, dificilmente continuará evoluindo positivamente ao longo dos anos. Leia-se origem como papéis sociais, naturalizados e incrustados às concepções de sociedade que carregamos até hoje. Além disso, levantamento de dados relacionados à baixa escolaridade já foram realizadas neste sentido, chamando atenção para o fato de que mulheres em idade economicamente ativa são mais qualificadas do que homens, no geral. Portanto, a baixa escolaridade não pode ser considerada o único fator que entrava a carreira da mulher negra.

Entre as principais descobertas desta pesquisa se encontra a de que é necessário romper as desigualdades raciais e de gênero através da distribuição de oportunidades realmente igualitárias na Educação e no Mercado de Trabalho. Afinal, somente pressionando a redistribuição de renda e de poder, mediante a paridade de oportunidades ocupacionais poderia haver uma desconstrução da estrutura de privilégios.

Os dados anteriormente mencionados e a própria quantidade de mulheres negras que ocupam os postos de trabalho mais operacionais de cada profissão, diante da ínfima participação das mulheres negras nos cargos executivos ou na política, por si só, geram uma intensa reflexão acerca do limite de oportunidades estabelecido ao longo dos séculos. Tendo em vista que o avanço mais concreto, no que diz respeito à desconstrução da hierarquia herdada por nossa sociedade patriarcal escravocrata, se dá pelas políticas de cotas inauguradas pelas universidades a partir do ano de 2003, sugere-se ações semelhantes voltadas para a realidade das empresas privadas. É de grande urgência fomentar a viabilização de ações afirmativas, visando maior diversidade e igualdade de gênero e raça nas empresas privadas brasileiras.

Referências

- Banco Mundial. (2019). Mulheres, Empresas e Direito 2019: Uma Análise sobre avanços e desafios à participação feminina economia. Rio de Janeiro.
- Banco Mundial. (2018). Mulheres, Empresas e Direito 2018: Igualdade de gênero e inclusão econômica. Rio de Janeiro.
- Lei complementar no. 150 de 1º de junho de 2015. (2015). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília.
- El País (2017). A vida de uma babá no clube mais seletto do Rio de Janeiro. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/27/actualidad/1464300764_523657.html?id_externo_rsoc=FB_CC. Acesso em: 10/11/2017
- Ethos. (2016). Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas.
- Feres Junior, J; Daflon, V. T. (2015). A nata e as cotas raciais: genealogia de um argumento público. Opinião Pública, Campinas, vol. 21, nº 2.
- Freyre, G. (2005) Casa Grande e Senzala. 50ª edição. Global Editora.
- IBGE. (2019). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
- IBGE. (2019). Síntese dos Indicadores Sociais (SIS). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- IBGE. (2016). Síntese de Indicadores Sociais. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- IBGE. (2014). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
- IPEA. (2019). Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: Reflexões para o caso

-
- brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro.
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 (1940). [Parágrafo 3 Artigo 140 – Injúria racial]. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989 (1989). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Lei nº. 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Martins, B. R. (2004). Desigualdades Raciais e Políticas de Inclusão Racial: Um Sumário da Experiência Brasileira Recente. CEPAL, Santiago do Chile.
- Martins, P. E. M. (2001). A Reinvenção do Sertão: a Estratégia Organizacional de Canudos. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Reed, E. (2008). Sexo contra sexo ou classe contra classe. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann.
- Ribeiro, D. (2018). Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras.
- Rais (2019). Relação Anual de Informações Sociais. Ministério da Economia.
- Safiotti, H. (2001) O poder do macho. São Paulo. Moderna.
- Vergara, S. (2005). Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Editora Atlas.

Artigo – Seção Administração Brasileira

Padrões insustentáveis de consumo: um panorama do desequilíbrio global nos hábitos individuais e suas consequências para o Desenvolvimento Sustentável

*Aline Eggres de Castro**Universidade Federal de Santa Maria**Marcelo Trevisan**Universidade Federal de Santa Maria***RESUMO**

Hábitos ostensivos de consumo têm se consolidado nos debates sobre o Desenvolvimento Sustentável como um dos principais causadores da crise ambiental enfrentada pelo planeta. O estudo tem por objetivo debater os temas relacionados aos hábitos de consumo excessivos praticados por populações economicamente favorecidas – especialmente pertencentes aos países desenvolvidos do hemisfério norte –, em contraste com o consumo insuficiente ao qual grande parte da população mundial – principalmente dos países em desenvolvimento do hemisfério sul – é submetida devido à falta de acesso aos recursos. Para tanto, foi revisado o estado da arte relacionado às temáticas do Desenvolvimento Sustentável, padrões insustentáveis de consumo (consumo excessivo nas classes médias e altas e consumo insuficiente na base da pirâmide) e estratégias de mudanças nos hábitos de consumo – consumo verde, consumo consciente e consumo sustentável. Tais conceitos muitas vezes são confundidos ou até mesmo utilizados como sinônimos na literatura, sem especificar uma diferenciação clara entre eles. Para esse estudo buscou-se um significado mais profundo para cada termo, a fim de compreender melhor a evolução do pensamento social relacionado aos hábitos de consumo e o papel do consumidor nesse processo. Com isso, foram feitos vínculos entre os temas e os resultados das análises evidenciaram que os hábitos excessivos têm consequências diretas na degradação ambiental e social as quais as populações desfavorecidas são submetidas. Para reverter esse quadro é fundamental uma mudança de hábitos que inclua o pensamento coletivo nas decisões individuais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; consumo excessivo; desequilíbrio; base da pirâmide.

ABSTRACT

Ostentatious consumption habits have been established in the debate on sustainable development as a major cause of the environmental crisis that the planet is facing. This study aims to discuss issues related to excessive consumption habits practiced by economically privileged populations - especially those from developed northern countries - in contrast to the insufficient consumption to which much of the world's population - mostly in developing countries of the southern hemisphere - is subjugated due to the lack of access to resources. To do this, the literature related to the themes of sustainable development, unsustainable patterns of consumption (overconsumption in the middle and upper classes and insufficient consumption in the bottom of the pyramid) and strategies on changes in consumer habits (green consumption, conscious consumption and sustainable consumption) was reviewed. Such concepts are often confused or even used as synonyms in the literature, without specifying a clear differentiation between them. In this study, a deeper meaning for each term was sought, in order to better understand the evolution of social thinking related to consumption habits and the role of the consumer in this process. With that, links among themes were made and the findings showed that excessive habits have direct consequences on environmental and social degradation in which disadvantaged populations are subjugated. To reverse this situation a change in habits is essential to include the collective thinking on individual decisions.

Keywords: Sustainable Development; excessive consumption; imbalance; base of the pyramid.

INTRODUÇÃO

Os processos de degradação de nosso planeta, relacionados a hábitos de consumo insustentáveis, e o desequilíbrio entre a utilização de riqueza produzida e o acesso aos recursos, traz a reflexão sobre o papel de cada um de nós para tentar reverter esse caminho. As ações governamentais, empresariais e os avanços da ciência e tecnologia não são suficientes para barrar os danos que já foram e continuam sendo causados – tais ações precisam vir aliadas da mudança no comportamento de toda a sociedade. É preciso conscientizar as pessoas de que suas condutas têm consequências globais, gerando um impacto real na mudança de atitudes. Essa conscientização é um processo evolutivo que tem ganhado notoriedade à medida que os estudos sobre o Desenvolvimento Sustentável alcançam legitimidade.

Barbieri e Silva (2011) apontam que a partir da publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a expressão Desenvolvimento Sustentável passou a ser difundida, tornando-se popular, com a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (conhecida como “Rio-92”). Um dos principais guias gerados por esses encontros de líderes mundiais é a Agenda 21, documento aprovado na Rio-92, que consiste em um programa de ação abrangente para orientar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável. A Agenda 21 é constituída por 40 capítulos, dedicados às diversas questões sociais e ambientais de caráter planetário (erradicação da pobreza, proteção da atmosfera, conservação da biodiversidade, etc.).

Por ser muito abrangente, a questão do consumo é tratada em diversos pontos da Agenda 21, mas recebe especial atenção no Capítulo 4, cujo tema trata da mudança dos padrões de consumo. O foco está no exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo; e no desenvolvimento de políticas e estratégias de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo. A existência desse capítulo na Agenda 21 evidencia que já na Rio-92 discutia-se a questão do consumo como uma das causas centrais dos problemas ambientais. Ainda nessa conferência, houve a tentativa por parte da ONU da realização de outro documento, chamado “Carta da Terra”, mas que não obteve consenso em sua elaboração naquele momento (MMA, 2018).

Um primeiro esboço da Carta da Terra foi realizado, pela sociedade civil, de forma independente, somente em 1997 sob a coordenação de Maurice Strong (ONU) e Mikhail Gorbachev (Cruz Verde Internacional). Em 1999, Steven Rockefeller escreveu o segundo esboço que foi ratificado e amplamente divulgado em 2000. A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos voltados para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica, que visa a inspirar o senso de responsabilidade compartilhada nos povos. A situação global, conforme descrita pela Carta da Terra, exige atenção de toda a população. O documento enfatiza que os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas (MMA, 2018).

Ainda mais recente que esses compromissos é a ‘Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável’, contendo 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, criada pela ONU em 2015, envolvendo 193 estados membros. Nestes objetivos e metas, a ONU estabelece uma visão ambiciosa e transformadora que prevê um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar. Diversos desses objetivos estão diretamente relacionados com o poder de consumo de sociedades menos favorecidas – como “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”; “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição”; “assegurar a disponibilidade e gestão

sustentável da água e saneamento para todos”; “assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos”, “assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis” (ONU, 2018), entre outros objetivos que direta ou indiretamente visam a permitir que todas as pessoas, independente de sua classe social, tenham condições mínimas de uma vida digna por meio do acesso a alimentação, saúde, educação e infraestrutura. Morse et al. (2018) acreditam que para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, é imprescindível que populações mais pobres atinjam níveis de consumo básicos, como a segurança alimentar.

Dados apresentados nesse estudo evidenciam que hábitos de consumo individuais tem grande impacto ambiental e podem ter consequências globais. Isso mostra a importância da consciência e responsabilização de cada um pelo seu impacto no meio ambiente e pela necessidade de mudanças de hábitos a fim de buscar um planeta mais sustentável e com distribuição mais justa de recursos.

Este estudo, de cunho teórico, tem por objetivo debater os temas relacionados aos hábitos de consumo excessivos praticados por populações economicamente favorecidas – especialmente pertencentes aos países desenvolvidos do hemisfério norte –, em contraste com o consumo insuficiente ao qual grande parte da população mundial – principalmente dos países em desenvolvimento do hemisfério sul – é submetida devido à falta de acesso aos recursos. O estudo pretende associar as questões relacionadas à emergência do Desenvolvimento Sustentável com os padrões de consumo insustentáveis da sociedade. Esse é um tema de extrema relevância, mas tão cuidadosamente abordado dentro dos estudos de Administração, visto que ao tratar sobre redução de padrões de consumo entra-se em conflito direto com os interesses econômicos dominantes.

Para enfrentar o problema, outro objetivo do estudo é apresentar estratégias de mudanças nos padrões de consumo e esclarecer as diferenças entre as estratégias encontradas na literatura, que muitas vezes são confundidas ou até mesmo utilizadas como sinônimos – consumo verde, consumo consciente e consumo sustentável. A emergência da degradação ambiental justifica a relevância desse estudo e enfatiza a importância de quebrar essas barreiras e enfrentar o problema de forma direta, contribuindo para que os principais atores envolvidos – empresas, governos, consumidores – assumam a sua responsabilidade no processo de mudança.

Por meio de uma revisão bibliográfica sobre os temas do Desenvolvimento Sustentável, padrões insustentáveis de consumo (consumo excessivo nas classes médias e altas e consumo insuficiente na base da pirâmide) e estratégias de mudanças nos hábitos de consumo (consumo verde, consumo consciente e consumo sustentável), além da consulta em relatórios oficiais de órgãos especializados, fizeram-se associações entre os temas e conclusões a respeito do reflexo que as questões trazem para o futuro do planeta. O método utilizado foi uma revisão bibliográfica da literatura publicada sobre o assunto estudado e as conclusões foram elaboradas por meio de interpretação, que procurou dar um significado mais amplo às informações encontradas (MARCONI; LAKATOS, 2017).

O CONTROVERSO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável é um tema em constante construção, visto que diversos autores, como os citados a seguir, divergem sobre o real significado que o termo carrega consigo. O conceito mais tradicional de Desenvolvimento Sustentável é o apresentado pela ONU em 1987, elaborado pela *World Commission on Environment and Development* (WCED): “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.43). A definição gera debates, no entanto, visto que muitos dos ideais da sustentabilidade estariam mais voltados à contenção de necessidades e não à plena satisfação de tudo aquilo que o homem deseja. O próprio termo ‘desenvolvimento’ pode ser considerado contraditório à sustentabilidade, já que exige a exploração de recursos. Castro et al. (2018) questionam se “é possível ‘desenvolvimento’ ser ‘sustentável’?” visto que para Robinson (2004), crescimento e desenvolvimento seriam imperativos opostos de uma ideia de Sustentabilidade ecológica (e talvez social e econômica), portanto o termo ‘Desenvolvimento Sustentável’ seria contraditório.

Na percepção de Dias et al. (2003) a definição estabelecida pela WCED implica que o

desenvolvimento sustentável procura estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer as necessidades e as aspirações humanas. Enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que a política ambiental deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada.

De acordo com Romeiro (2003) o conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu para amenizar a controvérsia entre as relações de crescimento econômico e meio ambiente, exacerbada pela publicação do relatório do Clube de Roma que pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental. O conceito, na visão de Romeiro (2003), emerge, portanto, desse contexto como uma proposição conciliadora, em que se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina, e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e das desigualdades sociais.

Atualmente a abordagem mais utilizada para tratar do assunto é a que engloba três dimensões da sustentabilidade que servem como pilares que ditam o caminho do desenvolvimento: social (qualidade de vida, educação, saúde, saneamento, igualdade, oportunidades, desenvolvimento comunitário); ambiental (conservação da natureza, aproveitamento energético, políticas e código ambiental, prevenção de poluição, redução de resíduos no ar, água e solo); e econômica (lucratividade, redução de suprimentos e custos, crescimento, ciência, tecnologia e inovação) (ELKINGTON, 2012). Lélé (1991) aponta que temas relacionados ao Desenvolvimento Sustentável se tornaram uma série de “consertos”, visando estratégias e mudanças tecnológicas para reduzir impactos, criar políticas econômicas que incorporam considerações ambientais e diversas outras práticas que tentam corrigir erros das gerações anteriores que causaram problemas profundos.

Leal Filho et al. (2017) apontam que embora o conceito básico de sustentabilidade remonte a muitos séculos, só recentemente ele apareceu na agenda política internacional. Isso se deve em parte ao despertar do fato de que a pressão ecológica humana no planeta ainda é muito maior do que a natureza pode renovar ou compensar. Essa preocupação internacional foi enfatizada pelo estabelecimento dos objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Para Leal Filho et al. (2017), esses objetivos devem revigorar a pesquisa sobre Desenvolvimento Sustentável, visto que o fato de que a ONU e seus países membros se comprometeram a alcançar os objetivos até 2030 acrescentou um senso de urgência à necessidade de realizar pesquisas de qualidade sobre o tema e reitera a necessidade de utilizar os resultados desta pesquisa na prática.

Glavic e Lukman (2007) acreditam que o desenvolvimento sustentável é um processo no qual é enfatizada a evolução da sociedade humana a partir do ponto de vista economicamente responsável, em acordo com o meio ambiente. É uma linha do tempo, onde princípios, abordagens, estratégias e políticas podem ajudar a desenvolver e implementar uma visão de futuro de uma sociedade sustentável, a qual irá exigir padrões de pensamento diferentes e mudanças no estilo de vida.

O conceito, portanto, encontra-se em constante evolução, em um estado de diálogo permanente, visto que a busca por uma definição mais clara e precisa é importante para legitimar o tema na sociedade. A crescente conscientização a respeito de temas como o esgotamento dos recursos naturais e da capacidade da biosfera em absorver resíduos e poluentes, por exemplo, contribuem tanto para o enriquecimento da teoria, quanto para o engajamento social para ações que busquem melhorias a longo prazo. Kolk (2016) aponta que entre os temas que contornam o Desenvolvimento Sustentável, um dos mais discutidos até agora, desde a década de 1960, foi a pobreza e o desenvolvimento, incluindo a diferença de renda entre nações ricas e pobres e o problema alimentar mundial. A seguir é discutida a questão dos padrões de consumo que impulsionaram essas diferenças entre países ricos e pobres.

PADRÕES INSUSTENTÁVEIS DE CONSUMO

A crise ambiental, segundo Portilho (2005), era atribuída até a década de 1970 ao

crescimento demográfico, principalmente, nos países em desenvolvimento, que provocaria uma grande pressão humana sobre os recursos naturais do planeta. Com a realização da Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano) em 1972, os países em desenvolvimento tornaram explícito o argumento de que, na realidade, os principais responsáveis pela crise ambiental eram as nações industrializadas, que pelo seu modo de produção, eram os maiores consumidores de recursos e energia do planeta e os maiores poluidores. Essa nova argumentação estimulou um primeiro deslocamento do debate ambiental do crescimento populacional nos países do Sul para os padrões de produção dos países do Norte ocidental. Isso iniciou um processo de internalização da pauta ambiental nos meios de produção, seja por pressão governamental (pelo estabelecimento de novas normas e exigências ambientais), por pressão dos movimentos ambientalistas (por meio de denúncias, manifestações e boicotes) ou ainda por iniciativa dos próprios empresários que se apropriaram do discurso ambiental.

As negociações preliminares nos preparativos para a Rio-92 envolveram controversos debates sobre a relação entre estilo de vida e práticas de consumo e problemas ambientais globais. Os documentos produzidos durante a conferência, especialmente a Agenda 21, a Declaração do Rio e o Tratado das ONGs, começaram a apontar a responsabilidade pela crise ambiental aos estilos de vida e consumo, principalmente das populações dos países do Norte, que viviam uma sociedade pós-industrial, onde o lazer e o consumo se tornaram atividades fundamentais. Assim, o nível e o estilo de consumo se tornam a principal fonte de identidade cultural e de participação na vida coletiva. Isso acarretou uma segunda mudança no discurso dominante sobre os problemas ambientais, cujo foco passou da produção para o consumo (PORTILHO, 2005).

O Capítulo 4 da Agenda 21, que trata das mudanças dos padrões de consumo, aponta que como parte das medidas a serem adotadas no plano internacional para a proteção e a melhora do meio ambiente é necessário levar plenamente em conta os atuais desequilíbrios nos padrões mundiais de consumo e produção. Isso se dá porque a pobreza e a degradação do meio ambiente estão estreitamente relacionadas. Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental (em função da falta de estrutura), as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

Cheng et al. (2018) apontam que há pouca pesquisa sobre a vinculação entre ecologia, meio ambiente e pobreza e como essa relação influencia no Desenvolvimento Sustentável. Para os autores, a degradação ecológica e ambiental e a pobreza estão ligadas e devem ser enfrentadas em conjunto. Estratégias 'ganha-ganha' nos níveis local e nacional que restauram o meio ambiente, aumentam a renda e asseguram uma subsistência sustentável são necessárias. Cushing et al. (2015) pesquisaram evidências de uma relação entre a qualidade ambiental e a desigualdade social ao longo dos eixos de renda, riqueza, poder político e raça e etnia. O estudo sugere que sociedades mais desiguais têm ambientes mais poluídos e degradados, talvez ajudando a explicar por que sociedades mais desiguais são menos saudáveis.

O capítulo 4 da Agenda 21 ainda aponta que embora em determinadas partes do mundo os padrões de consumo sejam muito altos, as necessidades básicas do consumidor de um amplo segmento da humanidade não estão sendo atendidas. Isso se traduz em demanda excessiva e estilos de vida insustentáveis nos segmentos mais ricos, que exercem imensas pressões sobre o meio ambiente. Enquanto isso os segmentos mais pobres não têm condições de ser atendidos em suas necessidades de alimentação, saúde, moradia e educação. A mudança dos padrões de consumo exigirá uma estratégia multifacetada centrada na demanda, no atendimento das necessidades básicas dos pobres e na redução do desperdício e do uso de recursos finitos no processo de produção.

As diferenças nos padrões globais de consumo são evidentes, visto que 20% da população mundial, que habita principalmente os países afluentes do hemisfério norte, consome 80% dos recursos naturais e energia do planeta e produz mais de 80% da poluição e da degradação dos ecossistemas. Enquanto isso, 80% da população mundial, que habita principalmente os países pobres do hemisfério sul, fica com apenas 20% dos recursos naturais. Para reduzir essas

disparidades sociais, permitindo aos habitantes dos países do sul atingirem o mesmo padrão de consumo material médio de um habitante do norte, seriam necessários, pelo menos, mais dois planetas Terra (MMA/MEC/IDEC, 2005).

Cortez (2009) afirma que há evidências de que o padrão de consumo das sociedades ocidentais modernas, além de ser socialmente injusto e moralmente indefensável, é ambientalmente insustentável. A crise ambiental mostrou que não é possível a incorporação de todos no universo de consumo em função da finitude dos recursos naturais. O ambiente natural está sofrendo uma exploração excessiva que ameaça a estabilidade dos seus sistemas de sustentação: exaustão de recursos naturais renováveis e não-renováveis, degradação do solo, perda de florestas e da biodiversidade, poluição da água e do ar e mudanças climáticas, entre outros. E o resultado dessa exploração excessiva não é dividido igualmente para todos, apenas uma minoria da população da Terra se beneficia dessa riqueza.

Se considerado o princípio ético de que todos os habitantes do planeta (das presentes e das futuras gerações) têm o mesmo direito a usufruir dos recursos naturais e dos serviços ambientais disponíveis, enquanto os países desenvolvidos continuarem a promover uma distribuição desigual dos recursos naturais, os países pobres poderão continuar reivindicando o mesmo nível elevado neste uso, tornando impossível a contenção do consumo global dentro de limites sustentáveis. Neste contexto, os riscos de conflitos por recursos naturais, a fome, migrações internacionais e refugiados ecológicos tenderão a aumentar. Tal dilema aponta para a percepção ética de que todos os povos devem ter direitos proporcionais no acesso e utilização dos recursos naturais. Assim, para reduzir a disparidade social e econômica, seria necessário tanto um piso mínimo quanto um teto máximo de consumo. Porém, cada povo tem o direito e o dever de estabelecer padrões próprios de estilo de vida e consumo, não necessariamente copiando os estilos de vida de outras culturas (CORTEZ, 2009).

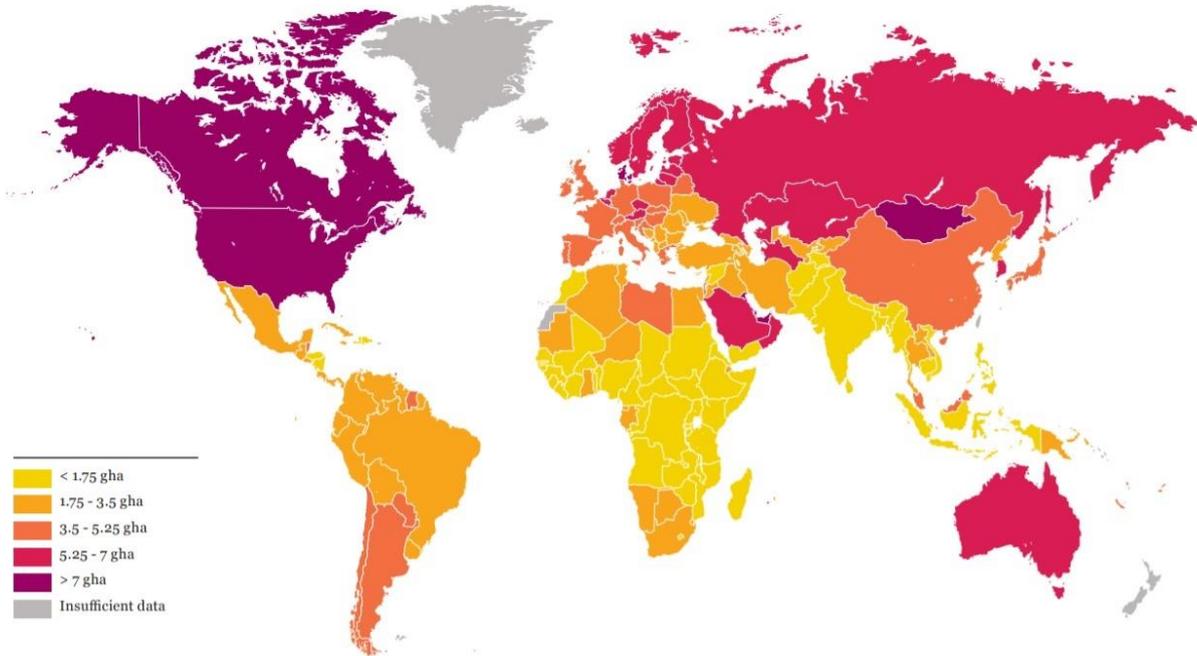
Lançado a cada dois anos pela Rede WWF, o “Relatório Planeta Vivo” é, segundo o próprio relatório, a mais importante análise baseada na ciência sobre a saúde do planeta e apresenta um cenário detalhado e atualizado da situação do meio ambiente. A edição 2018 aponta que a combinação de perda de biodiversidade e Pegada Ecológica¹ insustentável ameaça os sistemas naturais e o bem-estar humano no mundo todo. A exploração excessiva e a atividade agrícola, impulsionadas pelo consumo descontrolado, ainda são as causas dominantes da perda atual de espécies – a degradação da terra afeta seriamente 75% dos ecossistemas terrestres, reduzindo o bem-estar de mais de 3 bilhões de pessoas, com enormes custos econômicos.

A explosão do consumo humano é a força motriz por trás da mudança planetária sem precedentes que estamos testemunhando, através da crescente demanda por energia, terra e água. Os indicadores de consumo - como a Pegada Ecológica - fornecem uma imagem do uso geral dos recursos. Os produtos que consumimos, as cadeias de suprimentos por trás deles, os materiais que eles usam e como estes são extraídos e fabricados têm uma miríade de impactos no mundo ao nosso redor (WWF, 2018).

Além do excesso de consumo, o relatório da Rede WWF (2018) aponta que os recursos naturais estão distribuídos de forma desigual pela Terra. O padrão de consumo humano desses recursos difere da disponibilidade de recursos, uma vez que os recursos não são consumidos no ponto de extração. Observar a Pegada Ecológica de cada pessoa em nível nacional fornece informações adicionais sobre onde os recursos do mundo estão sendo consumidos. Os níveis variados da Pegada Ecológica são devidos a diferentes estilos de vida e padrões de consumo, incluindo a quantidade de alimentos, bens e serviços consumidos pelos residentes, os recursos naturais que eles usam e o dióxido de carbono emitido para fornecer esses bens e serviços. A imagem a seguir demonstra a distribuição da pegada ecológica pelo planeta, medida em unidades padrão chamadas “hectares globais”. Um hectare global é a quantidade anual mundial de produção biológica para uso humano e assimilação de lixo humano, por hectare de terra e pesca biologicamente produtivas (WWF, 2018).

Figura 1 - Mapa global da pegada ecológica do consumo

¹ Pegada Ecológica é a quantidade de recursos naturais renováveis para manter o estilo de vida de uma pessoa. A Pegada Ecológica Total de um país é uma função da população total e das taxas de consumo – o consumo de um país inclui a Pegada Ecológica que produz, mais as importações de outros países, menos as exportações.



Fonte: Relatório Planeta Vivo, WWF (2018)

A imagem deixa claro os padrões desproporcionais de consumo entre os hemisférios norte e sul do planeta, como níveis quase cinco vezes maiores de consumo dos EUA em relação a países africanos, por exemplo. Além da rede WWF, os dados do *Carbon Dioxide Information Analysis Center* - Centro de Análise de Informações de Dióxido de Carbono (CDIAC) apresentados no Quadro 1 corroboram essas discrepâncias. A organização disponibiliza um *ranking* dos países do mundo até 2014 (relatório mais recente disponível) quanto às emissões totais de CO₂ - da queima de combustíveis fósseis, produção de cimento e queima de gás. As emissões (CO₂_TOT) são expressas em mil toneladas métricas de Carbono. O quadro 1 demonstra os 10 países que mais poluem até o ano de 2014. Quanto aos países que menos poluem há uma discrepância bastante elevada, visto que enquanto as emissões das nações mais poluentes chegam nas casas dos milhões, as menos poluentes não passam de dezenas ou centenas de toneladas métricas de Carbono – as quatro nações menos poluentes (Ilhas Wallis e Futuna, Santa Helena, Niue e Tuvalu) possuem apenas unidades. Resguardadas as diferenças de proporções populacionais e territoriais, é evidente ao observar a lista completa (disponível no *web site* da CDIAC) que os países ricos do hemisfério norte encontram-se entre os mais poluentes, enquanto os países pobres do hemisfério sul, especialmente países do continente africano, mesmo aqueles com grandes territórios e populações, apresentam baixo impacto nos níveis de emissão de gases.

Quadro 1 - *Ranking* dos países do mundo até 2014 quanto às emissões totais de CO2

Posição no ranking	Nação	CO2_TOT
1	China	2.806.634
2	Estados Unidos da América	1.432.855
3	Índia	610.411
4	Federação Russa	465.052
5	Japão	331.074
6	Alemanha	196.314
7	República Islâmica do Irão	177.115
8	Arábia Saudita	163.907
9	República da Coreia	160.119
10	Canadá	146.494

Fonte: CDIAC (Carbon Dioxide Information Analysis Center - Centro de Análise de Informações de Dióxido de Carbono)

Outro fator que deve ser levado em consideração quando se fala de níveis desiguais de consumo é o índice de desigualdade social dentro dos países. Um país onde há maior concentração de riquezas faz com que grande parcela da população que não tem acesso a esses recursos fique excluída da sociedade de consumo. Para medir os índices de concentração de riqueza existe um índice chamado de Coeficiente GINI, que consiste na medida do desvio da distribuição de renda entre indivíduos ou famílias dentro de um país a partir de uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de 0 representa igualdade absoluta, um valor de 100 desigualdade absoluta (PNUD, 2016).

Utilizando dados do coeficiente GINI e do IDH (índice de desenvolvimento humano), o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2016 publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou o 'Índice de desenvolvimento humano ajustado à desigualdade'. Entre os dez países com menor índice de desigualdade e muito alto desenvolvimento humano estão: Noruega, Austrália, Suíça, Alemanha, Dinamarca, Singapura, Holanda, Irlanda, Islândia e Canadá – majoritariamente países ricos do hemisfério norte. Já entre os dez países com maior desigualdade e muito baixo desenvolvimento humano estão: Eritreia, Serra Leoa, Moçambique, Sudão do Sul, Guiné, Burundi, Burkina Faso, Chade, Níger e República Centro-Africana – todos países africanos pobres do hemisfério sul.

Tal desigualdade está diretamente relacionada aos índices de Desenvolvimento Sustentável, visto que o mesmo relatório ranqueia os países mais e menos desenvolvidos neste quesito e os países mencionados no ranking anterior encontram-se exatamente nas mesmas posições nos dois diferentes índices. Para medir o índice de Desenvolvimento Sustentável, o PNUD utiliza os seguintes critérios: consumo de energia renovável, emissões de dióxido de

carbono, área florestal, escassez de água limpa, esgotamento de recursos naturais, ajustamento de economias, dívida externa, despesas com pesquisa e desenvolvimento, índice de concentração de exportações, renda, desigualdade de gênero, população na pobreza multidimensional e nível de dependência dos idosos.

Além disso, os níveis desiguais de consumo também afetam os países mais pobres em função da destinação do lixo dos países mais consumistas. Grant e Oteng-Ababio (2012) apontam que o lixo eletrônico, por exemplo, é uma indústria de mais de US \$ 7 bilhões e as remessas transfronteiriças desse lixo ocorrem em circuitos internacionais, normalmente originários dos Estados Unidos e da Europa, mas agora também da China, e se conectam a locais de acumulação em cidades particularmente na África e em outros lugares pobres. Ou seja: o excesso de lixo sem destinação correta acaba em lixões, que causam sérios problemas ambientais (que ocasionam problemas sociais – como a saúde pública) em países menos desenvolvidos. A África, principalmente, se tornou um grande “lixão” do resto do planeta.

Para um país alcançar desenvolvimento sustentável dentro de um contexto global, deve assegurar um padrão de vida decente e sua Pegada Ecológica per capita não deve ser maior do que a biocapacidade per capita disponível no planeta. Atualmente, nenhum país cumpre esses critérios (WWF, 2018). Os dados apresentados pelo Relatório Planeta Vivo evidenciam que hábitos de consumo individuais tem grande impacto ambiental. Isso mostra a importância da consciência e responsabilização de cada um pelo seu impacto na degradação ambiental e pela necessidade de mudanças de hábitos a fim de buscar um planeta mais sustentável. Para alcançar a sustentabilidade é imprescindível alcançar equilíbrio nos níveis globais de consumo. As diferenças entre o consumo excessivo praticado por classes privilegiadas e o consumo insuficiente a que se submetem as populações em situação de vulnerabilidade são evidenciadas a seguir.

Consumo excessivo nos países privilegiados do hemisfério norte

A abundância dos bens de consumo, continuamente produzidos pelo sistema industrial, é considerada, frequentemente, um símbolo do sucesso das economias capitalistas modernas. No entanto, esta abundância passou a receber uma conotação negativa, sendo objeto de críticas que consideram o consumismo um dos principais problemas das sociedades industriais modernas (CORTEZ, 2009). A relação entre consumo e bem estar está enraizada nos modelos econômicos tradicionais, que de acordo com Jackson (2005) tratam o consumidor como um ser de desejos insaciáveis, que sempre quer consumir mais para sentir-se em uma situação mais favorável.

O excesso de consumo não estaria relacionado com a satisfação de necessidades do ser humano, que segundo Czinkota *et al* (2001), são condições insatisfatórias – relacionadas a exigências humanas básicas, como comer, respirar, abrigar-se, divertir-se, educar-se entre outras – que levam a ações que melhorarão estas condições. O excesso estaria ligado aos desejos, que Czinkota *et al* (2001) conceituam como aspirações de obter mais satisfação do que o absolutamente necessário para melhorar uma condição insatisfatória. Esses desejos são influenciados por fatores socioambientais (culturais, sociais, econômicos), por isso os hábitos de consumo são tão influenciados pelo ambiente no qual o consumidor está inserido.

À medida que a sociedade enriquece, surgem novos desejos de consumir e esses desejos se propagam nos âmbitos sociais, especialmente entre aqueles que têm condições financeiras para tal. Para o Filósofo francês Gilles Lipovetsky (2007), até 1970, isso é explicado pela lógica da diferenciação social, onde os indivíduos consumiam para ter prestígio, reconhecimento, status e integração social. Após esse período, começa a se observar o que o autor chama de uma sociedade de “hiperconsumo”, na qual o consumo passa a ser algo emocional, uma forma de distração dos problemas reais, seduzindo os indivíduos. O consumo torna-se uma corrida pelo bem-estar individual e uma maneira de combater a angústia, por meio do consumo hedonista, com a busca infinda pela felicidade e a conseqüente sensação de desamparo, quando aquilo que se compra não mantém a sensação de conforto desejada. O indivíduo sente que precisa comprar certo produto para satisfazer um vazio emocional, e sente-se impotente diante das imposições da mídia. Lipovetsky (2007) chama essa situação de “felicidade paradoxal”, pois ao buscar a felicidade por meio do consumo, o indivíduo acaba conquistando ainda mais angústias.

Jackson (2005) trata dos padrões atuais de consumo como uma “patologia social”, onde

os indivíduos encontram-se alienados e passivos diante das imposições da sociedade de consumo. Com isso, o autor questiona se o consumo realmente traz algum tipo de satisfação, visto que mesmo com o crescimento econômico e, conseqüentemente, nos níveis de consumo, o nível de satisfação de vida permaneceu praticamente inalterado nos últimos trinta anos. Além disso, o autor também aponta que as pessoas apresentam mais distúrbios psicológicos (como ansiedade) a cada década, corroborando a tese de Lipovetsky (2007) de que o consumo pode causar mais angústias que saná-las. Sanne (2005) aponta que mesmo tendo certa consciência de que mais consumo não traz mais satisfação, o consumidor sente que a insatisfação é a condição normal, logo, consome para ficar “menos insatisfeito”.

Pode-se observar que o excesso de consumo está, muitas vezes, relacionado a questões como diferenciação social e busca por sanar questões emocionais, que nada tem a ver com o suprimento de necessidades. Isso causa um acúmulo de bens supérfluos que agravam a degradação do meio ambiente e podem levar o indivíduo a diversos problemas psicológicos relacionados à ansiedade ou até ao endividamento, dependendo da sua situação econômica. Em contraste a esse consumo exagerado, de acordo com o Relatório Planeta Vivo da Rede WWF (2018), quase um bilhão de pessoas passam fome, 768 milhões de pessoas não tem acesso à água limpa e segura e 1,4 bilhões de pessoas não têm acesso a fontes de energia confiáveis. Esse consumo insuficiente é discutido a seguir.

CONSUMO INSUFICIENTE NA BASE DA PIRÂMIDE

O relatório da WCED enfatiza que a redução da pobreza é condição indispensável para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Ao analisar dados de consumo familiar em diferentes países, Cortez (2009) aponta que os maiores gastos nos países menos favorecidos são relacionados à alimentação. Isso não significa que essa população se alimente bem, mas demonstra que, o grande desafio é mesmo a sua sobrevivência, ou seja, a alimentação em primeiro lugar, onde não restam condições para as outras necessidades consideradas “supérfluas”. Com isso fica claro que as políticas de consumo sustentável devem estar relacionadas, em primeiro lugar, com a eliminação da pobreza, ou seja, elevar o piso mínimo de consumo daqueles que vivem abaixo de um padrão de consumo que garanta uma vida digna.

O mercado consumidor chamado “base da pirâmide” é constituído, de acordo com Farias e Farias, (2010), por mais de quatro bilhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia. São os membros dos países emergentes, que estão iniciando seu processo de consumo no mundo globalizado. O consumo na base da pirâmide, como forma de superação de níveis extremos de pobreza, ganhou relevância nos estudos acadêmicos centrados especialmente em dois focos: a relevância que esses mercados ganharam para as empresas que passaram a valorizá-los como público com forte potencial de mercado; e a questão da sustentabilidade, visto que o aumento no consumo por essa grande parcela da população tende a causar graves impactos ambientais.

A base da pirâmide, por se sentir socialmente excluída, apresenta dificuldades em se inserir no mercado consumidor. Para que haja uma real inclusão, Prahalad (2012) enfatiza a importância da inovação e da adaptação dos produtos, serviços e do próprio modelo de negócios às características específicas desse público. Para o autor, a abordagem gerencial nesses mercados deve focar na criação de consciência sobre o produto (para que os consumidores tomem conhecimento dele e suas utilidades); possibilidade de acesso, mesmo em locais remotos; acessibilidade dentro das condições financeiras do público alvo; e garantia de disponibilidade no fornecimento do produto. Ele considera importante também adicionar aspectos emocionais que incorporem aspirações desse público nos produtos.

Kolk et al. (2014) ao investigar o estado da arte da pesquisa sobre a base da pirâmide, concluíram que pequenas empresas locais têm uma função essencial ao promover essas inovações e adaptações de produtos defendidas por Prahalad (2012). O aspecto mais significativo da evolução deste campo, de acordo com Kolk et al. (2014), tem sido a expansão do conceito e medição da pobreza de uma definição puramente baseada na renda para um construto multidimensional que inclui privação material, falta de educação, problemas de saúde, vulnerabilidade, falta de voz e exclusão.

É importante considerar, portanto, que uma abordagem baseada no consumo em um mercado onde as pessoas são pobres e têm pouco acesso à educação e saúde poderia apenas

configurá-los para fins de exploração. Ao invés de tratá-los apenas como consumidores, outra abordagem trazida por autores da área é vê-los como produtores, trabalhadores e empresários. O emprego e a educação forneceriam a ajuda necessária para movê-los para fora da pobreza extrema, visto que a pobreza é um ciclo vicioso – não tendo acesso a recursos básicos, as pessoas são forçadas a gastar a maior parte de seu tempo em empregos de baixo nível, a fim sobreviver a cada dia, o que diminui o acesso a estudo e qualificação, que lhes permitam sair da armadilha da pobreza. Esta falta de oportunidades os aprisiona em situação de pobreza, mesmo em tempos de crescimento econômico (FARIAS e FARIAS, 2010).

É preciso tomar cuidado também para que a fuga do ciclo da pobreza não faça que a pessoa caia em outro ciclo vicioso: o do consumo. Há uma relação direta no aumento da renda com o aumento do consumo e isso muitas vezes leva ao consumo desnecessário e indesejado, resultando em desperdício e poluição. Com a rápida inovação tecnológica e a obsolescência planejada de produtos, há um incentivo contínuo para comprar novos modelos. Isso pode trazer benefícios de crescimento econômico a curto prazo para o mercado, mas tem o potencial para o desastre ambiental a nível global a longo prazo (FARIAS e FARIAS, 2010).

O Capítulo 4 da Agenda 21 aponta que em seu processo de desenvolvimento, os países em desenvolvimento devem procurar atingir padrões sustentáveis de consumo, garantindo o atendimento das necessidades básicas dos pobres e, ao mesmo tempo, evitando padrões insustentáveis, especialmente os dos países industrializados, geralmente considerados especialmente nocivos ao meio ambiente, ineficazes e dispendiosos. Isso exige um reforço do apoio tecnológico e de outras formas de assistência por parte dos países industrializados.

O consumo na base da pirâmide deve ter o foco na superação das condições de pobreza e na busca de condições dignas de subsistência. A partir disso, o foco deve ser voltado para a educação, para que as pessoas tenham condições de buscar melhores condições e oportunidades futuras para si, além de conseguirem esclarecimento sobre as consequências do consumo excessivo e evitem as armadilhas do consumismo. A seguir, diferentes focos sobre o consumo são discutidos.

CONSUMO VERDE, CONSUMO CONSCIENTE OU CONSUMO SUSTENTÁVEL?

A partir da percepção de que os atuais padrões de consumo estão nas raízes da crise ambiental, ficando cada vez mais claro que estilos de vida diferentes contribuem de formas diferentes para a degradação ambiental, movimentos em busca de padrões de consumo mais sustentáveis começam a se fortalecer. O consumidor passa a questionar qual o papel dos diferentes atores na busca de soluções para os problemas ambientais, posicionando-se e cobrando atitudes, assim como passa também a assumir a sua própria responsabilidade. Com isso surge uma série de posturas, como “consumo verde”, “consumo responsável/consciente/ético” e “consumo sustentável” (CORTEZ, 2009).

Os conceitos de diferentes termos relacionados a novos hábitos de consumo que estariam mais alinhados aos preceitos do desenvolvimento sustentável muitas vezes são confundidos ou até mesmo utilizados como sinônimos na literatura, sem especificar uma diferenciação clara entre eles. Para esse estudo buscou-se um significado mais profundo para cada termo, a fim de compreender melhor a evolução do pensamento social relacionado aos hábitos de consumo e o papel do consumidor nesse processo.

Consumo Verde

Segundo Neves (2000), no imaginário popular, as empresas só pensam em lucro, enganam os consumidores, exploram os empregados, sonegam impostos, corrompem autoridades, poluem o ambiente, são insensíveis aos problemas sociais e comandam ou participam de grandes conspirações contra a humanidade. Nesse contexto, pode-se interpretar que o pensamento coletivo popular tende a culpar as grandes corporações pela degradação ambiental do planeta. Elas seriam as maiores poluidoras, com seus métodos de produção que exploram os recursos naturais e emitem gases tóxicos, além de incentivarem os hábitos insustentáveis de consumo por meio da publicidade massiva dos seus produtos. Nessa visão mais tradicional, o consumidor espera que o governo imponha limites para as empresas e que elas próprias tomem atitudes proativas para reverter os problemas que causam e busquem

novos meios de produção menos agressivos. Tachizawa (2007) defende por meio de estudos realizados entre consumidores, que a maior parte dos pesquisados estaria disposto a pagar mais por um produto que não agredisse o meio ambiente. O consumidor, portanto, privilegiaria no momento de sua escolha as empresas que utilizam métodos mais ecologicamente corretos e produzam itens com materiais renováveis e mais naturais – produtos “verdes”.

O consumo verde está relacionado com as mudanças tecnológicas para melhorar o desempenho ambiental de um produto (CORTEZ, 2009). Para se adaptar a esse cenário, muitas empresas estão implantando sistemas de gerenciamento ambiental a fim de reduzir custos e riscos com multas e indenizações, minimizar desperdícios, aumentar a eficiência dos recursos, tornarem-se mais produtivas e melhorar sua imagem diante de um consumidor mais crítico e exigente – o “consumidor verde”. Elas adotam essa postura pensando não apenas no bem comum, mas em uma lógica de negócios, de como podem se adaptar e se tornar mais lucrativas nessa realidade.

As atividades desenvolvidas pelas empresas ao longo de sua cadeia de suprimentos tendem a ocasionar sérios impactos ao ambiente, como o desperdício dos recursos naturais e as emissões de gases nocivos. Com a crescente preocupação ambiental, essas atividades se tornaram um dos focos de mudança, ocasionando o surgimento do conceito de *Green Supply Chain Management* (GSCM) – ou Gestão da Cadeia de Suprimentos Verde. Ela pode ser conceituada como a integração ambiental na cadeia de suprimentos, incluindo a concepção do produto, a procura e a seleção de material, os processos de fabricação, a entrega do produto final aos consumidores e a gestão do produto após o término do seu ciclo de vida (SRIVASTAVA, 2007).

Para Srivastava (2007), a GSCM tem como objetivo reduzir a carga ecológica, utilizando materiais e tecnologias apropriadas, minimizando desperdícios e auxiliando a economia de custos. Alves e Nascimento (2014) apontam que GSCM engloba atividades de redução de perdas, reciclagem, desenvolvimento de fornecedores, desempenho dos compradores, compartilhamento de recompensas e riscos, adoção de tecnologias mais limpas, adequações a normas e legislação, reutilização de materiais, economia no consumo de água e de energia, utilização de insumos ecologicamente corretos e processos de produção mais enxutos e flexíveis. Essas atividades devem ser de responsabilidade de todos os participantes da cadeia.

Além do fluxo direto da cadeia produtiva, é importante também a preocupação com o fluxo de retorno dos resíduos deixados por um produto após seu uso para que tenham a destinação adequada – a chamada logística reversa. De acordo com Corrêa e Xavier (2013), a logística reversa envolve o transporte e a gestão apropriada dos resíduos: o descarte final da forma que cause menos danos ao meio ambiente, ou, sempre que possível, a reutilização, reciclagem, renovação e reinserção de materiais de volta nas cadeias de suprimentos. Nesse contexto, cresce o conceito de “economia circular”, na qual a fim de não aumentar o consumo de recursos, é priorizado o reaproveitamento de resíduos da cadeia produtiva. A economia circular, de acordo com Ghisellini et al. (2016), visa a aumentar a eficiência do uso de recursos, com foco especial em resíduos urbanos e industriais, para alcançar um melhor equilíbrio e harmonia entre economia, meio ambiente e sociedade.

Além do processo produtivo, o próprio produto deve buscar um desempenho ambiental superior, por meio de inovações tecnológicas. Para Hansen e Große-Dunker (2012) inovação orientada para a sustentabilidade consiste na introdução comercial de um produto ou serviço que comparativamente com sua versão anterior leve a um benefício ambiental e/ou social ao longo do seu ciclo de vida, de forma rastreável (qualitativa ou quantitativamente). Nidumolu, Prahalad e Rangaswami (2009) consideram que a sustentabilidade é agora o principal motor da inovação. Para os autores, as empresas devem visualizar o cumprimento de normas e conformidade com a legislação ambiental como uma oportunidade e um incentivo para o uso de novas tecnologias voltadas para a sustentabilidade. Para isso, devem tornar suas cadeias de suprimento sustentáveis, incentivando a inovação no desenvolvimento de fontes sustentáveis de matérias-primas e componentes; e desenvolver produtos e serviços sustentáveis ou redesenhar os já existentes para se tornarem eco-amigáveis.

Pode-se observar que essa “tendência verde” não é proveniente apenas de “boas intenções” de empresários com o meio ambiente. Ela é baseada na necessidade de sustentação financeira da empresa a longo prazo em um cenário no qual as legislações são mais rigorosas

e existem casos de empresas que tiveram sua imagem prejudicada diante do público ao serem expostas por conta de impactos ambientais em suas cadeias. O raciocínio básico é que os investimentos na cadeia verde podem ser traduzidos em economia de recursos, eliminação de desperdícios e melhoria de produtividade. É novo enfoque à responsabilidade das empresas com o meio ambiente, envolvendo um relacionamento compartilhado com fornecedores, órgãos governamentais, organizações não governamentais, consumidores e sociedade em geral.

Cortez (2009) aponta que apesar dos seus benefícios, a estratégia de consumo verde tem algumas limitações, como o estímulo ao consumo desses produtos por meio de ações de marketing ecológico, o que proporcionaria apenas uma troca de marca, fazendo com que o consumidor tenha uma percepção de que suas escolhas melhoraram, mas não há uma efetiva redução nos hábitos de consumo. De acordo com a autora, muitas empresas passaram a focar o poder de compra de pessoas com alto poder aquisitivo interessadas em um estilo de vida de baixo impacto ambiental, percebendo-as como um novo nicho de mercado. Dessa maneira, a necessidade de redução e modificação dos padrões de consumo foi substituída pelo simples “esverdeamento” dos produtos e serviços. Outra limitação importante destacada por Cortez (2009) é que o consumo verde enfrentaria apenas uma parte do problema – a tecnologia –, enfatizando o desenvolvimento de produtos verdes para uma parcela da sociedade, enquanto a parcela mais desfavorecida (a base da pirâmide) continua tendo acesso a produtos inferiores e com um nível de consumo abaixo da satisfação de suas necessidades básicas.

Consumo sustentável

A continuidade da crise ambiental e a imensa desigualdade nos níveis de consumo entre pessoas de diferentes regiões e classes sociais evidenciou a necessidade de ir além da simples substituição por marcas “verdes” e da escolha por empresas com atuação socioambiental ética. É preciso buscar as ações coletivas que interliguem o papel das empresas (com produtos de superior desempenho ambiental, cadeias produtivas limpas, atuação ética e programas de desenvolvimento social); dos governos (com legislações rígidas em relação à exploração ambiental, políticas públicas efetivas para que a base da pirâmide tenha um nível de consumo digno e educação ambiental para conscientização de toda a população em relação à necessidade de equilíbrio nos níveis de consumo); e os próprios consumidores (que a partir da educação ambiental tenham consciência do seu papel e da sua responsabilidade).

Cortez (2009) aponta que o consumo sustentável tem uma proposta mais ampla que as estratégias anteriores, pois, além das inovações tecnológicas e das mudanças nas escolhas individuais de consumo, enfatiza ações coletivas e mudanças políticas, econômicas e institucionais para fazer com que os padrões e os níveis de consumo se tornem mais sustentáveis. A preocupação se transfere da tecnologia dos produtos e serviços e do comportamento individual para os níveis de consumo desiguais. É preciso considerar que o meio ambiente não está relacionado apenas a uma questão de como os recursos são usados (padrões), mas também a uma preocupação com o quanto são utilizados (níveis), tornando-se uma questão de acesso, distribuição e justiça social e ambiental. Conclui-se que mais importante que o impacto social e ambiental da distribuição desigual do acesso aos recursos naturais é o próprio impacto ambiental do consumo: tanto o “subconsumo” quanto o “superconsumo” causam degradação social e ambiental.

A Carta da Terra (2000) apresenta alguns princípios na busca de uma sociedade global mais justa e sustentável. Esses princípios podem ser relacionados às estratégias de mudanças de hábitos de consumo, como o “respeito e cuidado com a comunidade e com a vida” e a “integridade ecológica”. O terceiro princípio apresentado pode ser especialmente associado ao consumo sustentável ao apontar a importância da busca por “justiça social e econômica”. Ele busca a erradicação da pobreza, por meio do acesso a recursos básicos a todos; o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável, com a distribuição equitativa de riquezas, recursos intelectuais e oportunidades, acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas; entre outras ações que buscam colaborar com uma vida digna a pessoas desfavorecidas e minorias.

Os atuais níveis de consumo por parte do mundo desenvolvido não são sustentáveis, causando enorme devastação ambiental ao planeta e quando os países pobres do mundo começam a consumir mais para manter um padrão de vida razoável essa situação torna-se

ainda mais preocupante. Farias e Farias (2010) apontam que deve haver limites para o crescimento econômico – o que precisa ser parte de qualquer discussão para solução da pobreza. Esses limites devem vir tanto dos países desenvolvidos quanto dos emergentes. Um exemplo é a revisão do Protocolo de Kyoto, no qual não se esperava que países emergentes limitassem seu crescimento com a redução de emissões de carbono que foi imposta aos países desenvolvidos. O mundo desenvolvido também precisa rever seus padrões de consumo, sendo essencial a redução de desperdícios, deixando espaço ambiental para as economias emergentes crescerem.

Entendendo as diferenças

A fim de ilustrar as diferenças entre as três estratégias de mudanças de hábitos de consumo, Cortez (2009) traz o exemplo da área de transportes, conforme a Figura 1. Na estratégia de consumo verde, haveria mudanças tecnológicas para que os carros se tornassem mais eficientes (consumindo menos combustível) e menos poluentes. No consumo consciente haveria mudanças comportamentais dos consumidores, que considerariam essas informações sobre o produto além de buscar dados relevantes sobre a empresa fabricante na hora da compra de um automóvel. Na estratégia do consumo sustentável, haveria também investimentos em políticas públicas visando a melhoria dos transportes coletivos, o incentivo aos consumidores para que utilizem esses transportes e o desestímulo para que não utilizem o transporte individual.



Fonte: elaborado pelos autores. Adaptado de Cortez (2009)

Outro exemplo no qual podemos refletir sobre as diferentes estratégias de consumo é no setor de alimentação. Um consumidor verde poderia optar por produtos com selos de qualidade como o de alimentos orgânicos, ou ainda consumir produtos que optem por embalagens feitas de materiais reciclados. No consumo consciente haveria a reflexão por parte do consumidor das suas escolhas alimentares, como, por exemplo, reduzir o consumo de carne, visto que a pecuária é a atividade econômica que mais causa danos ao meio ambiente (IATP, 2018). Já no consumo sustentável, além de fazer escolhas mais responsáveis como as citadas anteriormente, o consumidor se preocuparia com a origem do seu alimento, dando preferência a produtores locais, agricultores familiares e demais fornecedores que incentivem o desenvolvimento social e econômico da sua comunidade.

Figura 3: exemplo das estratégias de mudanças de hábitos de consumo – alimentação

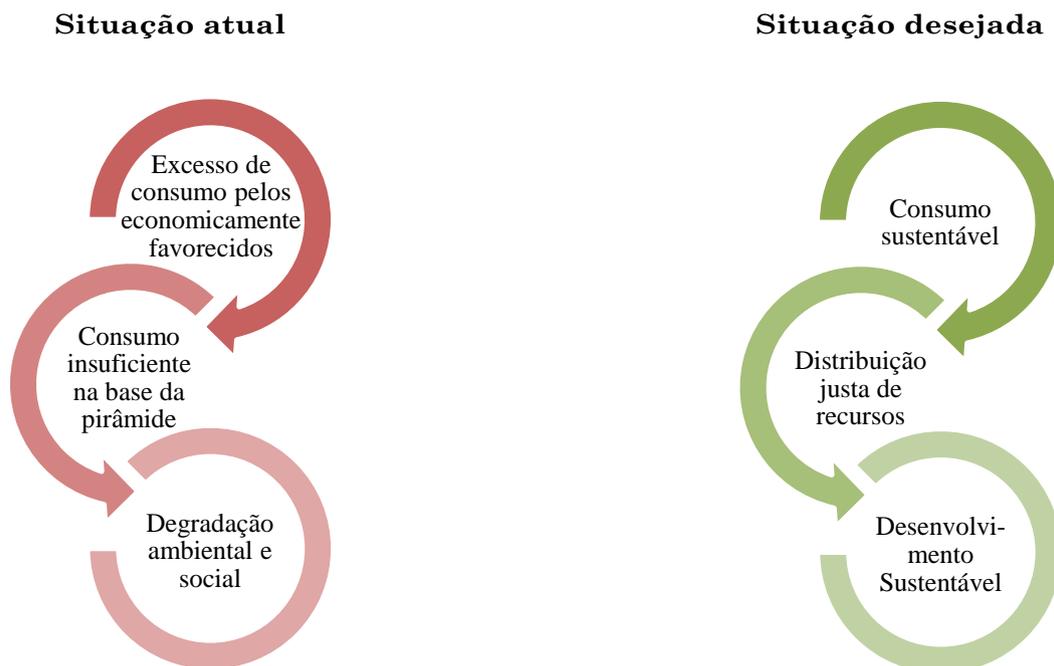


Fonte: elaborado pelos autores.

As estratégias de consumo sustentável, entretanto, ainda encontram muita resistência na sociedade. Níveis equilibrados de consumo implicam em uma mudança drástica nos hábitos das populações mais favorecidas e isso parece uma realidade distante. Silva e Shimbo (2004) apontam que experiências inovadoras nas políticas públicas voltadas para a melhor distribuição de recursos têm se confrontado com interesses conservadores que buscam firmar seus privilégios frente à coletividade. Pode-se compreender que enquanto o pensamento individualista continuar a se sobrepôr ao pensamento coletivo, a estratégia de consumo sustentável pode parecer algo utópico.

Para sistematizar os temas abordados nesse estudo, o seguinte modelo analítico, na figura 4, foi realizado para resumir a realidade atual descrita e aquilo que se busca alcançar com as mudanças nos padrões de consumo.

Figura 4: modelo analítico resumindo os temas abordados



Fonte: elaborada pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da bibliografia sobre os temas abordados e o levantamento de dados por meio da análise de relatórios de órgãos especializados indicam que há vínculos entre os níveis desequilibrados de consumo dos países ricos em relação aos países em desenvolvimento, com

os processos de degradação ambiental e social. A reflexão sobre os hábitos individuais e as suas consequências é uma necessidade iminente entre as populações mais favorecidas, cujo acesso aos recursos é facilitado. A pobreza e as condições miseráveis às quais outras pessoas são submetidas, que parecem tão distantes a essas populações privilegiadas, devem ser compreendidas por tais como uma consequência direta dos excessos que fazem parte de sua rotina e muitas vezes nem são percebidos.

Tal reflexão foi ao encontro do objetivo central do estudo de debater os dados relacionados aos hábitos de consumo excessivos praticados por populações economicamente favorecidas, em contraste com o consumo insuficiente ao qual grande parte da população mundial é submetida devido à falta de acesso aos recursos. Para enfrentar o problema, o estudo apresentou possíveis estratégias de mudanças nos padrões de consumo, especialmente destinadas às populações que consomem de forma excessiva e devem repensar seus hábitos, a fim de proporcionar economia nos recursos utilizados, com menor degradação ambiental.

Quando se trata desse tema, confrontam-se diretamente os interesses dos grandes detentores de capital. As empresas tradicionais, com orientação principal focada ao lucro, não têm interesse que as pessoas reduzam os seus hábitos de consumo, pois a diminuição no volume de vendas tende a reduzir a sua receita. Para que as pessoas continuem consumindo, mas tenham a impressão de estar contribuindo para o desenvolvimento sustentável, as empresas desenvolvem produtos com melhor desempenho ambiental e os promove como sendo “ecológicos”, por meio de estratégias de “marketing verde”. Com isso, vendem a ideia de que as pessoas não precisam consumir menos, apenas consumir “melhor”, ou seja, selecionar a sua marca.

Mesmo que a sua marca seja verdadeiramente melhor para o meio ambiente e as pessoas, esses produtos dificilmente são disponíveis para os consumidores da base da pirâmide – aqueles que mais precisam de melhoria de qualidade em seu consumo. Logo, as abordagens tradicionais de negócio tendem a entrar em colapso, e as empresas terão de desenvolver soluções inovadoras que busquem a sustentabilidade. Esse é um processo de aprendizagem que envolve uma cultura organizacional voltada para a inovação.

A mudança na tecnologia dos produtos é, sem dúvidas, um grande avanço rumo a um mundo mais sustentável, mas esses produtos também exigem a exploração de recursos, logo não podem ser consumidos indiscriminadamente em quantidades excessivas. Além do esgotamento de recursos, o excesso de consumo também ocasiona o problema do excesso de lixo, que em casos como o do lixo eletrônico, por exemplo, acabam sendo destinados a lixões em países mais pobres, ocasionando uma série de outros problemas ambientais e sociais nesses locais.

O consumidor verdadeiramente consciente é aquele que incorpora os princípios da sustentabilidade e inclui em suas decisões de consumo não apenas informações sobre o que é consumido, mas sobre o impacto que aquele consumo traz para o planeta e para os demais habitantes deste. Apesar da importância de o consumidor assumir a sua responsabilidade, ele jamais pode abster-se de pensamento crítico e permitir que outros atores deixem de assumir o seu próprio papel. Cortez (2009) afirma que frequentemente, governos e empresas buscam suavizar sua responsabilidade, transferindo-a para o consumidor, que passou a ser considerado o principal responsável pela busca de soluções. A responsabilidade deve ser compartilhada por todos, em cada esfera de ação. O destaque na mudança dos padrões de consumo deve ser visto como uma forma de fortalecer a ação política dos cidadãos, que além de assumir o seu papel sabe cobrar dos demais atores as suas devidas atribuições.

Para alcançar esse nível de esclarecimento é preciso que o consumidor seja apropriadamente informado sobre as questões que pautam o Desenvolvimento Sustentável. Para Cars e West (2014), a educação é um componente social indispensável e uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de uma sociedade pacífica e sustentável. O Desenvolvimento Sustentável exige mudanças de atitudes e valores nas pessoas, e a educação é a chave. A educação voltada para a sustentabilidade deve incluir temas como as alterações climáticas, riscos de desastres, biodiversidade, redução da pobreza e consumo sustentável. Exige também o uso de métodos participativos, que capacitem, promovam competências e pensamento crítico voltado para a coletividade, além de motivar o indivíduo a mudanças de comportamento.

É preciso que as pessoas sejam críticas consigo mesmas ao avaliarem o impacto negativo

que podem causar e façam escolhas e sacrifícios visando às necessidades de todos, não somente as de si próprio. Moderação no consumo considerando a qualidade de vida dos outros é fundamental (FARIAS e FARIAS, 2010). Esse tipo de consciência apontada pelos autores é algo que também pode ser desenvolvido por meio da educação, mas que é principalmente adquirido por meio das interações sociais, por isso é importante evidenciar também o papel da família e demais grupos de referência na formação dos hábitos de consumo das pessoas. Para isso, é necessário desenvolver processos de aprendizagem social voltados à educação das pessoas em função da sustentabilidade, deixando o pensamento individualista e focando no pensamento global, visando o bem-estar das demais pessoas e do meio ambiente, e possibilitando, com isso, perspectivas de observar resultados efetivos na busca por Desenvolvimento Sustentável.

O consumo sustentável, muito mais que a simples escolha por marcas consideradas mais alinhadas aos preceitos ecológicos, consiste em uma mudança de hábitos que inclua o pensamento coletivo nas decisões individuais. Tal diferenciação e esclarecimento quanto às estratégias voltadas às mudanças nos hábitos de consumo atende ao segundo objetivo traçado pelo estudo, evidenciando o papel de cada ator no processo. Para estudos futuros relacionados ao tema, sugere-se a identificação de situações práticas nas quais possam ser visualizadas as estratégias (ver Figuras 2 e 3) de consumo verde, consciente e sustentável e suas diferentes aplicações e resultados em países desenvolvidos do hemisfério norte e subdesenvolvidos do hemisfério sul – uma limitação desse estudo que se deteve na discussão em âmbito teórico.

Referências

- AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Capítulo 4:** mudança dos padrões de consumo. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em 13 nov. 2018.
- ALVES, A. P. F.; NASCIMENTO, L. F. M. (2014). Green Supply Chain: protagonista ou coadjuvante no Brasil? **RAE - Revista de Administração de Empresas**. Vol. 54, nº 5, p. 510-520, 2014.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, Vol. 12, nº. 3, Edição Especial. São Paulo, SP. Maio/Jun, 2011.
- BATEMAN, T. S., SNELL, S. A. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1998.
- CARS, M.; WEST, E. E. Education for sustainable society: attainments and good practices in Sweden during the United Nations Decade for Education for Sustainable Development (UNDESD). **Environment, Development and Sustainability**. Vol. 17, nº 1, p. 1-21, 2014.
- CARTA DA TERRA, 2000. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. **Carta da Terra**. Disponível em: <<http://mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>>. Acesso em 13 nov 2018.
- CASTRO, A. E.; CAMPOS, S. A. P.; TREVISAN, M. A institucionalização (ou banalização) da Sustentabilidade Organizacional à luz da teoria crítica. **Revista do Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, jul./set. 2018, p. 110-123.
- CDIAC. **Ranking of the world's countries by 2014 total CO2 emissions**. Disponível em <http://cdiac.ornl.gov/trends/emis/meth_reg.html#>. Acesso em 13 nov 2018.
- CHENG, X.; SHUAI, C.; LIU, J; WANG, J; LIU, Y; LI, W; SHUAI, J. Topic modelling of ecology, environment and poverty nexus: An integrated framework. **Agriculture, Ecosystems & Environment**. Volume 267, 15 November 2018, Pages 1-14.
- CORRÊA, H.L., XAVIER, L. H. Concepts, design and implementation of Reverse Logistics Systems for sustainable supply chains in Brazil. **Journal of Operations and Supply Chain Management**. Vol. 6, nº, 1, p. 1-25, 2013.
- CORTEZ, A. T. C.. Consumo e Desperdício: as duas faces das desigualdades. In: _____; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Da Produção ao Consumo: Impactos Sócio-Ambientais no Espaço Urbano**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, v. 1, p. 35-62.
- CUSHING, L.; MORELLO-FROSCH, R.; WANDER, M.; PASTOR, M. The haves, the have-nots, and the health of everyone: the relationship between social inequality and environmental quality. **Annual Review of Public Health**. 2015 Mar 18;36:193-209. DOI: 10.1146/annurev-publhealth-031914-

122646.

- CZINKOTA, M. R. et al. **Marketing: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- DIAS, R.; ZAVAGLIA, T.; CASSAR, M. **Introdução à administração: da competitividade à sustentabilidade**. Campinas: Editora Alínea, 2003.
- ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: canibais de garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda. 2012.
- FARIAS, C.; FARIAS, G. Cycles of poverty and consumption: the sustainability dilemma, **Competitiveness Review: An International Business Journal**, Vol. 20 n°: 3, p. 248-257, 2010.
- GHISELLINI, P.; CIALANI, C.; ULGIATI, S. A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. **Journal of Cleaner Production**. Volume 114, p. 11-32, feb 2016. DOI: 10.1016/j.jclepro.2015.09.007
- GLAVIČ, P., LUCKMAN, R. Review of sustainability terms and their definitions, **Journal of Cleaner Production**, Vol. 15, n°: 18, p. 1875-1885, 2007.
- GRACIOSO, F. **Propaganda institucional: nova arma estratégica da empresa**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GRANT, R.; OTENG-ABABIO, M. Mapping the invisible and real "african" economy: urban e-waste circuitry. **Urban Geography**. Volume: 33, Ed. 1, p. 1-21, jan-feb 2012. DOI: 10.2747/0272-3638.33.1.1
- HANSEN, E. G.; GROBE-DUNKER, F. Sustainability-Oriented Innovation. In S. O. Idowu, N. Capaldi, L. Zu, & A. Das Gupta (Eds.), **Encyclopedia of Corporate Social Responsibility**. Vol. 1, p. 2407–2417. Heidelberg, New York: Springer-Verlag, 2013.
- HUMBERG, M. E. O profissional e a ética empresarial. In: KUNSCH M. M. K. (Org.). **Obtendo resultados com Relações Públicas**. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. Cap. 6, p. 81-88.
- IATP – Institute for Agriculture and Trade Policy. **Emissions impossible: How big meat and dairy are heating up the planet**. 18 Jul 2018. Disponível em <<https://www.grain.org/article/entries/5976-emissions-impossible-how-big-meat-and-dairy-are-heating-up-the-planet>>. Acesso em 26 ago 2019.
- JACKSON, T. Live Better by Consuming Less? Is There a “Double Dividend” in Sustainable Consumption? **Journal of Industrial Ecology**. Vol. 9, n° 1-2, p. 19-36, 2005.
- KOLK, A. The social responsibility of international business: From ethics and the environment to CSR and sustainable development. **Journal of World Business**. Volume 51, Issue 1, January 2016, Pages 23-34. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2015.08.010>
- KOLK, A.; RIVERA-SANTOS, M.; RUFIN, C. Reviewing a Decade of Research on the "Base/Bottom of the Pyramid" (BOP) Concept. **Journal of Business Venturing**. Volume 30, Issue 3, May 2015, Pages 436-451. doi: 10.1177/0007650312474928
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- LEAL FILHO, W.; ULISSES, A.; ALVES, F.; PACE, P.; MIFSUD, M.; BRANDLI, L.; CAEIRO, S. S.; DISTERHEFT, A. (2017): Reinvigorating the sustainable development research agenda: the role of the sustainable development goals (SDG), **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, DOI: 10.1080/13504509.2017.1342103
- LÉLÉ, S. M. 1991. Sustainable Development: A Critical Review. **World Development**, Vol. 19, n° 6: p. 607-621, 1991.
- LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas S.A., 8. ed. 2017.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente/ MEC - Ministério da Educação/ IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Consumo Sustentável: Manual de educação**. Brasília: Consumers International, 160 p., 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>>. Acesso em 13 nov 2018.
- MOREIRA, J. M. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- MORSE, T. D.; MASUKU, H.; RIPPON, S.; KUBWALO, H. Achieving an Integrated Approach to Food Safety and Hygiene – Meeting the Sustainable Development Goals in Sub-Saharan Africa.

- Sustainability**. 2018, 10(7), 2394; doi:10.3390/su10072394
- NEVES, R. C. **Comunicação empresarial integrada**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- NIDUMOLU, R., PRAHALAD, C. K., RANGASWAMI, M. R. Why sustainability is now a key driver of innovation. **Harvard Business Review**. Vol. 87, nº 9: p. 57-64, 2009.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 13 nov 2018.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Programme – UNDP). **Human Development Report 2016**. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf>. Acesso em 13 nov 2018.
- PRAHALAD, C. K. Bottom of the Pyramid as a Source of Breakthrough Innovations. *Journal of Product Innovation Management*. Vol. 29, nº 1, p. 6-12, 2012.
- PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. III, p. 1-12, 2005.
- ROBINSON, J. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological Economics**, v. 48, n. 4, p. 369-384, 2004.
- ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Orgs.) **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. P. 1-29.
- SANNE, C. The Consumption of our Discontent. **Business Strategy & the Environment**. Vol. 14, p. 315-323. 2005.
- SCHULTZ-PEREIRA, J. C., GUIMARÃES, R. D. Consciência Verde: uma avaliação das práticas ambientais. **REGES - Revista Eletrônica de Gestão**, Picos, v. 2, n. 1, p. 61-73, jan./abr. 2009.
- SILVA, M. R. ; SHIMBO, I. . A dimensão política da sustentabilidade na formulação de políticas públicas de habitação. Caso: Itararé-SP e região. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004, Indaiatuba (SP). **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2004.
- SRIVASTAVA, S. K. (2007). Green supply-chain management: a state-of-the-art literature review. **International Journal of Management Reviews**, Vol. 9, nº 1, p. 53-80, 2007.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007.
- WWF BRASIL. **Living Planet Report 2018**. Disponível em <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/relatorio_planeta_vivo_2018/>. Acesso em 14 nov 2018.

Artigo – Seção Administração Brasileira

Sucesso na área acadêmica: evidências nas redes de coautoria de pesquisadores estrelas na área da administração e da medicina veterinária

*Ana Luiza Monteiro Bastos Ornellas**Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**Bárbara Gabrielle Silva**Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**Uajará Pessoa Araújo**Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais*

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo verificar a dinâmica das redes de coautoria de pesquisadores estrelas a partir da produção científica. Para isso, utilizou-se de métodos sócio-bibliométricos e da teoria de rede para discutir sobre a evolução da produção científica de dois pesquisadores com bolsa de produtividade 1A, um da administração e outro da medicina veterinária. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa e objetivista. Viu-se que a coautoria tem papel imperecível no nível de produtividade dos pesquisadores estrelas. Evidenciou-se também que os critérios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de analisar a produção intelectual e a formação de mestres e doutores, apesar de serem independentes, na prática se relacionam, uma vez que a publicação de pesquisadores estrelas muitas vezes é impulsionada por seus orientandos.

Palavras-chave: Bolsa de produtividade 1A. Docente, Sociometria.

ABSTRACT

This work had the objective of investigating the dynamics of co-authorship networks of star researchers from the scientific production. To do this, bibliometric methods and network theory were used to discuss the evolution of the scientific production of two researchers with productivity grant 1A, one from administration and another from veterinary medicine fields. This work is a descriptive study with a quantitative and objective approach. It was found that co-authorship plays an important role in the productivity level of star researchers. It was also found that the set of criteria of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) to analyze the intellectual production and training of masters and doctors, although they are independent, in practice they are correlated, since the publication of star researchers is often driven by their mentors.

Keywords: Productivity grant 1A. Lecturer, Sociometry

INTRODUÇÃO

Quando o trabalho científico é elaborado por dois ou mais autores ocorre a relação de

coautoria. Para Andrade (2016, p. 19) essa relação se caracteriza por ser “temporal e acadêmica, onde autores compartilham ideias e recursos. Ela é, por exemplo, diferente das citações que podem ocorrer sem que os autores se conheçam ou tenham se comunicado, e se estendem ao longo do tempo”. Portanto, os autores ao longo da sua carreira acadêmica se vinculam a outros formando uma rede social visando a colaboração, seja por meio de recursos, conhecimentos, troca de favores ou outros.

Segundo o autor (2016), um modo de avaliar o desempenho do pesquisador é por meio da quantificação das publicações. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - órgão que avalia os pesquisadores e bonifica os de maior destaque com a bolsa de produtividade - determina que a produção intelectual tem um peso de cerca de 50% na avaliação de docentes na área da administração. Já para a área de medicina veterinária, o CNPq determina a publicação de pelo menos 25 trabalhos em periódicos, sendo que pelo menos 18 tenham fator de impacto Journal Citation Reports (JCR). Percebe-se, então, que ter alto nível de publicação é um importante critério para medir o nível de desempenho dos pesquisadores brasileiros.

Com o passar do tempo e o crescimento do ambiente acadêmico no país, os critérios para seleção dos pesquisadores bolsistas se tornaram cada vez mais restritos (BARATA, 2013). Nesse sentido, pode-se afirmar que aqueles beneficiados com bolsa de produtividade do CNPq nível 2: 1D, 1C, 1B, 1A, possuem alto desempenho acadêmico e podem ser considerados referência na área, principalmente quando se aproxima do nível mais alto - 1A. Assim, para entender algumas configurações da dinâmica de sucesso na área acadêmica é importante mapear e analisar as redes de coautoria desses pesquisadores.

Conforme pontua Silva (2018), o esforço em rede possui maior probabilidade de desfecho positivo na resolução de problemas de pesquisas de alta complexidade, reduz carga de trabalho e aumenta a produtividade devido à revisão interna entre os autores de determinado trabalho (NEWMAN, 2004). Os resultados advindos desses esforços, relacionam-se diretamente à característica da estrutura da rede e posição do ator na rede, como apresentado em Araújo (2013).

Nesse sentido, analisar redes de coautoria de pesquisadores a fim de se verificar os fatores relacionais que podem impulsionar a produtividade da produção acadêmica no Brasil torna-se fator relevante para o presente estudo. A partir disso, o problema de pesquisa deste artigo é: Qual a relação entre a dinâmica das redes de coautoria de pesquisadores 1A da administração e da medicina veterinária com seu nível de produtividade?

Frente ao problema de pesquisa proposto, o objetivo do presente artigo consiste em verificar a dinâmica das redes de coautoria de pesquisadores 1A da administração e da medicina veterinária e em que medida estas se relacionam com o nível de produtividade de tais pesquisadores.

Para alcançar o objetivo proposto buscou-se levantar a produção científica dos pesquisadores estrelas selecionados por tipo de publicação; mapear as redes de coautoria dos pesquisadores; expor os indicadores socio-métricos das redes e representar as redes de coautoria segmentadas por categoria e orientação.

Trabalhos anteriores relativos à análise de redes de coautoria de docentes já foram realizados em diferentes áreas, como o estudo de Andrade (2016) com bolsistas de produtividade da Engenharia da Produção, o estudo de Leifeld e Ingold (2016) com o mapeamento de redes do campo da política pública e administração, bem como a pesquisa de Cardoso, Bernadino e Araújo (2018) acerca do mapeamento de rede de docentes de programas de pós-graduação da Administração e da Clínica Veterinária.

Contudo, de modo geral, os trabalhos anteriormente citados estão mais relacionados à análise dos programas universitários e pouco se voltaram para a compreensão da trajetória de pesquisadores estrelas em áreas diferentes, tampouco sobre a dinâmica das redes de coautoria de tais pesquisadores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Redes sociais de coautoria

Nos últimos anos, percebe-se uma tendência crescente de se estudar os diferentes tipos de redes escolares. Neste sentido, é importante destacar que cada tipo de rede possui uma finalidade, por exemplo: as redes de coautoria concentram-se no estudo das interações entre atores sociais; as redes de cocitação, acoplamento bibliográfico e cword relacionam-se com a identificação do campo de pesquisa e suas interdisciplinaridades; e as redes de citação buscam demonstrar os caminhos que o campo do conhecimento vem tomando (Yan, 2012). Além disso, as redes também variam de acordo com a espécie, que podem ser mediadas por instrumentos burocráticos ou ser menos formais, como as redes sociais. Contudo, de modo geral as redes buscam alcançar resultados improváveis de serem atingidos de maneira isolada (ARAÚJO, 2013).

Trabalhos seminais e de grande relevância a respeito da Análise de Redes Sociais (ARS) já foram realizados por diferentes autores, com destaque para: Granovetter (1983) com o estudo sobre a força dos laços fracos, Burt (2001) com análise dos buracos estruturais, Walker e Lynn (2013) que relaciona a análise de redes com a teoria da identidade e Newman (2000) com a construção de redes de filiação de cientistas por meio de coautoria na produção científica. Nesse sentido, a Análise de Rede Sociais (ARS) é um método capaz de evidenciar a estrutura e dinâmica das coautorias, uma vez que os nós representam os pesquisadores e as arestas as interações (DIAS, 2018).

Diversos motivos levam o pesquisador a produzir em coautoria. Andrade (2016) salienta que a pressão para aumentar a produção científica por parte das instituições de fomento é fator impulsionador para publicação em coautoria. Já para Silva e Targiano (2018), o aumento das coautorias não é consequência direta dos avanços em sistemas de informação e comunicação, mas sim, decorrência da:

(...) especialização crescente dos ramos do saber e da evolução científica e tecnológica, em termos genéricos. A estes, soma-se a crescente institucionalização e a racionalização do suporte econômico da investigação científica, com a profissionalização da ciência e conseqüente remuneração. Por exemplo, nos dias de hoje, a edição de um artigo científico, além de confirmar competência, pode assegurar empregos, e quiçá, prêmios e recompensas variadas, como participação em eventos científicos, bancas, convites para cursos e assim por diante. Ademais, a política em vigor das agências de fomento estimula a autoria múltipla, no momento em que prioriza projetos integrados de pesquisa em vez de propostas individuais. Em outras palavras, os membros da comunidade científica mantêm vinculação profissional com organizações distintas. No Brasil, sobretudo, com universidades e institutos de pesquisa, além de academias, sociedades científicas e associações (Silva, 2018, p. 16)

Para Marteleto e Silva (2004) é evidente o conceito de capital social na estrutura de redes, sendo o capital social um recurso das redes sociais. O autor define capital social “como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais” (Marteleto & Silva, 2004, p. 44). Esse conceito com base em Bourdieu (1998, p. 67) trata-se de “conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo”.

A aliança de esforços individuais favorece a produção científica e proporciona a visibilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores interagem entre si. Apesar de na comunidade científica existir relações de colaboração, também é evidente a competição no meio. Frente a essa realidade, o pesquisador é “compelido a participar do jogo da disputa pela autoridade científica” (SILVA; TARGINO, 2018, p. 15), sendo que o desempenho nesse jogo, muitas vezes, é mapeado pelo sistema de avaliação e produtividade em pesquisa.

Sistema de Avaliação da Produtividade em Pesquisa

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conforme site oficial, busca fomentar a pesquisa e a formação de pesquisadores por meio da formulação de uma série de iniciativas, como a concessão de bolsas de produtividade em pesquisa, hospedagem de plataformas de networking acadêmico como o Currículo Lattes, entre outras. O CNPq abre chamadas para envio de propostas de pesquisa dos níveis 2, 1D, 1C, 1B, 1A,

sendo que ao se aproximar do nível 1A as exigências ficam maiores, visto que as bonificações também se tornam mais atrativas. As bolsas de produtividade proporcionam aos pesquisadores status de prestígio, além de permitirem sua participação em editais específicos para aquisição de verbas (SPLIKIN, 2013).

Para a seleção dos bolsistas há critérios gerais e específicos. Por um lado, como critérios gerais pode-se citar: (i) a posse de título de doutor ou livre docente, sendo que para categoria estudada é preciso pelo menos 8 anos de titulação de doutor; (ii) CPF ativo; (iii) vínculo institucional, currículo Lattes atualizado, não ser beneficiário da Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) no período de vigência; (iv) não acumular mais bolsas de produtividade em pesquisa e (v) não estar inadimplente com o CNPq. Por outro lado, para identificar os critérios específicos de seleção é preciso considerar a área. Para a presente pesquisa serão analisados os requisitos do nível 1A para as áreas: COAGR | VT – Medicina Veterinária e COSAE | AE – Administração, Contabilidade e Economia.

Na área da Medicina Veterinária serão avaliados os últimos 10 anos dos pesquisadores classificados para categoria 1A. Para isso, utilizou-se de indicadores de produção acadêmica levando em consideração: (a) o fator de impacto; (b) as orientações e supervisões; e (c) as experiências em edição e gestão. Como requisito de publicação, verificou-se que é preciso ter pelo menos 25 (vinte e cinco) trabalhos publicados em periódicos dos quais pelo menos 18 tenham sido publicados em revistas com fator de impacto (JCR). Além disso, é necessário que o pesquisador tenha pelo menos 8 (oito) orientações concluídas de mestrado ou doutorado e esteja orientando/supervisionando no mínimo 2 (dois) pós-graduandos, conforme anexo I da chamada 06 2019 PQ.

Na área da Administração, Contabilidade e Economia o tempo mínimo de obtenção do título de doutor é o mesmo que o da Veterinária. Uma diferença, no entanto, diz respeito à classificação da produção, uma vez que na área da Administração utiliza-se do Qualis CAPES considerando publicação apenas A1, A2, B1 e B2 ao invés do fator de impacto JCR. Pode-se citar ainda que a exigência dos critérios específicos de seleção é mais branda na área da Administração, visto que esta área exige que o pesquisador tenha pelo menos 4 (quatro) orientações de mestrado ou 2 (duas) de doutorado.

Dos requisitos e condições básicas dos critérios específicos de seleção na área Administração citam-se: (i) a qualidade do projeto de pesquisa, além de quatro itens com pesos diferentes, sendo: produção intelectual (50%), formação de mestres e doutores (20%), coordenação de pesquisa (15%) e liderança e reconhecimento científicos (15%); (ii) ter no mínimo 4 (quatro) artigos publicados em Qualis A; e (iii) ter exercido atividade de edição em periódico B2 ou superior e/ou função no CNPq, CAPES ou outras associações científicas da área, como coordenador ou membro e/ou realizado atividades semelhantes, conforme anexo I da chamada 06 2019 PQ.

MÉTODO DE PESQUISA

O percurso metodológico foi desenhado em torno de uma pesquisa quantitativa descritiva, cujo método escolhido foi a combinação entre bibliometria e sociometria.

Para composição da amostra de pesquisa, consultou-se no primeiro trimestre de 2019 a Plataforma Lattes de busca de currículo, já que é um padrão nacional utilizado na avaliação de desempenho (MENA-CHALCO; DIGIAMPIETRI; CESÁR JUNIOR, 2012) e utilizou-se os seguintes critérios:

I. Doutores brasileiros que possuem bolsa de produtividade 1A do CNPQ, denominado nesse artigo como pesquisadores estrelas;

II. Pesquisadores com atuação profissional na grande área Ciências Agrárias - área Medicina Veterinária e grande área Ciências Sociais Aplicadas - área Administração.

A busca resultou em um universo de 14 bolsistas na área da administração e 35 na área de medicina veterinária e entre eles escolheu-se aleatoriamente um pesquisador estrela de cada área. A fim de manter o anonimato, os nomes dos pesquisadores selecionados não serão divulgados e os mesmos serão identificados por siglas PMV – pesquisador da medicina veterinária e AMA – pesquisador da administração.

Em seguida, levantou-se a produção científica dos pesquisadores estrelas ao longo de toda a sua vida por meio de um corte longitudinal. Houve ainda um corte transversal dos últimos 10 anos correlacionado ao tempo que o CNPq considera na seleção dos bolsistas que possibilitou a análise da rede mais atual, permitindo a identificação das possíveis desistências em permanecerem na rede e as quebras de ligações existentes.

Como produção científica, considerou-se apenas os resumos, resumos expandidos e artigos completos publicados em periódicos ou anais citados no currículo Lattes preenchidos pelos próprios pesquisadores. Todos currículos analisados estavam atualizados, visto a data de atualização dos mesmos era posterior a 31/12/2018. Nesse sentido, utilizou a estratégia de pesquisa documental em 317 produções científicas de AMA e em 371 publicações feitas por PMV, totalizando 668 trabalhos estudados.

Para a análise dos dados utilizou-se os softwares Pajek e Ucinet para a geração dos indicadores específicos e sociogramas que representaram as configurações das redes sociais. Utilizou-se, ainda, o Excel para auxiliar nos cálculos estatísticos descritivos de análise de frequência absoluta e porcentagem, bem como na elaboração dos gráficos.

Neste sentido, buscou-se identificar as seguintes variáveis: (i) a produção científica dos pesquisadores estrelas selecionados por tipo de publicação; (ii) a quantidade de coautores nas produções científicas; (iii) os indicadores sociométricos das redes; e (iv) as redes de coautoria segmentadas por categoria e orientação.

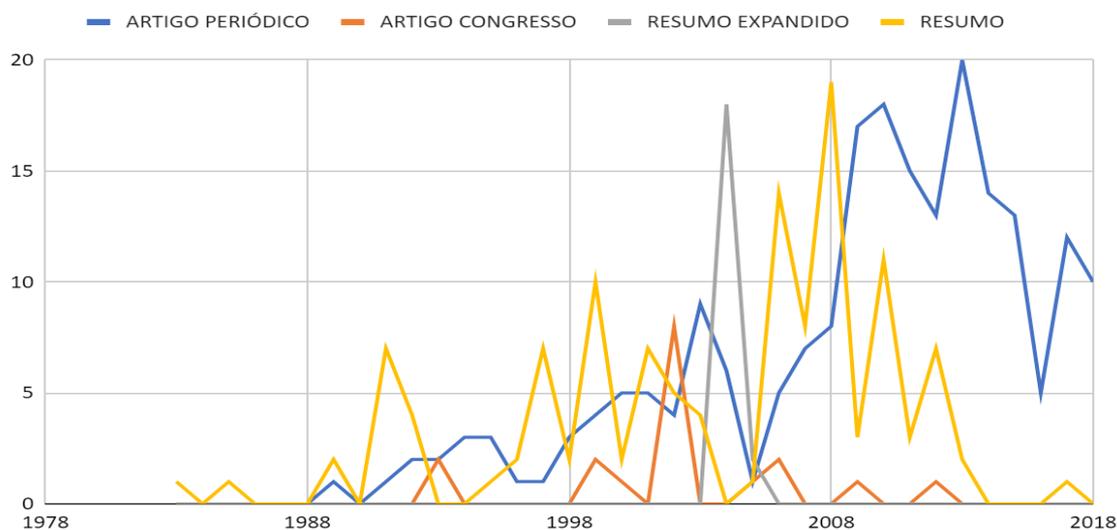
ANÁLISE DOS RESULTADOS

O corpus da pesquisa é constituído por AMA da área da administração e PMV da área de medicina veterinária, sendo que a primeira publicação de AMA foi em 1978 e a de PMV data-se de 1983. Verificou-se, portanto, que todos possuem mais de 35 anos dedicados à produção científica. A respeito da formação acadêmica, constatou-se que os pesquisadores estudados possuem um tempo bem superior ao mínimo de 8 anos estipulado pelo edital da bolsa de produtividade 1A do CNPq, visto que AMA terminou seu doutorado há 36 anos e PMV há 22 anos e a produção científica é influenciada pelo tempo médio de obtenção do doutorado (BARATA, 2003).

Viu-se ainda que a produção de artigos completos, resumos e resumos expandidos publicados em periódicos e anais é expressivo, uma vez que AMA publicou 317 vezes, sendo 97 artigos completos publicados em periódicos, 194 trabalhos completos publicados em anais de congressos, 6 resumos expandidos publicados em anais de congressos e 20 resumos publicados em anais de congressos.

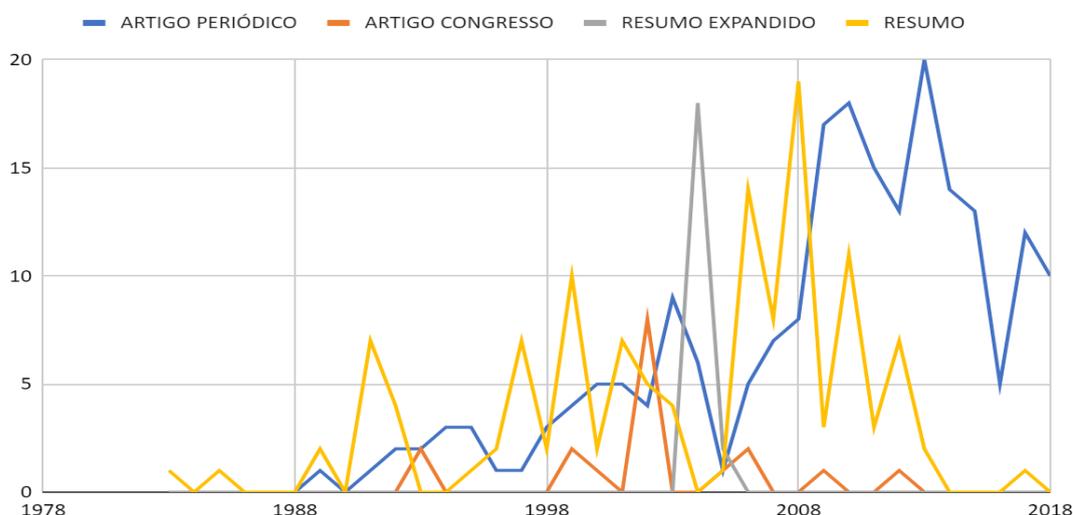
Ao longo da sua vida acadêmica, a pesquisadora da administração centrou seus esforços na produção de artigos completos ao invés do gênero resumo. Também se notou que nos últimos 10 anos o foco de suas produções científicas foi na modalidade de artigos completos em periódicos ao invés de congressos. Considerando que, para efeito de avaliação do edital - chamada 06 2019 PQ foram consideradas apenas publicações em periódicos com Qualis CAPES A1, A2, B1 e B2 e que a produção intelectual tem um peso de 50%, a pesquisadora adotou uma estratégia alinhada com o que é ponderado pela agência de fomento. No Gráfico 01 abaixo constam as publicações de AMA ao longo dos anos, segmentadas por tipo de publicação:

Gráfico 1. Produção por tipo de publicação de AMA - Administração.



Já PMV publicou 371 vezes, sendo 208 artigos em periódicos, 18 trabalhos em anais de congresso, 20 resumos expandidos em congressos e 125 resumos em congressos. Em comparação com o campo da administração, viu-se que na medicina veterinária o número de publicações na modalidade resumo aumentou consideravelmente. Na área da medicina veterinária, como requisito para avaliação da produção acadêmica existe a condição de publicação mínima de 25 trabalhos completos em periódicos dos quais 18, no mínimo, tenham sido publicados em revistas com fator de impacto (JCR). Verificou-se que PMV possui 145 artigos completos em periódicos nos últimos 10 anos, muito além do mínimo exigido. No Gráfico 02 abaixo constam as publicações de PMV ao longo dos anos, segmentadas por tipo de publicação:

Gráfico 2. Produção por tipo de publicação de PMV



Percebeu-se que a maioria das publicações de PMV foram feitas com outros autores, visto que o número de parcerias é superior alcançando 16 parcerias, enquanto o número máximo de parcerias na administração foram 3. Possivelmente, isso se deve ao fato de que as revistas que possuem maior pontuação Qualis geralmente limitam o número de autores por artigo. Leifeld e Ingold (2016) observaram que dependendo do campo de pesquisa, a prática de coautoria se difere, por exemplo nas ciências naturais é mais comum que existam grandes equipes de coprodução se comparado com as ciências sociais. Outros trabalhos também já evidenciaram diferenças nas práticas de coautoria em áreas distintas, como Newman (2004) e

Cardoso, Bernardino e Araújo (2018).

Ao se analisar a rede dos pesquisadores estrelas ao longo de todo período de publicação, verificou-se que AMA relacionou com 115 autores, sendo que 28 coautores estão avulsos na rede, ou seja, não possuem ligações com outros autores da rede. Identificou-se que a rede de AMA está dividida em 7 principais componentes em que o maior possui 64 vértices (coautores). Já na rede de PMV, identificou-se 7 componentes, sendo que 4 coautores não possuem ligações com outros autores e o maior componente possui 267 vértices (coautores) - dados relativos a todo o período analisado. Yan e Ding (2012) inferem que se dois atores têm relações de colaboração ou citação, possuem também uma propensão maior de citar ou colaborar um com outro do que na ausência de tais relações. Na tabela 01 abaixo são apresentados os indicadores de AMA e PMV no período todo e também nos últimos 10 anos.

Tabela 1. Indicadores de AMA e PMV no período todo e nos últimos 10 anos

	AMA		PMV	
	Todo período	Últimos 10 anos	Todo período	Últimos 10 anos
Evento	371	171	371	194
Vértices	115	63	277	193
Ligações	500	319	1407	1089
Grau médio	1,96	2,69	1,1	13
Centralidade de grau	0,26	0,4	0,65	0,81
Densidade	0,01	0,04	0,04	0,06
Componentes	37	9	7	1
Conectividade	0,26	0,56	0,92	1
Distância média	2,87	2,54	0,24	2,12
Diâmetro	5	5	5	4

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para analisar as redes dos pesquisadores estrelas com maior precisão, utilizou-se um recorte de 3 em 3 anos dos últimos 10 anos. Uma vez que na avaliação do período todo há grande justaposição de dados e não se pode ter uma visão histórica da rede, essa análise acarreta inconsistências e contestação onto-epistemológica (Araújo et al., 2017). Como avaliou-se 10 anos no recorte de 3 em 3 anos, os dados dos anos de 2016 aparecem tanto na penúltima quanto na última coluna.

Os indicadores sociométricos das redes dos pesquisadores estrelas com os recortes são mais condizentes com a realidade, visto que um indicador é o grau que mostra o número médio de ligações dos atores da rede. Por exemplo, na rede de PMV dos anos de 2011 a 2013, os atores em média tiveram 9,89 parceiros, enquanto na área da administração, de modo geral, o grau médio permaneceu constante - resultado também encontrado nos estudos de Teixeira et al. (2017).

A centralidade do grau “mede a interação entre os indivíduos na rede variando de 0 a 1”, (Silva e Targiano, 2018, p. 17) tal como a densidade, que mede a proporção das ligações existentes frente à totalidade das relações possíveis (sendo que densidade = 0, todos os atores estão isolados; e densidade = 1, todas as ligações possíveis são efetivas). Nesse sentido, a densidade mede “o quão perto o gráfico está de ser completo” (Andrade, 2016). No caso da rede AMA dos anos de 2011 a 2013 apenas 6% das ligações possíveis são efetivas. Ao se analisar a densidade juntamente com o grau médio e número de componentes verificou-se a coesão da rede, uma vez que a quantidade de componentes mostrou em quantas partes a rede se fragmenta. Já a conectividade aponta os vértices com maior número de conexões e o diâmetro é equivalente à distância geodésica entre os atores extremados do componente principal (menor distância entre esses pontos). Na tabela 02 abaixo são apresentados os indicadores de AMA e PMV dos últimos 10 anos com recorte de 3 em 3 anos.

Tabela 2. Indicadores dos últimos 10 anos com recorte de 3 em 3 anos

	AMA			
	2008 a 2010	2011 a 2013	2014 a 2016	2016 a 2018
Grau médio	2	2,11	2,26	2,38
Centralidade de grau	0,44	0,24	0,47	0,42
Densidade	0,1	0,06	0,07	0,11
Componentes	6	8	7	3
Conectividade	0,33	0,4	0,44	0,73
Distância média	1,81	2,41	2,14	2,44
Diâmetro	3	4	4	4
	PMV			
	2008 a 2010	2011 a 2013	2014 a 2016	2016 a 2018
Grau médio	9,63	9,89	1,19	1,07
Centralidade de grau	0,63	0,79	0,77	0,71
Densidade	0,26	0,13	0,12	0,11
Componentes	1	2	2	2
Conectividade	1	0,85	0,89	0,092
Distância média	1,81	0,18	0,19	2,09
Diâmetro	3	3	4	4

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pela análise de coautoria dos autores estrelas verificou-se que ao longo da carreira acadêmica AMA interagiu com 115 autores tendo em média 1,67 parceiros por trabalho, enquanto PMV interagiu com 277 autores com 4,15 parceiros em média por artigo. Ao compilar apenas as publicações dos últimos 10 anos viu-se que AMA publicou com 63 autores diferentes tendo em média 2,06 parceiros no trabalho, enquanto PMV se relacionou com 193 autores distintos, tendo em média 5,63 coautores por cada artigo. Cardoso, Bernadino e Araújo (2018), por sua vez, identificaram em seu estudo na área da Administração com docentes de pós-graduação uma média de 2,1 de autores por produção científica e para área de clínica veterinária constatou a média de 4,95 – achados bastante semelhantes ao desta pesquisa. Com os dados obtidos também foi possível perceber que publicações sem coautoria são raras, ou seja, a produção intelectual é mais um processo em conjunto do que isolado. Na tabela 03 abaixo são apresentadas as publicações em coautoria de AMA e PMV.

Tabela 3. Publicações em coautoria

	Co-autores	Publicações	Publicações sem co-autoria	Publicações com co-autoria	Média de co-autores
AMA	115	317	21	296	1,678
PMV	277	371	16	355	4,159
	Co-autores	Publicações	Publicações sem co-autoria	Publicações com co-autoria	Média de co-autores
AMA	63	171	1	170	2,064
PMV	193	194	1	193	5,634

Fonte: elaborado pelos autores.

Na administração as exigências quanto à orientação são mais brandas se comparadas às da área de medicina veterinária, visto que exigem apenas quatro orientações de mestrado ou duas de doutorado ao invés de pelos menos 8 orientações concluídas de mestrado ou doutorado e estar orientando/supervisionando pelo menos dois pós-graduandos. Como a orientação é um critério de avaliação para seleção de bolsistas de produtividade, optou-se por analisar qual o grau de relacionamento entre os autores.

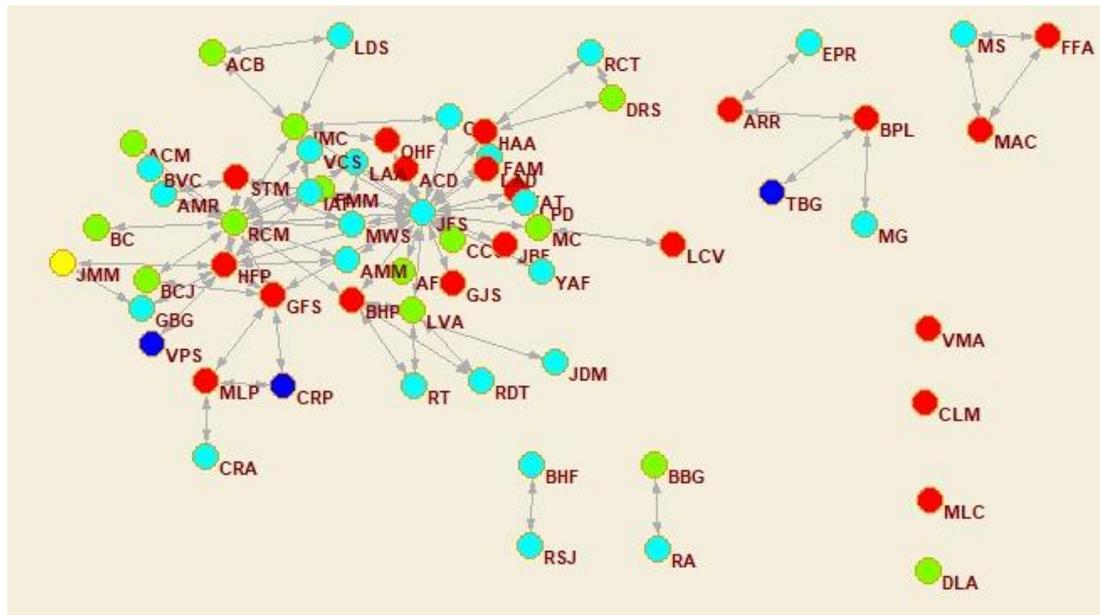
Ponderando que o CNPq considera na seleção dos bolsistas no máximo os últimos 10 anos e visando criar um sociograma mais coerente com a rede atual, foi feito um corte transversal dos últimos 10 anos para criar os sociogramas das redes dos pesquisadores estrelas

segmentando por orientação e quando um mesmo indivíduo era orientado em mais de um grau de escolaridade, optou-se por considerar apenas o maior grau. Neste sentido, identificaram-se os seguintes nas relações de coautoria de AMA:

- 25 coautores sem vínculo de orientação (azul claro);
- 1 coautor que foi orientado a nível de graduação (amarelo);
- 14 de mestrado (verde);
- 20 de doutorado (vermelho); e
- 3 de pós-doutorado (azul escuro).

O estudo realizado por Teixeira et al. (2017) identificou que - na Administração - a maior média de vínculos foi referente à orientação de mestrado e doutorado do mesmo programa que o pesquisador estrela. Entretanto, na rede AMA os atores sem vínculos de orientação foram a maioria. Na Figura 01 abaixo consta o sociograma de AMA segmentado por orientação.

Figura 1. Sociograma de AMA segmentado por orientação.

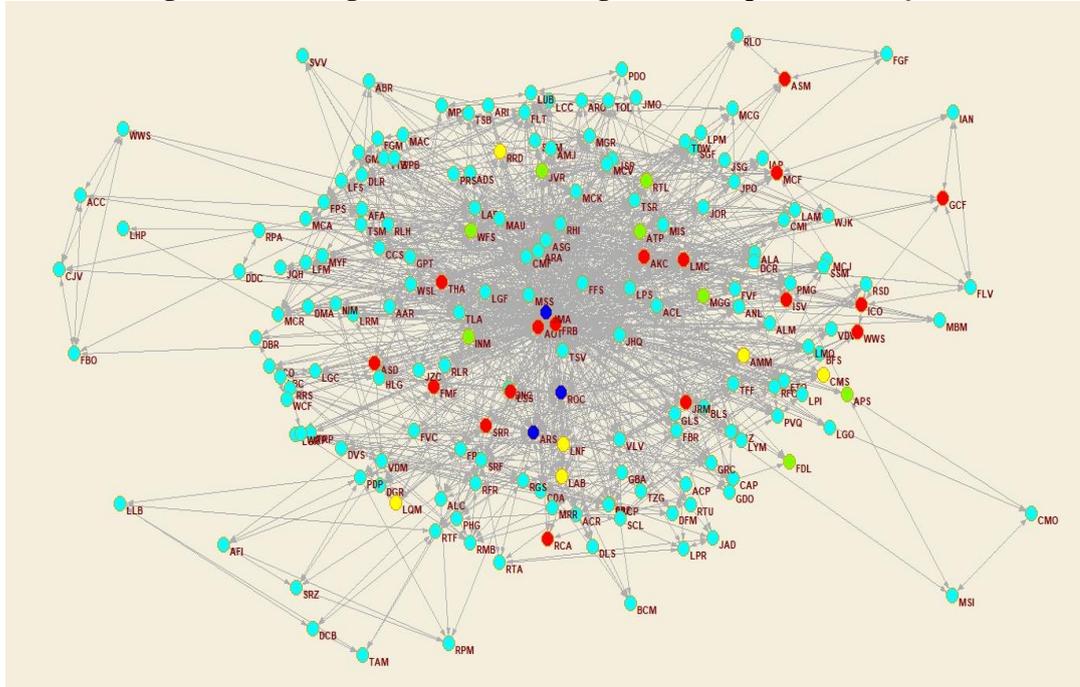


A rede de PMV, por sua vez, é visualmente mais densa que a de AMA, sendo isso corroborado pelos indicadores de densidade, grau médio e número de componentes. Identificou-se que nas relações de coautoria de PMV existem:

- 159 coautores sem vínculo de orientação (azul claro);
- 6 coautores que foram orientados na graduação (amarelo);
- 8 de mestrado (verde);
- 17 do nível de doutorado (vermelho);
- 3 de pós-doutorado (azul escuro).

Para análise considerou-se o maior grau de escolaridade. Barata (2003) evidenciou que os bolsistas de produtividade 1A possuem consideravelmente maior contribuição na formação de novos pesquisadores, em especial do grau de doutorado, sendo isso corroborado pela análise do currículo de AMA e PMV. Na Figura 01 abaixo consta o sociograma de PMV segmentado por orientação.

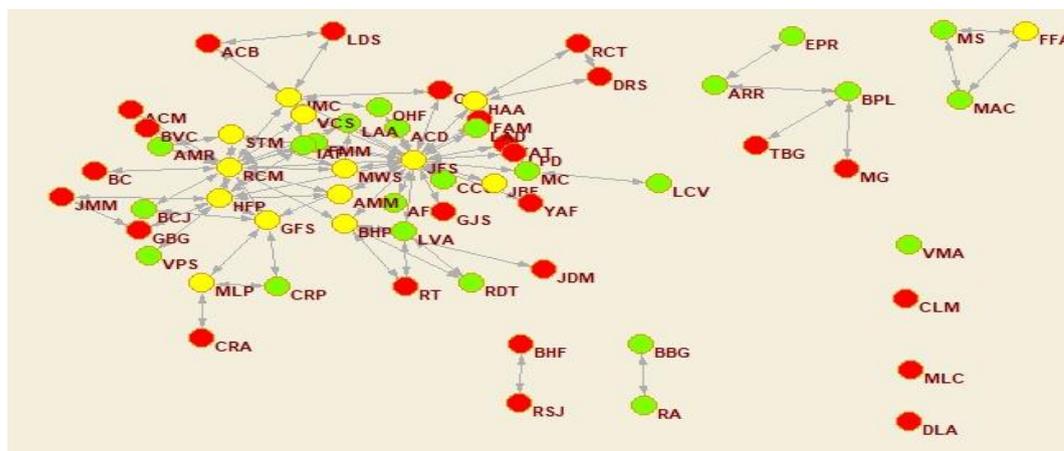
Figura 2. Sociograma de PMV segmentado por orientação.



Ao longo dos anos os pesquisadores estrela fizeram ligações com diversos autores, sendo algumas relações mais duradouras e frequentes que outras. Verificou-se que 84 coautores da rede da PMV e 52 da rede de AMA participaram de publicações ao longo da carreira dos pesquisadores estrelas, porém não colaboram com a produção científica dos últimos 10 anos. Para classificar a frequência de coautorias dos membros da rede com os pesquisadores bolsista de produtividade nos últimos 10 anos, foram definidas as seguintes classificações: 1. Permanente - apareceu pelo menos 6 vezes nos últimos 10 anos; 2. Semi-permanente - apareceu de 2 a 5 vezes e 3. Incipiente - apareceu 1 vez.

Na rede AMA 39% dos coautores foram classificados como incipiente, sendo que esse grupo é responsável por aproximadamente 8% da produção, já o grupo semi-permanente representou 37% dos coautores e produziu 21% dos trabalhos e, por fim, o grupo permanente representou 24% dos coautores e produziu 71% dos trabalhos. Do grupo permanente constatou-se que 74% tiveram vínculo de orientação com a pesquisadora estrela e que outro bolsista de produtividade 1A da área administração participou de 23% das produções de AMA. Outro destaque relevante são dois coautores que foram orientandos no mestrado, um participou em 10,5% dos trabalhos e outro 8,5% dos trabalhos. Na Figura 03 abaixo segue o sociograma de AMA dos últimos 10 anos fragmentado por categoria.

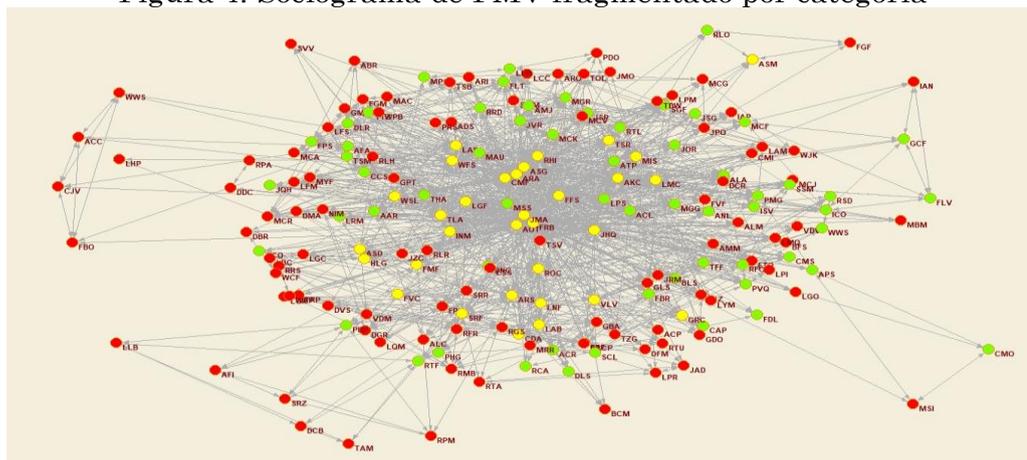
Figura 3. Sociograma de AMA fragmentado por categoria.



De forma diferente, na rede PMV foram identificados 101 coautores classificados como incipientes, sendo que esse grupo produziu 9% dos trabalhos, em valores aproximados. Já o grupo semi-permanente representou 31% dos coautores e participou da produção de 16% dos trabalhos e, por fim, constatou-se que o grupo permanente representou 15% dos coautores e produziram cerca de 75% dos trabalhos.

Do grupo permanente constatou-se que aproximadamente 53% dos coautores tiveram vínculo de orientação com o pesquisador estrela e que 83,3% dos coautores que fizeram mais de 50 participações tiveram vínculo de orientação. Um destaque relevante consistiu em dois orientandos que das 195 publicações de PMV que colaboraram 174 e 95 vezes respectivamente, ou seja, um pequeno número de atores participou de uma elevada parcela das publicações. Na Figura 04 abaixo segue o sociograma de PMV dos últimos 10 anos fragmentado por categoria.

Figura 4. Sociograma de PMV fragmentado por categoria



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou verificar a dinâmica das redes de coautoria de pesquisadores 1A da administração e da medicina veterinária relacionando-os com o nível de produtividade. Neste sentido, percebeu-se que a coautoria tem papel fundamental no nível de produtividade dos pesquisadores estrelas e evidenciou-se que os critérios do CNPq de análise de produção intelectual e formação de mestres e doutores, embora sejam independentes, possuem correlação na prática, visto que orientandos impulsionam a publicação de pesquisadores estrelas.

Como limitação deste estudo pode-se identificar a não verificação de veracidade das informações disponíveis no currículo Lattes, a impossibilidade de generalizações com os resultados obtidos e a falta de referência a se os pesquisadores têm grupos de pesquisa e em que medida esses grupos têm relação com essas redes.

Sugere-se como pesquisas futuras verificar qual a formação dos coautores identificados nas redes dos pesquisadores estrela e, assim, investigar se estes são de diferentes áreas de estudo - voltado à interdisciplinaridade ou se são de das mesmas áreas de estudo - voltado para o aprofundamento no campo de pesquisa.

Referências

- Andrade, R. L. (2016). A Influência das Redes de Coautoria na Performance dos Bolsistas de Produtividade e nos Programas de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Dissertação (dissertação em Engenharia de Produção) – UFPE. Recife, p. 127.
- Araújo, U. P.; Prosdocimi M.C.; Gomes A. F.; Antonialli L. M.; Brito M. J. (2013). Características estruturais da rede colaborativa de pesquisa de milho no contexto das ciências agrárias. *Rev. Brasileira de Inovação*. Campinas (SP), p. 385-416.
- Araújo, U. P.; Mendes, M. L.; Gomes P. A.; Coelho S. C. P.; Inícius W.; Brito M. J. (2017). Trajetória e estado corrente da sociometria brasileira. *Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 28, n. 2, p. 97-128.
- Barata, R. B.; Goldbaum, M. (2003). Perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq da área de saúde coletiva. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, p. 1863-1876.
- Bourdieu, P. (1998). *O Capital Social–Notas Provisórias*. Escritos de Educação. Nogueira, MA.
- Burt, R. S. (2001). Structural holes versus networks closure as social capital. *Structural*. Pre-print a chapter in *Social Capital: Theory and Research*.
- Cardoso, T. R. N.; Bernardino C. F.; Araújo U. P. (2018). Isomorfismo normativo e redes na pesquisa científica brasileira. *Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*. v. 29, p. 248-270.
- Dias, G. A.; Silva, A. K.; França A. L.; Souza L.; Silva A. (2018). Análise de redes sociais no processo de mediação em rede de coautoria: avaliação das dinâmicas de colaboração docente. *Informação e informação*, Londrina, v. 23, n. 3, p. 417 – 439.
- Granovetter, M. (1983). The Strength of Weak Ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*. v. 1, p. 201-233.
- Leifeld, F.; Ingold K. (2016). Co-authorship Networks in Swiss Political Research. *Swiss Political Science Review*. v. 22, p. 264–287.
- Marteleto, R. M.; Silva, A. B. O. (2004). Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da informação*. v. 33, n. 3, p. 41-49.
- Mena-Chalco, J. P.; Digiampietri, L. A.; Cesar Júnior, R. M. (2012). Caracterizando as redes de coautoria de currículos Lattes. *Brazilian workshop on social network analysis and mining*.
- Newman, M. E. J. (2000). Who is the best connected scientist? A study of scientific coauthorship networks. *The Santa Fé Institute*. Santa Fé.
- Newman, M. E. J. (2004). Coauthorship networks and patterns of scientific collaboration. *PNAS*, Washington, v. 101.
- Silva, J. R.; Targino M. G. (2018). Visibilidade e prestígio na construção da rede colaborativa dos docentes em medicina veterinária da Universidade Federal de Alagoas: um olhar a partir do conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu. *Inf. Rev., Maceió*, v. 5, n. 2, p. 14-30.
- Spilki F. S. (2013). Perfil dos bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Medicina Veterinária. *Pesq. Vet. Bras*. v. 33, p. 205-213.
- Teixeira, M. B. M.; Carmo, L. J. O.; Campos, R. C. L.; Murta, W. P. V.; Araújo. U. P. (2017). Análise de redes sociais: a eventual saturação do capital social de pesquisadores estrela. *VII Colóquio Redes Estratégicas e Inovação*.

Walker M. H.; Lynn, F. B. (2013). The embedded self: a social networks approach to identity theory. *Social Psychology Quaterly*. p. 151-179.

Yan, E.; Ding, Y. (2012). Scholarly Network Similarities: How Bibliographic Coupling Networks, Citation Networks, Co-citation Networks, Topical Networks, Coauthorship Networks, and Coword, Networks Relate to Each Other. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*.

Artigo – Seção Administração Brasileira

A autoconfrontação como dispositivo ergológico para pesquisas sobre organização do trabalho: estudo com agentes de trânsito no Município de Betim MG

*Angelica da Silva Costa**Centro Federal de Educação Tecnológica**Admardo Bonifácio Gomes Junior**Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais*

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a autoconfrontação como dispositivo ergológico e suas contribuições metodológicas para as pesquisas sobre trabalho no campo da Administração, a partir de resultados obtidos em uma pesquisa com agentes de trânsito no município de Betim. Como método, tratou-se de estudo qualitativo, descritivo, que empregou, como instrumento de produção de dados, a técnica da autoconfrontação simples e cruzada, a amostra foi composta pelas confrontações realizadas entre uma dupla de trabalho, durante um ano. Como principais resultados, foi possível observar como a confrontação entre os trabalhadores e sua imagem em trabalho permitiu que eles revivessem as experiências de suas escolhas e da forma de mobilizar seu saber, seus valores, sua compreensão do contexto e, sobretudo, do que é requerido de seu corpo no trabalho. Além da validade do método para a investigação da organização e melhoria das condições de trabalho, na perspectiva ergológica.

Palavras-chave: Autoconfrontação; Trabalho; Ciências Sociais Aplicadas; Ergologia.

ABSTRACT

The objective of this article is to reflect on self-confrontation as an ergological device and its methodological contributions to research about work in the field of Administration, based on results obtained in a survey applied to traffic agents in the municipality of Betim. As a method, this study was a qualitative, descriptive study. It used, as an instrument of data production, the technique of simple and cross-confrontation, the sample was composed of the confrontations carried out between a working pair, during a year. As main results, it was possible to observe how the confrontation between the workers and their image at work allowed them to relive the experiences of their choices and their way of mobilizing knowledge, their values, their understanding of the context and, above all, of what is required of their bodies at work. In addition to the validity of the method for investigating the organization and improving working conditions, from an ergological perspective.

Keywords: Self-confrontation; Work; Applied Social Sciences; Ergology.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a autoconfrontação como dispositivo ergológico e

suas contribuições metodológicas para o campo das ciências sociais aplicadas, a partir de resultados obtidos em uma pesquisa com agentes de trânsito no município de Betim.

A linguagem é o meio de falar sobre a experiência, de revivê-la, antecipar a história e construir saberes sobre o trabalho, (re) significando a atividade indefinidamente. Nesse sentido, ela é muito importante na abordagem ergológica cujo objetivo é conhecer e intervir nas situações de trabalho para transformá-las. A ergologia, como *démarche* de análise das situações de trabalho, também compreende que o trabalho prescrito, a tarefa posta, nunca é igual ao trabalho real, que corresponde àquilo que o trabalhador tem que gerir para completar sua atividade. Também compreende que a relação entre o que se faz, e o que se é capaz de dizer sobre isso, é igualmente complexa, revestida de variabilidade, de riqueza, sobre a qual não há uma compreensão unívoca, é um debate, uma dramática (Schwartz, 2000).

Nesta pesquisa, adotamos a epistemologia de Yves Schwartz, que propõe a ergologia como uma abordagem de investigação do trabalho, tomando-o como atividade humana industriosa, fundada em “um ponto de vista antropológico” (Durrive, 2011, p. 50). Nesse sentido, foram elaboradas considerações sobre o trabalho humano – (aqui, o trabalho dos agentes de trânsito no município de Betim- MG), tomando parte no ponto de vista dos próprios trabalhadores sobre essa atividade. Na busca pela ressignificação desses valores, saberes, normas, dimensões menos aparentes na atividade e, muitas vezes, inconscientes para os trabalhadores, empregamos, durante a pesquisa, o método da autoconfrontação simples e cruzada como instrumento de produção de dados, submetendo esses resultados a discussões essencialmente ergológicas da atividade de agentes de trânsito no município de Betim.

Assim, foi preciso eleger um instrumento de produção de dados que privilegiasse o ponto de vista desses agentes, já que a abordagem ergológica se debruça especialmente sobre a atividade de trabalho privilegiando ponto de vista daquele que desenvolve este trabalho (SCHWARTZ, 2000). Então, o instrumento de produção de dados que pareceu mais adequado foi o das entrevistas em autoconfrontação e confrontação cruzada.

É preciso dizer que a relevância da atividade de trabalho dos agentes de trânsito já tem sido reconhecida, ganhando atenção nas pesquisas sobre trabalho, nos referenciais teóricos da ergonomia, da psicodinâmica do trabalho e da psicossociologia do trabalho, notadamente, com os estudos de Lancman (2007), Gonçalves et al., (2005) e Lancman; Sznelwar; Jardim (2007) e Gonçalves et. al., (2005), que buscaram analisar a atividade de trabalho de agentes de trânsito no município de São Paulo, sobre melhores práticas ocupacionais capazes de intervir melhor nas situações de trabalho dos agentes.

As discussões foram tratadas sob o amparo do referencial da ergonomia e partiam de uma análise ergonômica do trabalho (AET). E se dedicavam a desvendar fatores como vivências de prazer e sofrimento no trabalho, absenteísmo e envelhecimento precoce. Entretanto, neste artigo buscamos por uma perspectiva mais íntima da atividade, o que se faz, porque se faz, e que valores, saberes é preciso o que é preciso mobilizar de si para realizar a atividade

Os resultados apontam para as compreensões dos próprios agentes sobre as experiências vivenciadas, entre normas e renormalizações, o encontro entre os trabalhadores e sua atividade, a partir da dialética entre trabalho e linguagem e as representações que os agentes fazem de si e de seus pares em atividade. Como conclusões, aponta-se que a análise e intervenção na atividade, a partir da perspectiva ergológica, pode produzir compreensões das situações reais, dando passagem às mobilizações, usos de si, renormalizações convocados pela atividade, além da atenção às questões que se desdobram disso, inclusive com reflexos nos interesses políticos, econômicos e da gestão (Guimarães, 2012; Schwartz; Durrive, 2013).

DIZER DO TRABALHO: A PERSPECTIVA ERGOLÓGICA

A abordagem ergológica se apresenta, não como uma nova disciplina no campo das ciências sociais e suas investigações acerca do trabalho humano, mas como um caminho, uma *démarche*, uma perspectiva que permite acessar desde o mais macro até o mais infinitesimal quando se trata da atividade de trabalho humana. Ela não se resume a um campo do conhecimento, mas se aplica à produção deste conhecimento, de forma multidisciplinar, nos campos da educação, direito, Administração (Schwartz & Durrive, 2010).

Para a abordagem significa tudo o que circunda e interfere na atividade importa para

melhor conhecê-la, desde os procedimentos padronizados, as antecipações e abstrações, até as recriações que se encadeiam no momento oportuno de agir. Sobre o conceito de normas antecedentes, têm-se que são mandamentos, normas imbrincadas que orientam, transformam e pesam sobre atividade. Podem ser normas formais e escritas ou não formais, não escritas, não codificadas, coletivas, que estão postas no meio e demandam uma ou outra atuação do sujeito diante da situação concreta que se apresente durante o trabalho (Schwartz & Durrive, 2010).

Para compreender o caráter ergológico das discussões, alguns conceitos são fundamentais, além de recorrentes no processo de produção de análise de dados. Tais conceitos foram organizados em unidades de análise das situações concretas de trabalho, sempre com atenção ao fato de que “a vida ultrapassa sempre, infinitamente, os conceitos que os homens forjaram para pensá-la. Trabalhar será sempre questão de confrontação da inteligência humana às incertezas do momento presente” (Duraffourg, 2007, p. 69).

Em primeiro lugar, apresenta-se o conceito de normas antecedentes. Na dimensão dessas normas imperam toda uma gama de normas imbricadas, com maior amplitude que o mero elenco de processos e comportamentos, portanto, é preciso conceituar que as normas antecedentes são aquelas que estão postas no meio, não dependem da atuação e da compreensão do sujeito. As normas antecedentes podem ser formais, mandamentos escritos, codificados, que não demandam uma interpretação do indivíduo, e não formais, mandamentos coletivos da dimensão dos saberes, valores (Schwartz & Durrive, 2003).

Já sobre a concepção de trabalho, atividade, ação, a ergologia propõe o conceito de uso de si. Por esse conceito, é preciso compreender o trabalho como mais que a execução técnica, padronizada, um conjunto de ações previamente selecionadas e possíveis de serem antecipadas, como tem sido visto no campo da gestão do trabalho no serviço público. Todo oposto, a abordagem ergológica, ao intervir nas relações de trabalho, parte da postura de que o trabalho e o homem são indissociáveis. Significa dizer que o engajamento do homem na atividade de trabalho, para a consecução de seus fins, é atravessado por tudo o que o compõe, experiência, atividade renormativa (debate de normas), força corporal, inteligência, crenças e percepções. Tudo isso também atravessa esse corpo-si, em grande medida. Trabalhar é, então, uma via de mão dupla, e gerenciar o trabalho é estar atento a essa dialética (Schwartz, 2014).

Os usos de si, por si, no campo do trabalho são aqueles por meio dos quais o trabalhador reconstrói certos modos de ser e estar no ambiente de trabalho, isto é, ele descobre e constrói novos significados para viver, ser, compreender a atividade e sobreviver nela (ou a ela). É certo que em algumas atividades os aspectos técnicos e normativos são bem elaborados, precisos, mas sempre serão insuficientes quando as situações, tão cotidianas quanto surpreendentes, se mostram no trabalho convocando, portanto, uma atividade de reinvenção por parte do trabalhador, a partir de sua compreensão acerca do melhor uso que pode fazer de si para desenvolver a atividade. Imperativo apontar que em certas profissões, há normas bem precisas, mas na realidade, elas sempre são insuficientes (Schwartz, 2008).

O que leva ao conceito de “corpo-si”, também desenvolvido por Yves Schwartz na década de 1980. Este termo foi usado pelo filósofo e epistemólogo para fugir a uma dupla armadilha intelectual, qual seja, o desgaste do termo “sujeito” que passa a ser usado sem muito critério e para designar uma infinidade de comportamentos, sentimentos e subjetividades sem que haja uma investigação profunda de suas motivações, especialmente, no campo do trabalho (Schwartz, 1987; 2014). Em segundo lugar, a escolha da palavra corpo, seguida de um pronome si, reforça a ideia de que o homem carrega consigo tudo o que apreende durante sua experiência de vida para o trabalho. Não há como dissociar o homem que trabalha, isto é, desenvolve sua atividade, do homem que pensa, que renormaliza, que opta por agir desta ou desta forma diante do imprevisto na atividade. Esse corpo é composto, atravessado, por diferentes dimensões como as sociais, políticas, religiosas, carrega em si as normas que criou e aquelas a que foi exposto e, por isso mesmo, coloca todo o conjunto em jogo no trabalho (Schwartz, 2014).

Portanto, Yves Schwartz apresenta o corpo-si, não como uma entidade imaterial, uma simples subjetividade, no sentido gasto da palavra. Mas representando tudo aquilo que compõe a singularidade do homem no trabalho, aqui compreendido, seu corpo físico, sua experiência sobre (e com) a atividade, suas relações com aqueles que circundam seu trabalho. Quando Schwartz (2000), remete ao uso de si, pelo qual o trabalho é sempre uma atividade de si, para

si e para os outros, portanto, jamais solitário, ele aponta para o fato e que a atividade somente pode existir coletivamente, seja pelos pares que realizam juntos aquela atividade, seja pelo destinatário final dela. A atividade sempre estará a serviço de si e dos outros e faz com que a pessoa realize micro escolhas, por tal ou tal atuação, por uma ou outra entonação da voz, por este ou aquele comportamento perante o usuário e, por isso, renormalizando a todo o tempo o que estava previsto para esta atuação (Schwartz, 2014).

O emprego da autoconfrontação como dispositivo ergológico, na investigação acerca da organização do trabalho dos agentes, ajudou a revelar os aspectos mais invisíveis do trabalho, além revelar os limites onde a atividade demandava um trabalho individual e quando ela se apresentava de forma coletiva. Este dispositivo também lançou luz sobre o caráter flutuante deste coletivo, entre outras questões importantes que emergiram nas discussões dos resultados. Sendo esta uma técnica desenvolvida, primeiramente, no escopo da clínica da atividade, esta pesquisa demonstrou como ela se comportava quando deslocada de sua base teórica original para ser utilizada em pesquisas essencialmente ergológicas. Assim, como é próprio da ergologia, ao nos debruçarmos sobre a atividade de trabalho dos agentes de trânsito, também renormalizamos, à medida que era requerido pelo campo e pelos procedimentos metodológicos de produção e análise dos dados. Isto não é impossível, tampouco invalida a pesquisa, se a consideramos como uma atividade humana industriosa (Faïta, 2010).

A autoconfrontação se aproxima da abordagem ergológica em proporcionar um ambiente dialógico para refletir sobre as situações de trabalho e intervir nessas situações a fim de transformá-las. O principal suporte linguístico empregado na técnica de observação é a imagem, assim, foi preciso elaborar um trabalho prévio de filmagem do cotidiano de trabalho dos agentes, notadamente as atividades que apresentavam maior conflito entre os sujeitos e, posteriormente, confrontá-los com essas imagens (Faïta & Vieira, 2003).

A autoconfrontação simples e confrontação cruzada

Sobre a técnica da autoconfrontação simples e cruzada, empregada como instrumento de produção de dados, é preciso dizer que esta é uma técnica desenvolvida, primeiramente, no campo da clínica da atividade e que avançou, a partir da década de 1990, com os trabalhos de Yves Clot e Daniel Faïta, sobretudo no que se refere à experiência linguística e discursiva nas pesquisas sobre a atividade humana (Souza, 2019).

As técnicas de filmagem e confrontação do homem com sua atividade, ainda que de forma diferente, também foram empregadas por Ivar Oddone, ainda da década de 1970, com as investigações conduzidas no MOI (Movimento Operário Italiano). O princípio investigativo idealizado por Oddone (2007), buscava estreitar os laços entre pesquisador e pesquisados, formando uma comunidade científica ampliada, em cujas estratégias e a experiência com as situações e trabalho fossem discutidas, explicitadas e socializadas. Esse tipo de técnica, ainda permite contornar um problema comum a diferentes pesquisas sobre o trabalho: os obstáculos no acesso dos pesquisadores ao cerne da atividade. Portanto, permite ao pesquisador acessar, levar o trabalhador a deixar ver, mostrar sua atividade e tudo o que a compõe vivendo essa experiência junto com o investigador (Oddone; Re & Briante, 1981).

As pesquisas que se debruçam sobre investigações no coletivo de trabalho avançaram também no escopo da clínica da atividade, principalmente com os trabalhos de Yves Clot e Daniel Faïta, no que se refere à experiência linguística, discursiva na pesquisa. Para este artigo, foi empregada a técnica da autoconfrontação, simples e confrontação cruzada. No Brasil, as pesquisas que empregam os instrumentos da autoconfrontação e da confrontação cruzada ainda são incipientes, sendo utilizados majoritariamente em pesquisas desenvolvidas no escopo da análise do trabalho docente, buscando por resultados como o agir, o gesto e o gênero profissionais (Fazion & Lousada, 2016). Por isso, nosso interesse em evidenciar a validade do método em duas perspectivas ainda pouco exploradas, quais sejam, como dispositivo ergológico e como método de análise das situações de trabalho no campo das Ciências Sociais aplicadas, notadamente, da Administração.

De fato, a autoconfrontação se mostrou, ao longo da pesquisa, como um dispositivo ergológico relevante para análise da atividade dos agentes de trânsito. Isto porque, permitiu ler os dados a partir de uma dupla antecipação sobre as situações de trabalho, primeiro através da linguagem em atividade e depois pela linguagem sobre a atividade. Sobre esta dupla

antecipação, Durrive e Schwartz (2008, p. 27) ensinam:

Como o ilustra a diferença prescrito e real, a linguagem e a actividade estão em relação de dupla antecipação. A linguagem, particularmente no seu uso delimitado, normalizado [uso de “conceitos”], antecipa a actividade e para isso tem necessidade de fazer como se as coisas fossem relativamente estáveis, invariáveis; a seguir, a actividade, totalmente mergulhada na história em curso, ultrapassa por sua vez a linguagem devido à variabilidade, antecipa o que será necessário depois procurar exprimir em palavras. São dois registos que se encontram em dialéctica permanente. A sua superação recíproca produz sempre mais história, sempre mais saberes.

Além de permitir ao trabalhador reviver a experiência da actividade e elaborar, para o outro e para si, os porquês entrelaçados intuitivos em suas escolhas entre o trabalho prescrito e o trabalho real, dadas as infidelidades a serem geridas no meio, este dispositivo permitiu aos pesquisadores mobilizar sua inteligência para olhar o que não é facilmente percebido na organização do trabalho. Dito de outra forma, nos tornou sensíveis a “todas as variabilidades, a todas as dificuldades, a todas as tensões” que emergem na actividade dos agentes de trânsito (Schwartz & Durrive, 2010, p. 137).

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa que adotou uma postura epistemológica essencialmente qualitativa, capaz de favorecer uma reflexão crítica, e um saber acumulado sobre diferentes aspectos da actividade de trabalho, em singularidade e profundidade. Quanto aos meios, empregou uma combinação de técnicas para a produção dos dados acerca do seu objeto, sendo, uma fase documental, em que foram estudadas as legislações pertinentes ao trabalho dos agentes de trânsito, desde o mais macro, âmbito Federal como as normas do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Constituição Federal e Código de Trânsito Brasileiro (CTB), até o mais micro como as normas estaduais e municipais, além de escala de trabalho e Código de Ética dos agentes de trânsito no Município de Betim (Portaria ECOS nº 202/2018).

Após, iniciamos a etapa de aproximação do campo, que ocorreu entre os meses de junho a setembro de 2018, por meio de contato com a Diretoria de Transporte e trânsito da empresa, que franqueou a entrada dos pesquisadores, após apresentação de um roteiro e storyboard da pesquisa, a leitura do Termo de Consentimento livre e esclarecido, esclarecimento acerca de questões éticas de pesquisa e assinatura de um termo de cooperação entre as partes.

Houve, ainda, uma fase de observação participante em que os pesquisadores acompanharam o cotidiano de trabalho dos agentes de trânsito no município de Betim, in locu, em dois turnos de trabalho, três vezes por semana, entre os meses de março a junho de 2019. Por fim, uma fase de aplicação de procedimentos próprios da autoconfrontação e confrontação cruzada.

Esta fase seguiu o planejamento proposto por Faïta e Vieira (2003, p. 29), com: a) constituição e um grupo de análise (coletivo de trabalho), que nessa fase recebeu o nome de Entidade Coletiva Relativamente Pertinente (ECRP) para melhor se adequar aos ensinamentos da ergologia. Também nesta fase foram discutidas e selecionadas as tarefas a serem registradas em filme, isto é, as tarefas mais controversas para a ECRP; A escolha da ECRP foi por amostragem não probabilística; b) O registro fílmico e a realização das autoconfrontações simples e cruzadas mobilizando a conjugação das experiências, entre os meses de julho e agosto de 2019; c) o retorno do trabalho de análise ao coletivo profissional (Faïta & Vieira, 2003). Que aconteceu de forma individual aos participantes da pesquisa interessados nos resultados, nos meses de outubro e novembro de 2019.

A ECRP, formada inicialmente por 12 agentes, definiu as seguintes actividades a serem registradas:

- Atuação em semáforo defeituoso;
- Fiscalização do estacionamento regulamentar (Idoso/deficientes/carga e descarga, R6C

e R6A – Proibição de parada/estacionamento); Fiscalização de Estacionamento rotativo;

- Travessia de pedestres em porta de escola
- Presença em pontos estratégicos.

As filmagens, a seleção dos trechos e a confrontação seguiram o planejamento da tabela 1:

Tabela 1 - Planejamento de filmagem e confrontação

Tarefa Filmada	Tempo de filmagem	Recorte para confrontação	autoconfrontação	Confrontação cruzada
Semáforo	2 horas	10 min	40 min	42 min
Estacionamento regulamentado	1 hora	15 min	30 min	38 min
Travessia da porta de escola	3 filmagens de 40 min	2 filmagens de 10 minutos	37 min	45 min
Presença (P.A)	2 filmagens de 1 hora	2 filmes e 11 e 15 min	55 min	57 min

Fonte: autores (2020).

Os encontros se iniciavam com uma nova leitura do Termo de Consentimento livre e esclarecido a cada um dos participantes, também eram explicados novamente os objetivos do estudo, os limites da participação e o direito ao anonimato. As imagens selecionadas eram mostradas ao participante e, após ele se assistir no desenvolvimento da tarefa, o diálogo se iniciava com o mesmo comando: “Me diga o que você está fazendo!”. Quando da confrontação cruzada, o comando era “E aqui, o que está acontecendo?”. A partir daí as questões fluíam de acordo com o que o participante tinha (ou queria) expor.

Vale ressaltar que, nesta etapa, as imagens eram assistidas e discutidas apenas entre o voluntário e os pesquisadores, não havia participação do coletivo nas discussões, o interesse nesta fase era sobre as interpretações individuais dos aspectos visíveis e invisíveis do trabalho, sobre as atividades “impedidas ou contrariadas” (Cunha & Lamcombez, 2008, p. 26). Em um segundo momento, houve as sessões e confrontação cruzada, em que as duplas se assistiram juntas, debatendo entre si suas percepções sobre as questões engendradas na atividade, os modos de fazer, os valores e os saberes invocados nas imagens (Cunha & Lamcombez, 2008).

As confrontações ocorreram no ambiente de trabalho, em um espaço que é utilizado exclusivamente pelos agentes, denominado “central de operações”. A escolha dos trabalhadores foi pela realização das entrevistas em autoconfrontação e confrontação cruzada somente aos fins de semana, quando havia apenas agentes de trânsito na empresa. Os dados produzidos, ainda, foram submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 1977), é preciso dizer que o método de Bardin sofreu adequações a fim de se alinhar à perspectiva ergológica que compreende que os modelos e técnicas são importantes na atividade de pesquisa, embora sempre insuficientes, devendo ser renormalizados conforme o campo demande. Isto porque, “a vida ultrapassa sempre, infinitamente, os conceitos que os homens forjaram para pensá-la” (Dourafforg, 2007, p. 69).

A categorização e a análise dos dados utilizaram também as perspectivas teóricas do linguista Daniel Faíta (2013) no que ele discute a relação enigmática e, ao mesmo tempo dotada de potencialidades, entre trabalho e linguagem. Respeitando os princípios metodológicos da análise de conteúdo e a forma de se produzir saberes próprios da ergologia, as representações produzidas nas entrevistas em autoconfrontação e confrontação cruzada foram organizadas em categorias de pesquisa. Essas categorias se referem às tarefas sobre as quais a entidade coletiva de trabalho apontou as maiores controvérsias, ou que tornam o trabalho impossível/invivível. Já os principais conceitos ergológicos aparentes no discurso dos agentes,

ainda que não sob os mesmos nomes, foram organizados como unidades de análise, conceitos sobre os quais seriam lidas as confrontações (Perez & Messias, 2013).

CONFRONTANDO O TRABALHO NO TRÂNSITO: DANDO VOZ À ATIVIDADE

A Christine Noël - Geralmente pensamos que o fato de falar é natural, algo que seria próprio do homem. Além disso, pensamos que, a partir do momento em que sabemos fazer alguma coisa, deveríamos saber dizer o que fazemos [.....]

Daniel Faïta – Proponho uma frase mais concisa mas, espero, mais consistente: Dizer não é coisa simples [.....] (NOËL; FAÏTA, 2010, p. 165 in SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. Trabalho e ergologia. In: Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. Niterói: Eduff, p. 25-36, 2010).

Nas discussões a seguir, apresentamos as análises dos dados produzidos durante as confrontações. Este capítulo privilegia o ponto de vista dos agentes sobre sua atividade, ele foi organizado para expor as angústias, as demandas, as saídas que os trabalhadores constroem para realizar a tarefa, suas compreensões sobre a dinâmica do trabalho, acerca das prescrições e do que fazer com elas no espaço da vida real. Também se ampara sobre o valor que a profissão possui para eles e como eles gostariam que ela fosse vista pela coletividade. Durante as confrontações, foi possível notar que, ao serem questionados sobre as escolhas que faziam em determinados contextos da atividade, os agentes apresentavam certas dificuldades em descrever as tarefas.

Entretanto, quando confrontados com sua imagem durante o fazer e, novamente, questionados, sua narrativa ultrapassava os limites da descrição de protocolos e assumia uma defesa da atividade, permitia reviver a experiência de suas escolhas e da forma de mobilizar seu saber, seus valores, sua compreensão do contexto e, sobretudo, e do que é requerido de seu corpo no trabalho. E quando se diz o corpo, na perspectiva ergológica, isto compreende a inteligência, a história, a força física, a experiência de vida e o olhar para o mundo, o corpo-si.

A fiscalização do estacionamento regulamentado: “sempre vai ter conflito”

Dentre as tarefas prescritas ao trabalho trânsito, como norma antecedente, existe o dever de implantar, manter e operar o sistema de sinalização (artigo 181, inciso III, CTB). Na ocasião em que formamos a Entidade Coletiva Relativamente pertinente (ECRP) a fim de definir as atividades problemáticas a serem registradas em filme e, posteriormente, confrontadas, a tarefa de fiscalizar os pontos de estacionamento regulamentados, entre eles, as vagas com destinação específica, como as de idoso, pessoas com deficiência e estacionamento rotativo (R6-b, carga/descarga/ Idoso / Deficiente / Estacionamento Rotativo), logo foram levantadas, como uma das mais tensas até mesmo entre os agentes.

Entre as principais queixas dos agentes, estava o fato de que as pessoas que desejem estacionar nas vagas destinadas ao estacionamento rotativo (aquele em que é preciso obter o talão azul), não param portando o cartão de rotativo e compreendem que o agente, ao chegar para a fiscalização, deve dar tempo para que elas obtenham e preencham o talão. Os agentes, por sua vez, dizem que a norma que regulamenta o estacionamento rotativo não faz menção a este tempo, e que o condutor deve parar, já, portando o documento:

No rotativo, fala que tem que parar portando o rotativo, e muitas pessoas acham que existe 10 minutos, 5 minutos e não existe isso, não existe na lei nenhuma parte que fala sobre isso, tem é que chegar e já estar portando o rotativo. (A1)

Existe, ainda, um outro debate de normas, entre os próprios agentes, já que alguns concedem este tempo ao condutor e outros são irredutíveis nesse sentido, primando pelo rigor normativo, prescritivo, na hora de realizar a fiscalização. Isto é sobremaneira incômodo para todos eles. Isto porque, os condutores sempre dizem “o outro agente deixa”, o que faz com os que querem seguir a norma, sintam-se desvalorizados, traídos pelos próprios colegas.

Segundo o CTB, artigo 181, inciso XVII é infração de trânsito, estacionar “em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização (placa - Estacionamento Regulamentado).” Nestes casos, a autuação cabível é a de número 5541-2 “XVII Estacionar em desacordo com a regulamentação – estacionamento rotativo”. Percebemos que não há, nas

normas antecedentes escritas, no script ou na legislação, uma determinação clara nesse sentido, mas para a maior parte dos agentes, o “certo” é o condutor parar na vaga já portando o talão rotativo.

Assim, os agentes realizam a atividade em um “vazio de normas”, entre a norma escrita, a norma antecedente coletiva e a forma de cada um realizar a atividade individual. No vazio de normas, os agentes, novamente, fizeram para si a prescrição do trabalho. Quando confrontado com a imagem do colega em trabalho, na fiscalização do rotativo, A1 explica, em um tom de defesa da atividade:

O A2 está olhando, o seguinte [pausa para explicar com as mãos] porque, as vezes a pessoa, o usuário da via vai deixar ali um rotativo usado, já passou o tempo (delimitado no talão) e eles deixam [pausa] e eles ficam tentando enganar a fiscalização, só que nós assim que deparamos, nós temos que conferir, a data, o horário, se não está com rasura, então é importante, nessa hora que nós chegamos, olhar bem para não ferir o direito do outro e não deixarmos de fazer o nosso trabalho.

Novamente, percebemos a importância da norma, do prescritivo para orientar o trabalho, tanto é assim, que na falta de prescrição específica, os agentes fazem normas antecedentes para guiar-se, a partir da sua experiência na atividade. Ainda assim, mesmo que a norma antecedente seja coletiva, construída no cotidiano, no saber investido e na experiência com, e sobre, o trabalho, a atividade sempre pressupõe um “fazer de outra forma” (Durrive, 2011, p. 129), em razão de valores que estejam em jogo no momento da atuação, no espaço do aqui agora, dos usos de si requeridos e consentidos no momento. A atividade não é nunca a mesma, nem o trabalhador é o mesmo em um dia ou em outro, diante de uma situação e de outra. Embora as tarefas dos agentes de trânsito sejam repetitivamente ordenadas nas escalas de trabalho e nos empenhos programados, a atividade é sempre inédita.

Para ilustrar o que nos ensinam Schwartz e Durrive (2007), destacamos que, em outro ponto de fiscalização do estacionamento rotativo, uma condutora que estava estacionada sem ter preenchido o talão, recorre a A1 e pede que ele não faça a autuação, pedindo uma oportunidade para fazê-lo, ao que A1 assente.

Em autoconfrontação, A1 foi questionado por nós sobre a escolha de permitir que a condutora colocasse o talão, sendo esta a principal controvérsia da atividade, ele responde:

Mas é igual você falou da senhora que chegou após [pausa] se nós estamos fazendo a fiscalização e a pessoa ao lado, e pedir a pessoa que está ao lado, tudo bem [pausa]: Não pode ser também tão intransigente! Mas a pessoa sair do carro e procurar um rotativo... não! Ela já está usando o espaço público que tem que ser pago ‘pra’ isso.

A fiscalização de estacionamento regulamentado é fonte de embate constante entre os agentes e os usuários, um dos pontos mais citados na etapa do ECRP para que fosse registrado em filme e, posteriormente confrontado. Ao permitir certa maleabilidade da norma coletiva, o agente recria o meio a seu modo, ele antecipa uma situação conhecida: se os dois (agente e usuário) não cederem um pouco, haverá conflito. E evitar este conflito é uma maneira de singularizar o trabalho para si e para seus colegas, evitar o conflito é manter a saúde e a segurança no ambiente em que a atividade se desenvolve (Schwartz & Durrive, 2007).

Ao construir o conceito de corpo-si e seu uso no trabalho, Schwartz (1995) nos adverte que, mesmo quando o trabalhador singulariza a atividade, existe ali algo de sua entidade coletiva, isto porque, a renormalização puramente individual “se apaga com seu herói” (Schwartz, 1995, p. 117). O que existe, quando o agente mobiliza sua inteligência industriosa na atividade de fiscalização do rotativo é que ele age em prol do coletivo, mesmo com sua contribuição singular, a ideia é que o agente seja visto como “não tão intransigente” e que, assim, haja segurança, redução de conflitos e violência física ou simbólica entre agentes e usuários. Ao contribuir, com a singularização da atividade, para que haja menos conflitos, o indivíduo age na dramática de uso de si, renormalizando a atuação, ele entra em debate de normas e, de maneira individual e recria o ambiente para os outros agentes e para si mesmo.

Nos interessamos, então, pelas dramáticas presentes nas violências recorrentes nessa atividade. Os agentes, foram confrontados com a imagem de sua atividade nesses pontos

compreendidos por eles como “conflituosos”, pedimos que eles expliquem o que estão fazendo ali e como surgem os conflitos:

(A2) - Bom, nesse momento a gente tava fazendo uma fiscalização de rotina igual a gente sempre faz, e especificamente nessa avenida, avenida JK, a gente tava fiscalizando rotativo. Tem umas vagas de privativo, idoso e cadeirante né, e... a gente percebe que muitas vezes eles esperam a gente a chegar pra ta iniciando a fiscalização pra ta andando dentro da lei, colocando rotativo, se observar bem nesse vídeo aí você verificou que teve até um momento lá que a moça não tinha colocado rotativo e na hora da fiscalização ela correu e falou que ia colocar, né, aí muitas vezes a gente causa até [pausa] é [pausa/procurando a palavra certa] uma certa [pausa] é [pausa] indisposição, assim, com alguns usuários porque a gente não pode estar esperando colocar rotativo uma vez que eles já têm que estar com rotativo de acordo com a lei e, quando a gente autua, eles falam que a gente é empresa de multa, muitas vezes ameaça, muitas vezes xinga. (destacamos)

(A1) - é uma das partes mais perigosas do nosso trabalho, sempre, sempre o agente vai entrar em conflito, não só com os condutores que chegam e o carro já está sendo autuado, mas com as outras pessoas, porque nunca essa parte de fiscalização é bem vista, então eles acham que não é necessário fiscalizar, a população em geral ao não ser na hora que ele pede pra ir na porta de garagem retirar.

Enquanto A2 revive a experiência da indisposição com o usuário, durante o desenvolvimento da tarefa, demonstrando certo receio, A1 agiu, para evitar esta indisposição, antecipando o momento, a partir de sua experiência com essa atividade, ele articula as dramáticas apresentadas pela situação (condutor/agente/rotativo/embate) e age, faz uso de si, arbitrando entre cumprir a prescrição (da forma como a maioria dos agentes deseja que seja a norma norteadora dessa atividade) e renormalizar no espaço da vida real, com as condições do “aqui e agora”, a fim de afastar o confronto e manter o ambiente saudável, através da convocação de seu corpo-si. “Este corpo-si é bem o lugar onde deve se pensar esta articulação das dramáticas e se há bem um enigma de trabalho, ele nos parece repousar inicialmente e antes de tudo lá” (Schwartz, 1995, p. 122).

Em determinados momentos, a atividade de fiscalização de estacionamento regulamentado apresenta uma relação imbrincada entre valores de diferentes dimensões, notadamente, do campo dos valores econômicos e políticos, mas que se encontram em algum ponto, com os valores do polo do homem em atividade. Notamos isso, quando o agente, ao ser questionado sobre permitir ou não o preenchimento posterior do talão rotativo e quais as implicações disso, responde “Ela já está usando o espaço público que tem que ser pago pra isso”.

Para os agentes, o uso e a fiscalização do rotativo (assim como a maioria dos pontos de estacionamento regulamentado, como idosos, pessoas com deficiência e carga/descarga) é importante não porque obriga o condutor a comprar o talão, contribuindo com a arrecadação do município (como, aliás, eles relatam que a maior parte das pessoas pensam), mas porque deve haver democratização do espaço público, o acesso igual, livre, para todas as pessoas. Eles se colocam nesse lugar de garantidores e compreendem a importância de sua atividade além do que está prescrito.

Sobre a insistência das pessoas em não utilizar corretamente essas vagas e o porquê isso incomoda tanto os agentes, a ponto de ser uma nascente de constante confronto com os usuários, A2 responde que é porque “eles conhecem de lei, conhecem a importância do rotativo, eles não podem ocupar a vaga por muito tempo, uma vez que é direito de todos, mas eles preferem, não coloca, literalmente, não coloca”. E qual a importância do rotativo? Perguntamos... “porque a vaga que era ‘pra’ cidade inteira fica só pra ele.... E as outras pessoas, tem gente que é cadeirante, idoso, vem de longe, de outra cidade”.

A fala de A2 revela uma profunda preocupação com os outros, os cidadãos, o acesso à cidade, à politeia. São valores sem dimensão, que não trazem nenhum retorno econômico para o trabalhador, mas que atravessam sua atividade de trabalho com tamanha força que geram conflito. Isto é tão significativo para eles, que estão dispostos a defender esses valores, ainda que isto reforce a visão negativa que alguns usuários possuem do trabalho desses agentes.

Ensina Schwartz (2007, p. 200) que “a atividade humana, mais particularmente o trabalho no sentido estrito, é um espaço onde se retrabalham incessantemente os valores do político cruzado com os valores dimensionados, ou seja, aqueles cujos limites são conhecidos, que se pode medir, quantificar (valores do polo mercantil).”

Para alguns condutores, o fato de serem autuados (multados) pelo não uso do rotativo, pelo estacionamento em desacordo com a regulamentação de parada, entre outros, destina-se à atenção dos valores do polo mercantil: A prefeitura está arrecadando com o trabalho do agente (o que não deixa de ser verdade, a municipalidade arrecada). Mas este não é o objetivo principal do trabalho, ao contrário, ele faz uso de si guiado por valores muito mais próximos do polo da política, sem dimensão, notadamente, a garantia de igual acesso a todos. Não quer dizer que estes polos não estejam em constante debate, estão, e o agente ocupa nessa tensa relação, o terceiro polo, ele é o homem, em atividade, gerindo essas tensões, em dialéticas dramáticas, usos de si.

Quando perguntado se a autuação, que adentra a esfera econômica das pessoas e agrega possíveis embates ao trabalho, A1 responde que “Sim, porque: você não está tirando o direito da pessoa de estacionar mas você está também, a cobrança, a meu ver, não é nem pra “recolher”, arrecadar, na verdade é para fazer com que essa vaga tenha rotatividade”.

Ainda no trabalho na fiscalização de estacionamento regulamentado, outro ponto de maior controvérsia, um dos mais problemáticos para os agentes são as vagas destinadas a pessoas idosas e com deficiência. Não são poucas as pessoas que, embora possuindo o direito a utilizá-las (por meio da apresentação de credencial específica, emitida pelo município), abusam de seu direito inviabilizando a rotatividade no espaço, ao que os agentes são questionados constantemente por outras pessoas que também possuem este direito. Quando confrontado com sua imagem no momento em que fiscalizava uma dessas vagas e surge um outro condutor, também idoso, questionando o fato de que aquele carro estava ali há várias horas, A1 relembra com certo pesar:

Infelizmente, se não tem horário na sinalização, nós não podemos fazer nada porque está dentro da lei, parece que, em pouco tempo, vai haver algumas placas restringindo o horário, através de um rotativo próprio ‘pra’ quem é idoso ou tem deficiência física então vai fazer também com que funcione como rotativo, então vai atender uma maior quantidade de pessoas.

E nesta situação, o que fazer? Questionamos ao agente, “Aí nós explicamos ‘pra’ ele que aquele condutor que deixou o automóvel está dentro da lei e nós não podemos fazer nada”. Mas esta resposta não é bem recebida pelos usuários, que desejam medidas mais radicais dos agentes, novamente, a controvérsia vira embate e é preciso mobilizar, fazer uso de si, para amenizar um problema tão relevante quanto insolúvel.

Neste ponto, o registro fílmico serviu como suporte para que agentes e pesquisadores se dessem conta das contradições invisíveis no trabalho, outros elementos de que ela se reveste e que escapam à simples observação, “como o significado das atividades impedidas ou contrariadas” (Cunha et. al., 2006). Eles querem dizem que “não podem fazer nada”, mas buscam fazer alguma coisa, nem que seja orientar o usuário a procurar outra vaga, algumas vezes acompanham este usuário até outro ponto da cidade onde seja possível estacionar, discutem esse problema com a gerência, sugerindo soluções, esta é a atividade que não é possível ver no vídeo, está oculta, mas aparece na confrontação do homem com sua imagem em trabalho.

A saída encontrada, em curto prazo, é indicar ao idoso outra vaga mais próxima, ou permitir que ele pare em desacordo com a regulamentação por alguns momentos. Fazendo essa comunicação via rádio, os agentes inteiram aos outros colegas da situação, informam a placa do veículo autorizado a parar/estacionar e pedem que, ao passarem pelo local, não autuem o veículo. “Não é o ideal, mas o que podemos fazer no momento”. Nessa situação real em que a atividade se mostra, o agente faz uso de si, indo além do que lhe é pedido, excedendo as expectativas e imposições de suas tarefas, da gerência, do código e, até mesmo do coletivo, tendo como central a atenção aos valores sem dimensão, convocando sua sensibilidade.

Essa renormalização, este uso de si, pode ser explicado pelos consentimentos que o trabalhador faz, em prol do que é convocado dele no momento da vida presente, ele entra em

debate consigo mesmo e reconstrói as normas, ele “faz história”. Age no aqui e agora! O que emerge nesse espaço de debates entre a tarefa, a norma e a realidade, é a atividade. A ergologia explica que “contrariamente ao meio animal onde a relação variabilidade do meio/labilidade das respostas é de fraca amplitude, o meio humano, saturado de cultura e de história, é fundamentalmente constituído por convocações para que escolhas sejam feitas” (Schwartz, 2000, p. 670).

Outra solução, que vem sendo pensada ao longo prazo é delimitar o tempo permitido de parada/estacionamento para estas vagas, essa regulamentação complementar encontra fulcro nas atribuições do órgão de trânsito e permitiria autuar mesmo as pessoas portadoras do direito de usar as vagas, mas garantindo a rotatividade nos espaços.

Então, uma das ideias foi a de regulamentar essa situação. Vai ser um pouco mais difícil no início porque as pessoas estão acostumadas a parar nessas vagas e nem olhar a questão do rotativo. Então vai ter que ter uma campanha educativa no início para depois começar a aplicar as sanções. (A1)

Mas não deixamos de lado, que as questões pertinentes ao polo mercantil, isto é, dos valores dimensionáveis também recaem sobre a atividade. Sobretudo, quando tratamos da precarização no contexto dos serviços prestados pela administração pública, eles também são invocados nas confrontações relativas à atividade de fiscalização do estacionamento regulamentado. No momento em que os agentes se veem em atividade, no registro fílmico, eles suscitam o fato de que os embates, as violências sofridas no trabalho ocorrem porque os condutores os veem como uma “indústria de multa”, mas ao contrário, eles não têm sido beneficiados por esta arrecadação.

A1 - Porque na verdade, as autuações, não sei te falar certinho, mas 2 a 3% é pra educação e o restante é pra sinalização, uniforme, combustível, aluguel ou compra de veículos, fora esses 3% que vai para a União, sobre 97%, fora a parte que a polícia também quando faz autuação tem que repassar ... então, e assim, não é um valor que cai ali no cofre e pode ser usado de qualquer forma, tem um destino certo, correto. (destacamos).

O agente tenta explicar a destinação dos valores obtidos com as autuações, a fim de justificar sua atuação e a importância delas, ao mesmo tempo em que faz as contas de tudo que é preciso mobilizar para a realização dessa atividade, e tudo que decorre dela. Nesse sentido, devemos enxergar o trabalho como uma apresentação multifacetada do trabalhador, isto porque este indivíduo precisa interagir com todas as variáveis presentes no meio, o que lhe exige o uso amplo de suas aptidões pessoais, sociais e profissionais.

A travessia na porta escola: “é impossível padronizar”

Outra tarefa repleta de controvérsias e que, por isso mesmo, demanda arbitragens, debates, industriabilidade dos agentes é a travessia de pedestres em porta de escola. Essa é uma atividade que acontece em dois períodos no ano, a volta às aulas no primeiro e no segundo semestre do ano. Não há uma prescrição exata, taxativa do que seja a atividade de travessia em porta de escola, a ideia é “fazer a travessia de alunos, na entrada e saída da escola, com segurança”, a operação de porta de escola acontece nos horários de 07:00 horas, 11:20 horas, 13:00 horas e 17:00 horas, também em diferentes regiões da cidade, o que modifica o trabalho de um ponto para o outro.

Sobre as prescrições, sempre insuficientes, mas ainda assim necessárias, os agentes também desenvolveram, ao longo do tempo, um script para esta tarefa. Esta norma antecedente de dimensão coletiva, sofre alterações conforme o ponto da cidade em que a escola esteja localizada e o horário de saída dos alunos, é fonte de controvérsias levantadas pelos trabalhadores no trânsito durante a formação do ECRP e, também, das confrontações. Isto porque, conforme sejam as condições já mencionadas no desenvolvimento da ação na porta de escola, será necessário escolher atuações muito específicas como posicionar o corpo sobre a faixa de pedestre e sinalizar para que os condutores parem, sinalizar para que as crianças atravessem ou deixem de atravessar, decidir se eles devem parar o trabalho de travessia e proceder autuações em desfavor de condutores que estejam cometendo infrações naquele espaço. Também devem escolher entre fazer uso do apito ou não, de seu corpo com maior ou

menor exposição, “operar” ou não o trânsito. Todas essas são alternativas que impõem escolher a si mesmo em um constante debate de normas (Schwartz, Duc & Durrive, 2007).

O primeiro ponto das arbitragens explorado nas confrontações, foi como os agentes compreendem a relevância de seu corpo na atividade, e o papel deste corpo para eles mesmos. Com o tempo o corpo-si vai incorporando saberes, modos de fazer, conhecimentos muito particulares ao agente que, a partir de então, tem condições de antecipar sobre o imprevisível (Schwartz, 1991). Quando confrontados com a imagem de como posicionam seu corpo em uma ação educativa de travessia em uma das escolas (na região central do município), um dos agentes responde da seguinte forma “se eu não me colocar na faixa de pedestre, o condutor não vai parar”, ainda, “você sabe que as pessoas não respeitam a faixa, o brasileiro não respeita”, “eles só vão parar porque me viram. Por isso eu vou ‘pra’ lá, o papel do agente é ver e ser visto”.

Para o agente, o condutor só vai respeitar a faixa de pedestre e a travessia das crianças só será possível, em segurança, se ele posicionar seu corpo sobre a faixa, ainda que isto seja inseguro para ele. O agente escolhe fazer uso de si, notadamente de seu corpo físico, para evitar que haja acidentes com as crianças na porta da escola, para impelir o condutor a parar antes da faixa. Ele poderia escolher ficar no passeio, emitir um sinal sonoro (dois silvos breves, como determina a prescrição) para que este condutor reduza a velocidade, ele poderia escolher autuar o condutor que desrespeitasse a faixa, todas estas são alternativas mais seguras (para ele) que se posicionar no centro do perigo. O trabalhador está no centro de um “drama”, ele deve decidir, em tempo reduzido, dentre muitas arbitragens.

E ele arbitra, fazendo uso de si, de seu corpo. Mormente porque, segundo Schwartz (2007, p.198) muitas dessas arbitragens encontradas no trabalho se “situam no corpo”. Mas quando se diz que ele resolveu entre estas arbitragens com seu corpo, não separamos o corpo físico (embora ele tenha realmente colocado seu corpo biológico em risco), da inteligência - é preciso uma inteligência muito específica para se posicionar no meio da rua e não ser atropelado -, da força física e dos valores que ele coloca em jogo naquele momento. A soma do que foi preciso mobilizar para gerir as variabilidades presentes na atividade de travessia em porta de escola, escolhendo entre dramáticas de uso de si, é o que a ergologia chama corpo-si.

Sobre o corpo-si, em atividade, Durrive e Schwartz (2008, p.24):

São solicitados e mesmo incorporados, inscritos no corpo: o social, o psíquico, o institucional, as normas e os valores [do contexto e retrabalhados], a relação às instalações e aos produtos, aos tempos, aos homens, aos níveis de racionalidade etc. Este alguém que trabalha – este centro de arbitragens que governa a actividade – pode assim ser designado corpo-si (Durrive & Schwartz, 2008, P.24).

Enquanto isso, outra controvérsia se mostra quando, em sentido oposto, outros agentes escolhem por não se movimentar sobre a faixa sinalizando para o condutor oferecer passagem às crianças, compreendem que “não é meu papel, eu ‘tô’ ali pra ver e ser visto, se ele não parar, eu autuo. Mas quando eles veem a gente, já param”, quando questionado como pode prever a atitude do condutor, o agente apenas responde: “ah....eu sei”. Este “saber” é da ordem dos saberes investidos, na experiência, na convivência com o trânsito no município, e se produzem no curso da atividade.

No caso dos agentes, quando em atividade na travessia de alunos, a partir da sua experiência com a situação (condutores e obrigatoriedade de parar na faixa dando preferência ao pedestre), já convocam a atuação de seu corpo, escolhendo por posicionar assim, já que antecipam o problema que estão lá para resolver: o condutor não vai parar. Essa ação evidencia um saber que só é possível na experiência com, e sobre, a atividade.

Em ambas as atuações, embora o agente escolha por uma ou outra com base em seus saberes, constituídos na experiência, também é necessário um conhecimento de ordem técnica, um conhecimento científico, uma norma antecedente. Em primeiro lugar, se ele escolhe se colocar sobre a faixa e sinalizar ao condutor, deve conhecer os gestos e sinais descritos no código de trânsito e realizá-los com fidelidade ao que está prescrito. No segundo caso, o agente se vale, novamente, da norma para aplicar a atuação correspondente, também prescrita pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB). De qualquer forma, a atividade ali é gerir escolhas em um ambiente que não é neutro, um “meio infiel” (Schwartz, 2000). Em tais escolhas, reside a

arbitragem de uma dramática, a escolha por um uso de si.

A atividade de trabalho se compõe de dimensões antecipáveis e inantecipáveis. Há sempre algo que é possível prever, mas algo em que se deve arriscar, visto que toda situação de trabalho é sempre, de um lado a aplicação de um protocolo, e de outra a atividade renormalizadora no debate de normas que é a vida real e as situações reais de trabalho. Quando o trabalhador faz uso de si, por si e pelos outros na atuação no trânsito, as imagens confrontadas mostram sempre a ocorrência de reinvenções da maneira de ser, estar, se mover, compreender o trabalho, de sobreviver. Isto porque, os indivíduos são únicos e singulares, viventes de histórias e experiências únicas que refletem e interferem na realização de suas atividades, mesmo que haja normas bem precisas sobre a atuação do agente, como o uso do poder de polícia restringindo a tarefa, elas sempre serão insuficientes. Por isso a atividade na porta de escola acontece em um “vazio de normas” (Schwartz, 2010, p. 263).

Quanto à prescrição da tarefa, o agente explica: “É uma “porta de escola” que sempre pedem pra gente fazer ...é chegar... geralmente é no início do ano letivo, na volta às aulas, e aí nós vamos lá e geralmente a gerência quer que nós só conversamos né... com os pais” ... Mas não é isto que ele faz, o confrontamos com o momento em que ele anota a placa de um veículo para proceder a autuação, mesmo que a orientação tenha sido por uma atuação “educativa” na porta da escola em questão. A isto, ele responde que:

Educação é fazer as autuações que são necessárias, né, quando nós chegamos. Conversamos com os pais, mas tem algumas que geralmente, algumas situações que nós nos deparamos que realmente tem que ser feitas, que são crianças solta [pausa] uso de celular, fila dupla [pausa] tem que fazer (a autuação), é assim que eles (infratores) aprendem.

O agente renormaliza, decide fazer um outro uso de si muito em função de seus valores, de sua compreensão do trabalho. Para ele, não adianta apenas “conversar” com o infrator, é pela autuação (multa) que ele vai aprender. Ele mostra, também, uma específica preocupação com a segurança das crianças, pela falta de equipamentos corretos de segurança, a distração ao celular. Este agente relata, mais tarde, que já sofreu um grave acidente de trânsito, no qual quase morreu, por imprudência sua, por isso se preocupa tanto com a segurança das crianças. Novamente notamos que o homem que vive, ama, experimenta situações, não se dissocia nunca do homem que trabalha, que age no trabalho, o corpo-si está sempre lá, repleto da experiência humana, da história de cada um desses agentes (Durrive, 2007, p. 192).

Nas confrontações, a atividade continua mostrando sua variabilidade nos diferentes modos de fazer dos agentes registrados em filme. Por exemplo, enquanto uma dupla chega, se posiciona em frente ao portão da escola e avalia, com o olhar, a movimentação de crianças e veículos, anotando placas dos infratores, a outra dupla, se posiciona cada um de um lado da via, operam o trânsito, interferem no fluxo de veículos realizando uma operação de “pare/siga”. Esta segunda dupla se movimenta muito mais na via, apita, gesticula, atravessa as crianças pelas mãos.

Diante desta variabilidade de ações, sentimos a necessidade de realizar a confrontação cruzada dessas imagens entre os agentes. Quando perguntados acerca da diferente abordagem de atuação, A1 explica que “essa diferença aí é porque assim... esse local aí é na avenida Amazonas, é um local com trânsito pesado (ênfase) é realmente você tem que intervir no trânsito para a segurança das pessoas”. Ele explica que o local onde os agentes interferem mais no trânsito, se movimentam mais, gesticulam e apitam, é uma via de fluxo mais intenso, ela liga a cidade de Betim à região metropolitana como Mateus Leme, Esmeraldas, além de servir como via de acesso a mineradoras, marmorarias e siderúrgicas. E que estas variáveis, transforma o jeito de fazer.

Também A2 complementa que:

o horário muda também o trabalho... e também o número de veículos do local assim, eu acredito que este local aí onde o agente tá operando eu acho que tem mais pedestres ... é um ambiente ali onde tem faixa de pedestre, diferente da onde o AGENTE e o AGENTE “tavam” ali, apesar de ser uma porta de escola também mas é totalmente diferente [pausa] então há casos e casos, não tem como padronizar assim a ação, embora seja a mesma atuação.

Essa confrontação cruzada deixou claro para nós, que o trabalho na realidade, aquele que se faz na vida real, não corresponde ao prescritivo e nem pode ser feito uniformemente por todas as pessoas. Cada um recria a seu modo sua forma de agir, optando por um ou outro jeito de resolver as variabilidades do ambiente, a ergologia nos permite, então, aproximar o trabalho das situações reais. Para Schwartz (2007, p. 198) “cada um, procura no trabalho o equilíbrio aceitável entre o uso de si requerido e consentido” no momento. Enquanto a travessia de porta de escola nas localidades mais periféricas da cidade requer um uso de si mais comedido, o que o direito, por exemplo, chama de obrigação negativa (de não fazer), no caso, de quase não interferir nas condições naturais do comportamento de condutores e pedestres. De outro lado, a travessia em um ponto crítico da cidade, que a liga a suas principais fontes de renda e os municípios vizinhos aos serviços oferecidos em Betim, requer um outro uso de si, uma atuação no sentido positivo, de intervir, de se posicionar sobre a faixa de pedestres, de emitir sinais sonoros com frequência.

A ergologia propõe, que não existe uma “rotina de trabalho”, existem dramáticas, pois sempre há novos acontecimentos, situações diferentes, que demandarão escolhas, reações por parte do trabalhador. Essas variabilidades resultam em outras, e transformam a relação entre o trabalhador e o meio, as reações a estes acontecimentos se dão por meio das dramáticas que levam o trabalhador a fazer usos de si diversos, ainda que na mesma profissão. Mas esses usos de si, essas dramáticas são geridas a partir dos valores que o trabalhador possui e que compreende como importantes no momento da atividade, de crenças, experiências, inteligência que ele carrega consigo para o trabalho.

No que se refere a esta arbitragem a questão que apareceu, então, para nós durante a confrontação foi: Como eles faziam para se escolher entre uma atuação e outra? Com base em quê, eles arbitram entre um ou outro uso de si? A resposta, veio de A2:

A quantidade de veículos e a quantidade de pessoas e o horário, onde a escola onde nós chegamos, a velocidade dos veículos que você viu lá, o agente que estava lá primeiro, ele ‘tava’ muito mais tranquilo, por quê? [ele questiona] [porque] Lá a velocidade é baixa, o bairro é mais fora do centro, periférico, mais periferia, não quer dizer que ele não está prestando atenção no trabalho, ele está... mas só que é muito diferente de um bairro tipo na parte central onde ... a velocidade, esta é uma avenida na principal avenida de Betim onde a velocidade é grande, a faixa de pedestre na porta da escola é elevada, os veículos não param, se você não intervém então você realmente tem que resguardar os alunos, é [pausa] alunos [pausa] transeunte, usuários da via.

A confrontação revela que a escolha pelo uso de si baseia-se em parte nos valores muito particulares ao agente e, de outra parte, nos saberes constituídos na experiência com esta atividade. Também revela a constante dialética no espaço tripolar onde saberes acadêmicos, legais, normativos, estão em constante tensão com saberes investidos, da experiência, do cotidiano, com um terceiro polo, o das exigências éticas do momento, a decisão por um uso de si ou outro.

No que se refere aos saberes investidos, dos saberes da experiência que são gerados no trabalho, os agentes indicam que decidem pelo uso de si ao “olhar”, as condições da via, a atuação dos que já estavam no local, o fluxo de veículos, a quantidade de crianças, a localização da escola. Assim, eles colocam em ação os saberes disciplinares, a forma de agir descrita em códigos como o CTB e as normas da empresa. Tudo isso, em prol de valores éticos como a segurança das crianças na travessia, a fluidez do trânsito para os condutores, e intervenção educativa na esfera econômica do infrator.

No momento em que “se faz história” (Durrive, 2010, p. 72), a escolha, a arbitragem, a dramática presente entre os três polos é que transforma o trabalho e dá lugar à atividade desses agentes. Outras questões, também presentes nos polos de valores com e sem dimensão, interferem nesse trabalho, transformam a atividade, orientam as dramáticas de uso de si. Enquanto para A1, essas questões se relevam da seguinte forma:

Eu acho assim, tem n fatores ... por exemplo, o nível da escola. Se os pais vão buscar de carro, de escolar, se os alunos vão a pé.. então assim, o nível da escola

influencia. A via, o fluxo de veículos, então assim, tudo influencia... não tem como padronizar. Tem como padronizar assim, atitudes a serem tomadas, cada tipo de escola. A gente elabora um plano aí, basicamente existe x, y, z em todas as escolas, mas padrão assim não dá. Tem que ser circunstancial e agir de acordo com o que está acontecendo ali.

Para A2:

Onde ela está também é uma área comercial, então tem mais carro e pedestre, na outra área residencial tem mais pedestres. Assim, a gente passa diretrizes, né... vai na porta de escola? Então tá, olha faixa de pedestre, fila dupla, etc. Mas o trânsito é muito dinâmico, não tem como a pessoa ficar focada só numa coisa, tá focada nesse aqui mas chega uma pessoa no celular, tá olhando celular, sai outro sem cinto e ali tem criança, então assim, o que mais tem que focar na porta de escola é criança. Tem uma escola aqui própria de crianças especiais então fomos olhar assim, vagas especiais, escolares, estacionamento (parada), é ainda outra atuação nossa.

Na atividade de trabalho dos agentes de trânsito, os polos estão em constante debate. Em determinados momentos, dependendo do que seja o uso de si requerido, eles recorrem à norma antecedente, seja ela escrita ou tacitamente coletivizada aos saberes constituídos na experiência, e aos valores em jogo, sejam eles valores com ou sem dimensão. O interessante é que nem sempre o trabalhador realiza conscientemente estas escolhas, mas basta que ele seja confrontado com seu trabalho para que perceba e verbalize a complexidade contida na atividade. Tanto é assim, que quando questionados sobre a variabilidade do trabalho na porta de escola, os dois respondem que “é impossível padronizar”.

O P.A: “não tem uma cartilha”

A última categoria de pesquisa analisada foi a de dados produzidos na autoconfrontação e confrontação cruzada das imagens da tarefa de “Presença a Pé”, chamada como P.A. pelos agentes. Esta tarefa consiste em estacionar o carro em um determinado ponto da cidade e permanecer de pé, pelo tempo estimado na escala de serviço, observando as condições de tráfego, segurança e quaisquer anormalidades no perímetro.

Confrontamos A2 com a imagem do P.A., seguindo o planejamento, pedimos para que ele diga o que está fazendo:

Esse PA, quando a gente tá no cruzamento da JK com Rio de Janeiro, o objetivo é [pausa] é... fazer com que o cruzamento em si não feche né, e geralmente isso acontece muito em horário de pico, onde o número de veículos na via é mais elevado e as pessoas não respeitam o cruzamento, e isso causa um impacto porque vem gente de todos os lados. E normalmente esse PA a gente gosta muito de fazer perto de faixa de pedestre, justamente pra tá de certa forma educando, do meu ponto de vista.

Também nesta atividade, os agentes de trânsito criaram normas orientadoras de seu trabalho para lidar com o “vazio de normas” engendrado na tarefa. A empresa não explica, não define o que é o P.A, apenas inserem essa fiscalização na escala de tarefas diárias, exigindo apenas que o agente esteja de pé, no ponto da cidade determinado, pelo espaço de tempo descrito no roteiro. Assim, cada dupla realiza o P.A conforme seu entendimento da finalidade dessa presença, para A1 e A2, o objetivo principal era evitar o fechamento do cruzamento, isto porque, eles já sabiam previamente que no ponto em que estavam esta era uma realidade recorrente.

[A1] A gente escolhe um ponto em que a gente seja visível, nesse ponto aí nos 4 lados, tanto para quem tava passando na Rio de Janeiro quanto na JK, e um ponto que nos ofereça segurança também né? Porque se for um ponto onde a gente não é visível, as vezes não vai ser tão efetiva a nossa presença lá, e a nossa segurança em primeiro lugar, claro, então nesse ponto a gente percebe que como a gente tá bem visível ali é um ponto seguro onde todos os condutores estão vendo a gente e os pedestres também.

A maneira de fazer adotada pela dupla leva em consideração a sua segurança e a dos outros, por último, a fluidez no trânsito. São muitas variáveis para arbitrar, o horário em que a atividade ocorre (no horário de pico, 18 horas, é mais provável que o cruzamento seja um problema que nas demais horas do dia), o fluxo de veículos, a segurança de pedestres, caso algum condutor negligencie a faixa, a segurança da dupla. Mas o relato evidencia que os trabalhadores resolvem grande parte destes problemas com o uso do próprio corpo. Eles pensam também com este corpo. Não é preciso apenas escolher um ponto que ofereça uma visão ampla dos problemas, mas também favoreça que eles sejam vistos pelos outros, mantendo as condições de segurança através de usos de si, por si e pelos outros. Assim, o corpo é mobilizado (saber, experiência, metas) e ele age, a partir do que aprende.

Para nós a questão que emergiu imediatamente foi: Como você sabe que está vendo, sendo visto, em segurança?

[A2] É [pausa] não tem uma cartilha onde fala onde que é o ponto mais seguro, de acordo com nossos cursos que foram poucos durante esses nove anos que estamos aqui, ou quase nove [pausa] é [pausa] um ponto seguro é um ponto onde todos nos vejam, todos os condutores nos vejam, onde todos os pedestres nos vejam, e a gente também tenha visão periférica.

Também aprendemos com a experiência de outros, na prática, trocando experiência com outros agentes mais velhos ou mais experientes, porque não existe uma regra para falar qual o ponto mais seguro.

Novamente, notamos que a atividade emerge no debate de normas entre os saberes técnicos, acadêmicos, apreendidos em cursos de formação que, segundo eles, foram poucos em 09 anos de trabalho e os saberes constituídos, apreendidos no tempo, na experiência, nas trocas languageiras no trabalho. Por trocas languageiras, conforme observamos, devemos entender o gesto, o olhar, as trocas silenciosas, mas dotadas de conhecimento, de potencialidades. A adoção de uma linguagem “do” e “no” trabalho.

A narrativa também mostra como os saberes vão se constituindo, sendo moldados, transformados e repassados ao longo do tempo. Os agentes aprendem uns com as experiências dos outros, vão construindo para si e para o grupo “maneiras de ser” agente de trânsito. Embora não exista “uma regra” para determinar qual o ponto mais seguro (para o agente e para o usuário) para realizar o P.A, existe uma renormalização coletiva, em algum ponto, o corpo-si incorporou o que é segurança, como se manter seguro, desenvolveu uma recriação da norma em razão do meio e dos objetivos da tarefa. Este é o momento em que a história se faz, onde emerge a atividade extravasando saberes, que encontram outros saberes e permitem antecipar o momento seguinte (Schwartz, 2010).

Tendo a atividade como um “espaço histórico” atravessado por diferentes mediações (Schwartz & Durrive, 2010), outras questões também chamam atenção como fatores que constroem e transformam sobremaneira a atividade dos agentes de trânsito. Uma dessas questões é o racionamento de combustível utilizado pelos carros imposto em virtude da situação financeira dos municípios, com isso, o P.A e as rotas nos bairros estão suspensos e ficam restritos à região central, o que, para os agentes influencia negativamente no trabalho, retira deles as condições mínimas e impedem o atendimento às demandas da sociedade:

Influencia sim, porque muito o que [pausa] a gente deixa de fazer muita coisa e também desmotiva né... desmotiva, você pode ver que o nosso trabalho ele teve uma queda com relação ao número de atuações, presença, teve uma queda. Porque a gente agora, quando você consegue sair da empresa, você tem que ficar fixo no lugar porque você não tem combustível, limita, você não pode atender muitas demandas, você vai para um lugar você tem que ficar ali, Betim é muito grande [pausa] já é difícil quando tem combustível porque a “gente” é poucos, imagina sem combustível [pausa] então eu acho que atrapalha sim, e desmotiva o povo, porque assim, não te dá condição de trabalho, é o mínimo que a gente tem que ter é condição de trabalho (A1).

O relato acima evidenciou para nós, algo muito rico da observação do trabalho: mais que ganho econômico, mais que auferir renda, as pessoas querem trabalhar. O que os agentes mais desejam são os meios para desenvolver seu trabalho, condições de atender às demandas do polo político e do polo do homem em atividade. A compreensão que o agente faz de sua atividade de trabalho é que ela deve servir ao outro, à coletividade, e quando não é assim, sua atividade encontra-se contrariada, impedida, limitada, sendo fonte de angústias para este trabalhador. O agente atribui a estes impedimentos a queda na sua produtividade e na de seus colegas, não é que não queiram se engajar, produzir mais, é que o meio (ou as faltas existentes no meio) os impedem de realizar tudo o que eles julgam que poderiam fazer.

Em se tratando dos objetivos propostos para a tarefa do P.A, que consiste em estar de pé, em um ponto estratégico da cidade evitando e reprimindo comportamentos indesejáveis, por parte de condutores e pedestres, ela se apoia em um conjunto de normas prescritas e de saberes da experiência, os agentes precisam mobilizar não só atenção e percepção no trânsito de veículos, de pedestres, como também todo um conjunto de movimentos, de normas, engajando o corpo-si. Precisam ver, serem vistos, coibir comportamentos, estabelecer a normalidade e tomar cuidado para intervirem o mínimo possível nas condições orgânicas do trânsito.

(A1): Aí nós não estamos intervindo no trânsito de forma direta, mas nós estamos vendo, observando todo o trânsito, se houver necessidade, nesse momento a gente pode intervir [pausa] a qualquer momento a gente pode intervir. Mas a gente intervém o mínimo possível.

(A2): Aqui a gente tá só observando, para se precisar a gente intervém, se, porventura, a gente detectar alguma infração, tipo avançar o semáforo, ou até mesmo como a gente vê muito nesses pontos de presença que a gente faz [pausa] algum condutor passando falando no celular a gente acaba fazendo a autuação, mas a ideia aqui mesmo é a ideia de educar mesmo, né, nosso objetivo não é nem autuar é ficar ali mesmo coibindo esse tipo de situação.

(A1): Muitas vezes só a nossa presença ali, de certa forma já coíbe, algum tipo de infração, muitas vezes a gente percebe que a gente fica olhando de longe, a gente já vê que, em várias situações os condutores não respeitam a faixa de pedestres e outras vezes também o contrário, a gente já vê que tem muitos pedestres que se valendo da faixa de pedestres ali não respeita o semáforo que 'tá fechado pra ele'. Porque mesmo tendo a faixa de pedestre tem que ter o bom senso.

Quando confrontados sobre o porquê os agentes optam por trabalhar sempre em dupla, tanto que esta já se tornou uma norma antecedente coletiva, que é respeitada até mesmo pela coordenação ao prescrever as tarefas diárias, A1 e A2 respondem, respectivamente que:

(A1): É uma regra implícita né, muita gente prefere trabalhar sozinho por “n” motivos....

Questionamos: Mas é uma regra?

É uma regra [pausa] eu estou falando assim, mas isso acontece comigo né, mas quando tem umas duplas aí que decidem cada um vai 'pra' um lado, trabalham à sua maneira, mas assim, não tem regra não! Não tem nada escrito não [pausa] isso é uma ética que assim [pausa] que ainda tá no âmbito da moral ainda, do costume.

(A2): Ao longo do tempo a gente percebeu que a empresa, ela não dá o suporte de segurança pra gente, então a gente assim, a medida em que foi trabalhando foi percebendo né? [pausa] que nós é que precisamos nos resguardar na rua porque a empresa não dá nada, suporte nenhum.

Novamente, percebe-se que na ausência (da atenção da empresa, da segurança nas relações, das condições de trabalho) os agentes criaram e recriam continuamente no trabalho. Eles desenvolveram um “manual de segurança”, que inclui não trabalhar sozinho, apoiar-se na experiência dos agentes mais antigos para escolher o “ponto mais seguro” e se comportar, se engajar a partir daí. Percebemos o homem fazendo história no trabalho novamente.

Aos confrontarmos essa parte da atividade de trabalho dos agentes de trânsito, obtivemos suas compreensões sobre ela. Isto porque, os agentes deixaram ver como se faz, o que se faz, porque se faz. Pudemos, então, elaborar impressões sobre este ponto da atividade apoiando essas perspectivas não só sobre o que era possível antecipar dela como, por exemplo, saber que o P.A é das tarefas mais inseguras para estes trabalhadores. Isto porque, há uma demanda para que eles permaneçam parados em um local de conflitos constantes, sem equipamentos de segurança, em contato direto com o infrator que ele vai autuar, mas o que encontramos não foram apenas os impedimentos, os riscos, mas as recriações, as tensões, as dificuldades e, principalmente, as saídas encontradas para que a atividade aconteça.

Quando o agente precisa cumprir o horário de P.A, que geralmente dura 02 horas do seu dia de trabalho, ele vai se deparar com uma infinidade de situações sobre as quais não há como antecipar. Ele é requerido pelos usuários para prestar informações sobre pontos, horários e itinerários de ônibus, pelos comerciantes para autuar e advertir condutores estacionados de forma irregular nas portas dessas lojas, por condutores autuados para esclarecer o motivo da autuação, onde recorrer. Ele ainda terá que fixar sua atenção no que acontece no trânsito nas quatro vias do cruzamento, atentar-se para o cometimento de infrações como avanço de semáforo, não uso de cinto de segurança, celular ao volante, estacionamento irregular, entre outras.

O que a experiência de observação, filmagem e confrontação da atividade de trabalho dos agentes de trânsito no município de Betim mostrou é que os agentes se encontram por diversas vezes em debates de normas, no centro de arbitragens entre muitas possibilidades, necessidades, usos de si, eles precisam convocar e usar muito de sua história singular para decidir, muito de sua inteligência corporal para agir com segurança (sua e de outros) e muito de seus valores para atender a determinadas demandas que, nem sempre, serão vistas pelos outros, sejam esses outros a gestão ou os colegas, como parte do trabalho. Eles ainda precisam gerir na escassez, recriar diante das infidelidades do meio, dos imprevistos, do inesperado que, tendo em vista o dinamismo do trabalho na rua, carrega uma expressiva variabilidade.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o emprego da perspectiva ergológica e do método da autoconfrontação mostrou que diante do universo normativo estudado, que regulam até mesmo o mais infinitesimal da rotina de trabalho e das percepções dos agentes de trânsito sobre isso, revelamos que esta categoria profissional exerce um trabalho essencial para toda a coletividade, através da garantia de acesso aos espaços públicos, por meio da repressão a comportamentos indesejáveis de determinados condutores, a partir da orientação aos usuários. Ficou evidente que se a experiência e os saberes desses profissionais forem levados em consideração podem contribuir para os processos decisórios em criação de políticas organizacionais e públicas, tanto para a mobilidade urbana quanto para o trabalho no trânsito.

Com as sessões de autoconfrontação, simples e cruzada, foi possível propor o encontro entre os trabalhadores e sua atividade, de forma coletiva e singular, o que possibilitou compreender como os agentes mobilizam para completar a atividade de trabalho. Nesta fase, privilegiamos o ponto de vista de quem o realiza, os agentes de trânsito que assumiram o protagonismo nas narrativas ao se confrontaram em atividade individualmente e em duplas, nessas sessões eles expuseram seus medos, suas angústias, sua compreensão sobre o trabalho.

Eles produziram reflexões profundas, para si e para os outros, acerca de aspectos muito particulares de sua experiência com a atividade de trabalho, o valor que eles atribuem ao “ser agente de trânsito”, as aspirações em relação à empresa na qual trabalham e aos usuários, o desejo de reconhecimento de sua relevância como garantidores da segurança, do bem-estar, do direito dos cidadãos aos espaços públicos. Desnudaram suas aspirações de mudança, seu olhar para o mundo, sua sensibilidade diante das demandas que chegam a eles na rua, a vontade de que sua experiência com a atividade possa ser reconhecida para fazer norma no trabalho no trânsito. Eles conduziram a produção de saberes sobre sua atividade de trabalho, atentaram-se para o caráter enigmático dela, colocaram em palavras a necessidade que possuem de serem ouvidos, a imagem que fazem de seus pares, os porquês que os levam a fazer determinadas escolhas em momentos distintos.

Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições, 70, 225. (2016).
- Clot, Y., & Faïta, D. (2000). Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes (Vol. 4, No. 7, p. 43). *Travailler*.
- Cunha, L., & Lacomblez, M. (2008). A influência do traçado de mobilidade na noção de território e nas oportunidades de desenvolvimento local. *Laboreal*, 4(Nº1).
- Durrive, L. (2011). A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. *Trabalho, educação e saúde*, 9, 47-67.
- Faita, Daniel. (2013). *L'analyser du travail*. Aula proferida no curso « Analisar o trabalho educacional: uma abordagem a serviço do métier », São Paulo. FFLCH – USP - 21 a 26 de novembro.
- Faïta, D., & Durrive, L. (2007). A linguagem como atividade. Schwartz Y, Durrive L, organizadores. *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: UFF, 167-188.
- Faïta, D., & Vieira, M. (2003). Réflexions méthodologiques sur l'autoconfrontation croisée. *DELTA: documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada*, 19(1), 123-154.
- Fazon, F., & Lousada, E. G. (2016). A entrevista em autoconfrontação como motor para o desenvolvimento: diálogo de uma professora com sua prática. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 32(1), 215-236.
- Guimarães, G. S. (2012). Comentários à Lei de mobilidade urbana, Lei no. 12,587/12: essencialidade, sustentabilidade, princípios e condicionantes do direito à mobilidade. Editora Fórum.
- Oddone, I., Re, A., & Briante, G. (1981). *Redécouvrir l'expérience ouvrière* (pp. 1-260). Editions sociales.
- Oddone, I. (2007). Reflexiones sobre el modelo obrero italiano. *Revista Sindical Salud, Trabajo y Medio Ambiente*, 2(5), 4-8.
- Perez, D., & Messias, C. (2013). O dispositivo metodológico e interventivo autoconfrontação e seus usos em pesquisas de educação. *Nuances*, 81-100.
- Schwartz, Y. (1987). *Travail et usage de soi*. In collectif. *Je sur l'Individualité*. Paris: Messidor-Editions Sociales, p. 181-207.
- Schwartz, Y. (2000). *Trabalho e uso de si*. *Pro-posições*, 11(2), 34-50.
- Schwartz, Y. (2010). Reflexão em torno de um exemplo de trabalho operário. *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*, 2, 37-46.
- Schwartz, Y. (2011). Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Trabalho, Educação e Saúde*, 9, 19-45.
- Schwartz, Y. (2014). Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de hoje*, 49(3), 259-274.
- Schwartz, Y. (2010). *Trabalho e Ergologia—conversa entre Yves Schwartz, Louis Durrive e Marcelle Duc*. *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*, Niterói, RJ, Editora da UFF, 165-186.
- Schwartz, Y. (2009). Diapositivos apresentados em um seminário público no Instituto de Ergologia. Aix en Provence: Aix Marseille Université.
- Schwartz, Y. (2011). Manifesto por um ergoengajamento. *Clínicas do trabalho*, 132-166. Schwartz. In: Schwartz, Y.; Durrive, L. (Org.). *Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Schwartz, Y. (2015). *L'activité peut-elle être objet d'analyse?*. *Letras de Hoje*, s42-s52.